ESTUDOS EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

VOLUME 9

ORGANIZADOR

ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA

Editora Poisson

1º Edição
2022

Anderson Lincoln Vital da Silva
(Organizador)

Estudos em Ciências Humanas e Sociais
Volume 9

1ª Edição

Belo Horizonte
Poisson
2022

Editor Chefe: Dr. Darly Fernando Andrade

Conselho Editorial

Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais

Msc. Davilson Eduardo Andrade

Dra. Elizângela de Jesus Oliveira – Universidade Federal do Amazonas

Msc. Fabiane dos Santos

Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia

Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC

Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy

Msc. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E82
Estudos em Ciências Humanas e Sociais – Volume 9/
Organização: Anderson Lincoln Vital da Silva –
Belo Horizonte – MG: Editora Poisson,2022

Formato: PDF
ISBN: 978-65-5866-204-4
DOI: 10.36229/978-65-5866-204-4
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia

1.Ciências Sociais 2. Sociedade 3. Ciências Humanas I. SILVA, Anderson Lincoln Vital da II.Título

CDD-300

Sônia Márcia Soares de Moura – CRB 6/1896

O conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença de Atribuição Creative Commons 4.0.
Com ela é permitido compartilhar o livro, devendo ser dado o devido crédito, não podendo ser utilizado para fins comerciais e nem ser alterada.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

Baixe outros títulos gratuitamente em www.poisson.com.br
contato@poisson.com.br

Sumário

Capítulo 1: Uma luta pelo direito à educação: Pessoas trans e o ingresso nas universidades públicas..... 06

Gladston Oliveira dos Passos

DOI: 10.36229/978-65-5866-204-4.CAP.01

Capítulo 2: Violências contra as mulheres na pandemia da Covid-19: Uma mirada sobre o nordeste brasileiro..... 15

Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa, Maria Luiza Vasconcelos Fernandes Oliveira, Luisa Maria Ramos da Costa

DOI: 10.36229/978-65-5866-204-4.CAP.02

Capítulo 3: Perspectivas de universitários negros, sobre equidade racial nas organizações e trabalho..... 32

Liani Maria Hanauer Favretto, Camille Eduarda Miotto Basse, Claudia Fernandes Borges da Rosa, Eduardo Bianchini Mocelin

DOI: 10.36229/978-65-5866-204-4.CAP.03

Capítulo 4: Implicações do assédio moral na saúde psíquica do trabalhador e na produtividade das organizações..... 41

Débora Barbosa Guedes de Oliveira Vilaça, Maria Beatriz Martins Oliveira de Lima

DOI: 10.36229/978-65-5866-204-4.CAP.04

Capítulo 5: Assédio moral no trabalho e sofrimento psíquico na percepção de estudantes do curso de Psicologia da UEPB..... 51

Débora Barbosa Guedes de Oliveira Vilaça, Ana Lúcia Lira Silva, Ana Mayra Quirino, Maria Beatriz Martins Oliveira de Lima, Maria Érica Sousa de Freitas, Vitor Hugo dos Santos Pereira, Williana Vanessa Tertuliano Barbosa

DOI: 10.36229/978-65-5866-204-4.CAP.05

Capítulo 6: A ciência e o uso da televisão na produção de sentidos de obesidade..... 65

Fabiano Marçal Estanislau, Ângela Maria Machado de Lima Hutchison

DOI: 10.36229/978-65-5866-204-4.CAP.06

Sumário

Capítulo 7: Agir comunicativo na negociação integrativa..... 76

Regina Rossetti, Murilo Furtado de Mendonça Junior

DOI: 10.36229/978-65-5866-204-4.CAP.07

Capítulo 8: Os Conselhos e as Conferências da Política de Assistência Social enquanto espaços democráticos de participação na gestão pública e controle social 83

Valéria Cristina da Costa, Márcia Faraum dos Santos, Priscila de Almeida Souza

DOI: 10.36229/978-65-5866-204-4.CAP.08

Capítulo 9: A Fazenda e o Twitter: Uma análise de conteúdo dos perfis influenciadores 95

Susyanne Alves de Oliveira, Wellington Gabriel Freitas de Oliveira

DOI: 10.36229/978-65-5866-204-4.CAP.09

Autores:..... 116

Capítulo 1

Uma luta pelo direito à educação: Pessoas trans e o ingresso nas universidades públicas

Gladston Oliveira dos Passos

Resumo: O presente artigo tem como objetivo estudar se existe a necessidade de se criar cotas para que pessoas trans ingressem nas universidades públicas. Dessa forma, buscou-se analisar como surgiram as ações afirmativas, de que forma foram criadas as cotas universitárias no Brasil, a relação identitária com essa política e a implementação de políticas públicas sob a perspectiva da vulnerabilidade e do cuidado. A importância dessa pesquisa se deve, primeiro, pela escassez de estudos sobre a temática e segundo, por proporcionar um debate sobre as cotas e o acesso de grupos vulneráveis nas universidades públicas. O percurso metodológico do trabalho envolveu levantamento bibliográfico e trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa.

Palavras-chave: Cotas universitárias; Pessoas Trans; Políticas Identitárias; Reconhecimento; Vulnerabilidade;

1. INTRODUÇÃO

> *"Não pense que entramos aqui por favor, que não merecemos ou que qualquer coisa aqui nos foi dada, cotas não são presentes, são só um pequeno pedaço do que nos devem, chegamos aqui forjados pelos que nos precederam, não se esqueçam: nossos passos vêm de longe, se estou aqui hoje é só porque tantos outros já vieram, erguer muros não vai nos impedir de entrar, se precisar nós vamos derrubar, tomar de assalto o que é nosso e não queremos só um lugar à mesa, queremos interromper o jantar e começar tudo de novo, reerguer uma universidade que seja do povo e para o povo, onde não apenas se fala sobre o outro, mas onde o outro se torna um nós que é capaz de falar sobre si mesmo".*[1]

Esse artigo se inicia com um trecho do discurso de um homem trans no ano de 2016. Na sua fala, Marcelo Caetano da Costa Zoby, afirma que "*cotas não são presentes*", essa frase não foi exposta sem motivo, pois ainda nos deparamos com defensores do fim dessa política. Partindo dessa premissa, surge uma indagação: É necessária uma ação afirmativa para que pessoas trans[2] possam ingressar nas universidades públicas do Brasil? Esse é um questionamento relevante, principalmente depois do episódio que ocorreu em julho de 2019, quando o Ministério da Educação (MEC) suspendeu um vestibular específico para candidatos transgêneros e intersexuais da Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)[3].

Outra passagem do discurso de Marcelo merece destaque: "*Ainda aguardamos pelo dia que o preto estará no rosto mais do que nas becas, em que as travestis estarão na escola mais do que na esquina*". Essa é uma dura realidade que a população trans vivencia, de acordo com dados levantados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 90% da população de Travestis e Transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda, e possibilidade de subsistência, devido à dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e a deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social, familiar e escolar.[4] No Brasil o tempo de permanência de travestis no ambiente escolar limita-se a uma média de quatro anos[5], o não reconhecimento da identidade de gênero é um dos fatores dessa evasão, principalmente pela não aceitação do nome social. Para Oliveira (2018, p.114), o nome social é

> A denominação do que se convencionou no Brasil para descrever a utilização do nome que as pessoas trans escolhem de acordo com o gênero que vivem, com a intenção de evitar todos os constrangimentos do uso do nome civil quando ainda não retificado, como também é uma forma de "dar vida e materialidade" ao seu gênero vivido, posto que ter uma identidade masculina e ser referido por um nome feminino, ou vice e versa, é uma situação que tende a gerar desconforto e dificuldades.

Segundo Iazetti (2020, p.04) o nome social surgiu

> Como uma demanda histórica do movimento trans brasileiro frente a então dificuldade de alterar o registro civil, o que gerava situações vexatórias em âmbitos administrativos e era um elemento catalisador de exclusão contra pessoas trans em espaços institucionais. A demanda por uma política de reconhecimento legal do nome de pessoas trans data desde a década de 90 no movimento social protagonizado por travestis no Brasil, mas passa a ser assegurado e implementado legalmente apenas ao final dos anos 2000, no Sistema Único de Saúde (SUS).

[1] A íntegra do discurso pode ser conferida em http://g1.globo.com/educacao/noticia/2016/02/estudante-trans-da-unb-faz-discurso-de-formatura-contra-preconceitos.html Acesso em 01 de junho de 2021.

[2] De acordo com o Manual de Comunicação LGBTI+, o termo transgêneros ou Trans abarca as identidades transexuais e travestis, significando pessoas que transitam entre gêneros. (REIS, T. (Org.). Manual de Comunicação LGBTI+. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI /GayLatino, 2018, p.30.

[3] https://istoe.com.br/bolsonaro-intervencao-do-mec-em-universidade-suspendeu-vestibular-para-trans/ Acesso em 01 de junho de 2021.

[4] BENEVIDES, Bruna. Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017. São Paulo: Edições ANTRA 2017.

[5] http://flacso.org.br/?p=15833 Acesso em 01 de junho de 2021.

Em janeiro de 2015, são estabelecidos parâmetros nacionais para a implementação do nome social através da Resolução CNCD/LGBT no 12, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação/LGBT. A resolução traz orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. A regulamentação é realizada pouco tempo depois de sua implementação nacional no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. (IAZETTI, 2020). Finalmente em 2016 foi permitido o uso do nome social no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional através do decreto nº 8.727 sancionado pela presidenta Dilma Rousseff. Para Iazetti (2020, p.04) embora a retificação do registro civil tenha sido facilitada a partir de 2018 via decisão do Supremo Tribunal Federal (RE 670.422), o nome social permanece um direito importante no acesso e permanência estudantil, sendo utilizado por menores de idade no âmbito escolar e universitário.

Vale ressaltar que esse trabalho não irá se aprofundar sobre a permanência das pessoas trans nas universidades, mas sim do seu acesso. Por identificar poucas pesquisas voltadas para esse tema e entender a pertinência em se debater o ingresso de cotistas nas universidades públicas, esse artigo tem como objetivo fundamentar teoricamente a necessidade de se acionar uma política pública para um grupo que historicamente é violentado e marginalizado. No decorrer desta pesquisa será apresentado como surgem as ações afirmativas, de que forma foram criadas as cotas universitárias no Brasil, a relação identitária com essa política, e a implementação das cotas sob a perspectiva da vulnerabilidade e do cuidado.

2. AÇÕES AFIRMATIVAS: NOTAS SOBRE AS COTAS UNIVERSITÁRIAS

As ações afirmativas surgem como medidas políticas para combater o poder de discriminar, um poder que não deriva da motivação individual consciente, mas sim de questões estruturais. Segundo Scott (2005, p.25), a ação afirmativa havia construído em seu bojo uma análise de poder, como resultado de uma longa história de discriminação que produziu instituições e atores que tomaram a desigualdade como algo dado, e para obter a equidade é necessário que se nomeiem os grupos que têm sido excluídos para que os tratem de forma diferenciada no futuro. Nomear determinados grupos é extremamente importante para a realização de pesquisas, tornando-a mais próxima à realidade, podendo assim gerar demandas para políticas públicas. A título exemplificativo, Ribeiro (2017, p.24) aponta que

> Quando, muitas vezes, é apresentada a importância de se pensar políticas públicas para mulheres, comumente ouvimos que as políticas devem ser para todos. Mas quem são esses "todos" ou quantos cabem nesses "todos"? Se mulheres, sobretudo negras, estão num lugar de maior vulnerabilidade social justamente porque essa sociedade produz essas desigualdades, se não se olhar atentamente para elas, se impossibilita o avanço de modo mais profundo. (...) Se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível.

Essa realidade invisível citada por Ribeiro é oriunda da relação entre poder e identidade. No que tange a ação afirmativa, segundo Scott (2005, p.22) esta ofereceu não somente um conjunto de mandados políticos, mas também uma teoria sobre as relações entre indivíduos e grupos, direitos políticos e responsabilidades sociais. Foi uma teoria baseada na ação de liberalismo de que o indivíduo era a categoria universal do ser humano. Scott ainda afirma que a ação afirmativa

> Se remetia ao fato de que as práticas sociais tinham impedido algumas pessoas de serem incluídas nessa categoria universal e buscava remover os obstáculos para a realização de seus direitos individuais. Esses obstáculos tomaram a forma de identidades de grupo, cujas características – ao longo da história – foram definidas como antitéticas à individualidade.

Dessa forma, o objetivo da ação afirmativa foi possibilitar que indivíduos fossem tratados como indivíduos, portanto, como iguais. Porém se fez necessário serem tratados como membros de grupos. A historiadora Scott (2005, p.23) entende que a ação afirmativa ao ter como meta o fim da discriminação fazendo um alerta sobre a diferença, ela também a acolhe, é por isso que a ações afirmativas vêm sendo atacadas como uma medida de preferência de grupo que discrimina indivíduos. Apesar desse falso paradoxo, alguns irão se ater a essa argumentação para criticar a existência dessa política.

É importante que se analise as ações afirmativas não como reinvindicações que reproduzem hierarquias, mas como medidas que garantem a justiça social através da equidade.

Segundo Moehlecke (2002), o primeiro registro do que hoje chamamos de ação afirmativa racial data de 1968, ocasião na qual técnicos do Ministério do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho (TST) se manifestaram favoravelmente à criação de uma lei determinando que as empresas privadas tivessem um percentual mínimo de empregados *de cor*., no entanto, a lei não foi sequer elaborada. Em 1983, o deputado Abdias Nascimento apresentou o Projeto de Lei n° 1.332, o qual propunha a criação de mecanismos de compensação para afro-brasileiros, tais como reserva de vagas no serviço público, introdução da história das civilizações africanas aos currículos escolares e acadêmicos, entre outras. Todavia, o projeto não foi aprovado pelo Congresso Nacional (MOEHLECKE, 2002).

Venturini (2019, p.46) afirma que apesar de não receber essa denominação, a primeira ação afirmativa constante de um instrumento jurídico no Brasil é a reserva de vagas para pessoas com deficiência em cargos e empregos públicos, prevista no artigo 37 da Constituição Federal de 1988. Em 1995, o governo federal instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para discutir e desenvolver políticas para valorização e promoção da população negra em áreas como educação, trabalho e saúde. Logo em seguida, em 1996, foi lançado o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), que estabelecia como objetivo a criação de políticas compensatórias para promover a população negra. No mesmo ano, foram realizados dois seminários promovidos pelo IPEA e pelo Ministério da Justiça. Segundo Guimarães (1996), o seminário internacional realizado pelo Ministério da Justiça representa a primeira vez em que o governo brasileiro admitiu discutir políticas públicas voltadas especificamente para a população negra.

As discussões sobre a criação de ações afirmativas intensificaram-se no Brasil com os preparativos para a Conferência de Durban de 2001 (HTUN, 2004). A divulgação de dados sobre a participação de grupos desfavorecidos no ensino superior desencadeou o surgimento de propostas com o objetivo de ampliar seu acesso às universidades (CARVALHO, 2006, p. 19). Em 2002, mediante o Decreto nº 4.228, foi lançado o Programa Nacional de Ações Afirmativas e foi editada a Lei Federal n° 10.558/2002, que criou o Programa Diversidade na Universidade e permitiu que as universidades brasileiras instituíssem medidas destinadas à "promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente dos afrodescendentes e dos indígenas brasileiros". A partir de então, surgem as primeiras iniciativas para a instituição de ações afirmativas voltadas ao acesso de grupos desfavorecidos no ensino superior. Entretanto, até o final do governo de Fernando Henrique Cardoso nenhuma política de cota racial foi efetivada pelo governo federal e as políticas desenhadas para ampliar a diversidade em ministérios não foram implementadas (FERES JÚNIOR et al., 2018, p. 74).

Em decorrência de lei estadual, as instituições de ensino superior mantidas pelo estado do Rio de Janeiro – entre elas a UERJ – tornaram-se, em 2002, as primeiras universidades públicas a instituir ações afirmativas na modalidade de cotas, sendo uma delas de caráter social e destinada a alunos egressos de escolas públicas, e outra de caráter racial e destinada a alunos pretos e pardos. Esse protagonismo foi partilhado com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que criou um programa de cotas raciais no mesmo ano. Em 2004, a Universidade de Brasília (UnB) tornou-se a primeira universidade federal a instituir um programa de ação afirmativa, o qual, assim como a UERJ, adotava a modalidade de reserva de vagas. O Estatuto da Igualdade Racial, de 2010, também se tornou um marco legal relevante, na medida em que incentivava as universidades públicas a adotarem ações afirmativas voltadas para a população negra (VENTURINI, 2019).

Vale ressaltar que a criação dessas políticas não ocorreu de forma tranquila e sem conflitos. Guimarães (1996, p. 249) lembra que, para alguns, a criação de ações afirmativas representava o reconhecimento de que havia diferenças étnicas e raciais entre os brasileiros, algo que contrariava o "mito" da democracia racial. Sem dúvida o ano de 2012 foi considerado um marco na institucionalização das ações afirmativas, Venturini (2019, p.48) afirma que esse marco se deu devido a dois eventos de grande importância. O primeiro foi o reconhecimento, por unanimidade, da constitucionalidade das políticas de reserva de vaga de recorte racial pelo STF em 26 de abril de 2012. Em seguida, foi a vez do Congresso Nacional se manifestar a respeito. Por diversos anos foram debatidos projetos de lei destinados à instituição de reserva de vagas nas universidades, até que, em 29 de agosto de 2012, foi promulgada a Lei Federal n° 12.711, conhecida como Lei de Cotas. A nova legislação determinou que instituições federais de educação superior reservassem um percentual de vagas para estudantes que tivessem cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas em cada processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação.

Para Heringer (2014), a ampliação do acesso de estudantes de escola pública, pretos, pardos e indígenas ao ensino superior brasileiro não é resultado exclusivo das políticas afirmativas, mas de um conjunto de políticas e programas que foram instituídos a partir dos anos 2000. A exemplo do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), com o aumento do número de vagas, ampliação ou abertura de cursos noturnos, flexibilização de currículos e combate à evasão, outra medida foi a criação de 18 novas universidades federais entre 2003 e 2013, a ampliação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), a criação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e a adesão das universidades federais e estaduais ao ENEM em substituição ou complementação ao vestibular tradicional.

3. POLÍTICA INDENTITÁRIA E COTAS

No que tange as ações afirmativas, estas se caracterizam como uma política identitária. Segundo Fukuyama (2019, p.27), a identidade nasce, em primeiro lugar, da distinção entre o eu interior e um mundo exterior de regras e normas sociais que não reconhecem adequadamente o valor ou dignidade do nosso eu interior, o autor ainda afirma que

> O sentimento interior da dignidade procura reconhecimento. Não basta que eu tenha um sentimento do meu próprio valor se as outras pessoas não o reconhecem publicamente, ou pior ainda, não reconhecem a minha existência. A autoestima nasce da estima dos outros. Por que os seres humanos desejam naturalmente o reconhecimento, o sentimento moderno de identidade rapidamente evolui para uma política identitária, na qual os indivíduos exigem um reconhecimento público do seu valor. As políticas identitárias abrangem assim uma grande parte das lutas políticas do mundo contemporâneo, das revoluções democráticas aos novos movimentos sociais, do nacionalismo, e do islamismo às políticas contemporâneas das universidades americanas.

No que tange esses novos movimentos sociais, Woodward (2011, p.33) explica que surgiram no ocidente durante os anos 60, especialmente após 1968, com a rebelião estudantil, o ativismo pacifista e antibélico e as lutas pelos direitos civis. Eles desafiaram o establishment e suas hierarquias burocráticas, questionando principalmente as políticas "revisionistas" e "estalinistas" do bloco soviético e as limitações da política liberal ocidental. Ainda segundo a autora, a política de identidade era o que definia esses movimentos

> Marcados por uma preocupação profunda pela identidade: o que ela significa, como ela é produzida e como é contestada. A política de identidade concentra-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado. Essa identidade torna-se, assim, um fator importante de mobilização política. Essa política envolve a celebração da singularidade cultural de um determinado grupo, bem como a análise de sua opressão específica.

Woodward (2011, p.36) entende que a política de identidade tem a ver com o recrutamento de sujeitos por meio do processo de formação de identidades, e que esse processo é fruto da resistência dos novos movimentos sociais ao colocar em jogo identidades que não têm sido reconhecidas, que têm sido mantidas "fora da história" ou que têm ocupado espaços às margens da sociedade. Segundo Fukuyama (2019), cada movimento representava pessoas que até então tinham sido invisíveis ou reprimidas, cada um deles estava ressentido por essa invisibilidade e queria o reconhecimento público do seu valor interior, o autor ainda afirma que

> Cada grupo marginalizado podia escolher entre ver-se em termos identitários mais amplos ou mais estreitos. Podia exigir que a sociedade tratasse os seus membros de modo idêntico a como eram tratados os grupos dominantes nessa sociedade ou podia clamar uma identidade separada para os seus membros e exigir respeito por eles na sua diferença da sociedade em geral.

Essa prática política revolucionária segundo Haider (2019, p.51) não mais prospera na sua forma ideológica contemporânea pois para ele a política identitária é um método individualista construída através de uma

> Demanda individual por reconhecimento, e toma essa identidade individual como ponto de partida. Ela assume essa identidade como dada e esconde o fato de que todas as identidades são construídas socialmente. E porque todos nós temos necessariamente uma identidade que é diferente da de todos os outros, ela enfraquece a possibilidade de auto-organização coletiva. O paradigma da identidade reduz a política a quem você é como indivíduo e a ganhar reconhecimento como indivíduo, em vez de ser baseada no seu pertencimento a uma coletividade e na luta coletiva contra uma estrutura social opressora.

Aquele mesmo paradoxo que Scott defende ao tratar das ações afirmativas encontramos também na análise feita por Haider. Contudo, ao se referir o que é paradoxo comungo do mesmo entendimento de Scott (2005, p.14), como uma proposição que não pode ser resolvida e que é falsa e verdadeira ao mesmo tempo, me referindo a indivíduos e grupos como conceitos interdependentes que estão necessariamente em tensão. Essas tensões se resolvem de formas historicamente específicas e necessitam ser analisadas nas suas incorporações políticas particulares e não como escolhas morais e éticas intemporais.

No tocante as ações afirmativas, as cotas para acesso ao ensino superior representam uma solução para a dificuldade de ingresso para determinados grupos, dentre eles, o das pessoas trans. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transgêneros (ANTRA) estima-se que cerca de 70% não concluiu o ensino médio e que apenas 0,02% encontram-se no ensino superior, nesse cenário, não se pode deixar de reconhecer o valor da proposição de ações afirmativas, políticas que buscam abrir caminhos e conquistar espaços em domínios antes reservados aos privilegiados, cujas regalias alimentaram formações identitárias hegemônicas marcadas pelas vantagens da cisgeneridade e subordinação violenta e histórica de travestis e demais pessoas trans.[6]

Segundo Rocha (2019, p.13), a promoção de cotas universitárias pode surgir por meio de escolha do legislador ou por autonomia privada ou administrativa. O Brasil carece de regulamentação legal nesse sentido. Contudo, algumas universidades já oferecem cotas para o público transgênero em cursos das graduações e pós-graduações. Cite-se a Universidade Federal do Sul da Bahia, as federais da Bahia (UFBA) e do ABC Paulista (UFABC), todas implementadas no ano de 2018. Em 2019, a Universidade Federal de Pernambuco seguiu o mesmo caminho. Segundo o IBTE (Instituto Brasileiro Trans) cerca de 12 instituições de ensino federais e estaduais implantaram o sistema de cotas para transgêneros.

A existência de cotas representa um grande avanço, mas para que ela ocorra é necessário que se tenha um olhar voltado para a diversidade através de uma perspectiva da vulnerabilidade.

4. A IMPLEMENTAÇÃO DAS COTAS SOB A PERSPECTIVA DA VULNERABILIDADE E DO CUIDADO

As críticas feitas na implementação de cotas para o acesso as universidades desestimulam a sua criação, impossibilitando uma mudança no baixo índice de transexuais que ingressam nas universidades públicas, tendo como consequência a exclusão dessas pessoas a um direito basilar. Com o intuito de transformar essa realidade, se faz necessário utilizar perspectivas que podem ajudar a redesenhar políticas sociais, garantindo assim, a eficácia de Direitos fundamentais.

Através de uma perspectiva da vulnerabilidade e do cuidado, podemos afirmar que as cotas não são privilégios. É importante salientar que o conceito de vulnerabilidade segundo Melkevik (2017, p.642) é um termo relativamente novo, tendo nascido com a nossa modernidade, especificamente em torno do século 19. O autor ainda afirma que

[6] https://antrabrasil.org/2020/12/17/nota-antra-cotas-universidades-pessoas-trans/ Acesso em 08 de junho de 2021.

> Trata-se da transmutação do termo da antiga linguagem médica que é "vulnerável". Em sua origem, o vocábulo fazia referência ao indivíduo que lutava contra as feridas ou doenças de ordem física. Ele também se revestiu, inicialmente, de um sentido farmacêutico para designar um remédio para tais feridas ou doenças, para em seguida adquirir, por metamorfose, seu sentido contemporâneo, que se reporta à "vulnerabilidade" do indivíduo.

Para Feito (2007, p.8) a vulnerabilidade é um conceito com múltiplos significados, aplicado em âmbitos muito diferentes, e que existem dois tipos de vulnerabilidade humana: uma vulnerabilidade antropológica entendida como uma condição de fragilidade própria e intrínseca ao ser humano, e uma vulnerabilidade sóciopolítica, entendida como derivada do pertencimento de um grupo, gênero, localidade, condição sócio econômica, cultura.

Segundo Re (2019, p.315), diversos filósofos como Hannah Arendt, Simone Weil, Emmanuel Lévinas e Paul Ricoeur defendem a existência de uma vulnerabilidade ontológica, pois é uma condição universal que une todos os seres humanos por serem suscetíveis a lesões. Ainda segundo a autora, nos anos 90 uma filósofa feminista, Eva Feder Kittay, estudando as questões sobre dependência defendeu que as vulnerabilidades universais e particulares devem ser tratadas como uma característica permanente de qualquer sociedade humana. Seus estudos foram expandidos e desenvolvidos por Martha Fineman, acrescentando que o Estado existe precisamente para responder à vulnerabilidade de seus cidadãos. Fineman argumenta que a referência a universais ontológicos de vulnerabilidade pode nos ajudar a superar os limites estreitos da lei anti-discriminação na direção de uma concepção mais substantiva de igualdade. Redefinindo um assunto a partir de sua vulnerabilidade ontológica (sujeito vulnerável vs. sujeito autônomo e independente de uma certa tradição liberal) nos permite expandir as ideias atuais sobre a responsabilidade do Estado em relação indivíduos e instituições. Também torna possível expor o engano por trás do mito de autonomia inerente ao liberalismo norte-americano dominante, ou seja, a ocultação do fato de que as instituições desempenham um papel significativo na manutenção e ampliação da desigualdade.

Em outras palavras, a autonomia é o oposto de vulnerabilidade devendo o Estado se tornar responsável por todas as formas de vulnerabilidade, segundo Re (2019, p.317) o objetivo de Fineman e Kittay é politizar o cuidado, mostrar que não é um assunto privado, tal politização é fundamental, não só porque se deixada para o setor privado o cuidado pesa principalmente sobre os ombros de certos sujeitos e, em particular, as mulheres, que historicamente têm sido incumbidas de tarefas de cuidar - mas também porque o cuidado é a pedra angular sobre a qual toda a sociedade é construída. Fineman e Kittay enfatizam a necessidade de reformular a ação do Estado em consonância com a necessidades dos cidadãos, passando para segundo plano a promoção da autonomia individual.

Joan Tronto é outra teórica da ética do cuidado que é abordada por Re, que posiciona o tema do cuidado dentro de uma estrutura claramente liberal-democrática. Em resposta às necessidades das pessoas Tronto entende que o estado não deve adotar uma abordagem caritativa, assistencialista ou paternalista. Pelo contrário, a ação institucional deve ser organizada envolvendo os destinatários dos cuidados no planejamento e implementação de políticas. Ou seja, as práticas de cuidado são práticas de democracia que deve fortalecer a agência dos sujeitos.

Diante das desigualdades vivenciadas pelas pessoas trans, a criação de políticas que contribuam para sua autonomia é imprescindível. Contudo, o comprometimento do Estado com essa população fica a desejar, é preciso que as cotas sejam implementadas sob uma perspectiva da vulnerabilidade, assim como ocorreu com a criação do programa social Transcidadania. Criado em 29 de janeiro de 2015 através do decreto 55.874 pelo ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT) O Transcidadania tem como objetivo promover os direitos humanos, o acesso à cidadania e a qualificação e humanização do atendimento prestado a travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social.

Utilizando o desenvolvimento da educação como principal ferramenta, as beneficiárias e os beneficiários recebem a oportunidade de concluir o ensino fundamental e médio, ganham qualificação profissional e desenvolvem a prática da cidadania. Um diferencial do programa, que já virou destaque mundial por ser inovador, é a transferência de renda, que possibilita a disponibilidade das beneficiárias em concluírem a carga horária obrigatória de atividades. Cada beneficiária (o) recebe acompanhamento psicológico, jurídico, social e pedagógico durante os dois anos de permanência no programa.[7] No seu primeiro ano de execução, dos 100 participantes iniciais, 33 concluíram o ensino fundamental e cinco, o ensino médio.

[7]https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/lgbti/programas_e_projetos/index.php?p=150965 Acesso em 09 de junho de 2021.

Duas delas fizeram as provas do Enem e obtiveram nota suficiente para concorrer a uma vaga em uma universidade federal pelo Sistema de Seleção Unificado (Sisu) ou a uma bolsa de estudos pelo programa Universidade Para Todos (Prouni)[8]

Esse programa é a prova que políticas públicas criadas sob a ótica da vulnerabilidade e do cuidado podem se concretizar, o primeiro passo é entender a igualdade conforme o pensamento de Aristóteles, onde devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciei esse trabalho com um questionamento e finalizo com algumas reflexões: Quantos (as) profissionais trans atuam na sociedade? Quantos (as) alunos (as) trans frequentam as escolas? Quantas pessoas trans estão presentes nas universidades? É perceptível que o número de transexuais que conseguem chegar ao ensino superior é ínfimo, isso se comprova quando a aprovação de uma pessoa trans na universidade pública vira notícia. Será que a educação é de fato um direito de todos ou somente de alguns?

Alguns consideram as cotas como privilégios, mas porque será que os cotistas da Universidade Federal de Sergipe tendem a apresentar um desempenho melhor do que os ingressantes por ampla concorrência? Em recente pesquisa, os professores da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Fernanda Esperidião, do Departamento de Economia, e Kleber Fernandes, do Departamento de Estatística e Ciências Atuariais, junto com a professora Ana Maria Paiva, da Universidade Federal de Uberlândia comprovam o efeito positivo das cotas no desempenho acadêmico da UFS[9]. Se fossemos compreender as cotas como regalias não haveria um certo comodismo por parte dos que as utilizam? Esse desempenho pode estar relacionado com o valor que se é dado as cotas, se parte da sociedade acredita que cotas são presentes outros a veem como oportunidades.

No caso das pessoas trans, as oportunidades são bem reduzidas, e a educação é o principal caminho para que elas possam existir. Quando esse rumo é obstruído qual é a outra via a se seguir? Com muita resistência essas pessoas estão se tornando visíveis, como citado anteriormente, o Direito ao nome social foi uma grande conquista, o que para outros parece ser algo tão supérfluo, para as pessoas trans é mais do que uma identificação é o reconhecimento de sua existência. Reitero a importância da criação de cotas para as pessoas trans ingressarem nas universidades tendo em vista todo o acúmulo de preconceitos cotidianos em suas vivências, que impossibilitaram de terem seus direitos assegurados desde cedo.

Diversas barreiras precisam ser derrubadas para que um dia todas as pessoas consigam viver com dignidade. Procuramos diariamente formas para que elas sejam destruídas, mesmo que isso demande tempo não devemos esmorecer, nem acreditar que não será possível, pois o pouco que fazemos hoje reverberá no futuro, só assim teremos um mundo melhor.

REFERÊNCIAS

[1] CARVALHO, J. J. DE. Inclusão Étnica e Racial: A Questão das Cotas no Ensino Superior. 2a edição ed. Brasília: Attar, 2006.

[2] FEITO, Lydia. Vulnerabilidad. Anales Sis San Navarra, Pamplona. 30, supl. 3, p. 07-22, 2007.

[3] FERES JUNIOR, J. et al. Ação afirmativa: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018

[4] FUKUYAMA, Francis. Identidades: A Exigência de Dignidade e a Política de Ressentimento. Lisboa: Dom Quixote, 2019.

[5] GUIMARÃES, A. S. A. Políticas públicas para a ascensão dos negros no Brasil: argumentando pela ação afirmativa. Afro-Ásia, v. 0, n. 18, p. 235–261, 24 jan. 1996.

[6] HAIDER, Asad. Armadilha da identidade: Raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Editora Veneta,

[8] https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/01/transcidadania-tem-primeira-formatura-e-inspira-governo-dos-eua-509/ Acesso em 09 de junho de 2021.

[9] https://www.ufs.br/conteudo/67239-professores-comprovam-o-efeito-positivo-das-cotas-no-desempenho-academico-da-ufs Acesso em 10 de junho de 2021.

2019.

[7] HERINGER, R. Um Balanço de 10 Anos de Políticas de Ação Afirmativa no Brasil. Tomo (UFS), v. 24, p. 17–35, 2014

[8] HTUN, M. From “Racial Democracy” to Affirmative Action: Changing State Policy on Race in Brazil. Latin American Research Review, v. 39, n. 1, p. 60–89, 2004.

[9] IAZETTI, Brume Dezembro. Disputas e tensões no acesso e permanência de pessoas trans no ensino superior público brasileiro. IN: Anais Eletrônicos do VI Congresso da Associação Latino-americana de Antropologia Social (ALA), 2020.

[10] MELKEVIK, Bjarne. Vulnérabilité, droit et autonomie. un essai sur le sujet de droit. Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 72, pp. 153-186, jan. /jun. 2018.

[11] MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: História e debates no Brasil. Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 197–217, nov. 2002.

[12] RE, Lucia. Vulnerability, Care and the Constitutional State. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD), 11(3):314-326. 2020.

[13] RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?. Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p

[14] ROCHA. Erika de Almeida Villarinho Furtado. Cotas universitárias para pessoas transgênero. Revista de Artigos Científicos dos alunos da EMERJ- V. 11, n. 2, Tomo I (A/I), Jul./Dez. 2019.

[15] SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 13, n. 1, abr. 2005.

[16] VENTURINI, Anna Carolina. Ação afirmativa na pós-graduação: os desafios da expansão de uma política de inclusão. 2019. 320 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

[17] WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução conceitual. In: SILVA, T. (org). Identidade e Diferença. Vozes, 2011.

Capítulo 2

Violências contra as mulheres na pandemia da Covid-19: Uma mirada sobre o nordeste brasileiro

Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa
Maria Luiza Vasconcelos Fernandes Oliveira
Luisa Maria Ramos da Costa

Resumo: O primeiro ano da pandemia da covid-19 revelou um agravamento da desigualdade de gênero e das violências contra as mulheres em âmbito global, consequentemente, ampliaram-se o debate sobre as violências domésticas e conjugal, muitas vezes, expresso em matérias jornalísticas e nas diversas mídias sociais. Considerando o cenário exposto, o presente artigo analisou como notícias sobre violências domésticas foram divulgadas através de dois importantes jornais, o El País Brasil e a Folha de São Paulo, bem como, averiguou de que forma as ações de prevenção e controle às violências foram registradas e divulgadas nas redes sociais por instituições governamentais dos noves estados da região Nordeste do Brasil, durante o período de março de 2020 a março de 2021. Observou-se que em todos os estados nordestinos houve ações divulgadas que tiveram como objetivo, sobretudo, ampliar a rede de informações sobre o tema, incluindo, as formas de denúncias e acolhimento às mulheres em situação de violência.

Palavras-chave: Covid- 19; Violências; Mulheres; Brasil; Nordeste.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar as ações de prevenção e controle em relação às violências que acometeram mulheres no âmbito doméstico e conjugal, registradas e divulgadas por instituições governamentais dos nove estados do Nordeste brasileiro, durante o primeiro ano da pandemia da Covid-19, mais precisamente entre os meses de março de 2020 – quando foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que o mundo vivia uma pandemia – até o dia 31 de março de 2021.

Investigamos como os perfis dos governos estaduais usaram a rede social *Instagram* para divulgar informação e ações sobre a temática. Consideramos que esta rede social permite um amplo e rápido impacto na comunicação virtual, alcançando milhares de pessoas instantaneamente. Pesquisamos também as páginas das secretarias de segurança pública e das secretarias da mulher (quando existia) dos estados e, ainda, os sites das Polícias Civil e Militar dos estados nordestinos.

Realizamos também uma investigação em sites de dois importantes jornais: o *El País Brasil* e a *Folha de São Paulo*, com o objetivo de averiguar como o tema das violências domésticas e conjugais foi publicado e tratado na versão *on-line* desses meios de comunicação durante a pandemia. Lembramos que os periódicos trazem publicações diárias de notícias sobre política, cultura, sociedade e economia. Cabe registrar que o *El País Brasil* congrega em seu corpo editorial uma linha crítica mais internacionalizada, com jornalistas e colunistas que apresentam textos com um viés um pouco mais progressista; enquanto o jornal *Folha de São Paulo* se apresenta como um dos principais conglomerados de mídias no Brasil, com um poder político considerável e grande alcance e influência entre as classes média e alta do país.

Partimos do pressuposto de que as redes sociais são espaços que podem ser utilizados por órgãos governamentais para divulgar informações necessárias sobre a temática das violências domésticas e conjugais. Por meio de postagens informativas, é possível auxiliar mulheres em situação de violências a procurarem auxílio em espaços de acolhimento e de denúncias. Da mesma forma, as informações podem ter cunho educativo e atingir muitos membros da sociedade civil, contribuindo para a compreensão das múltiplas faces das violências contra as mulheres, orientando sobre canais de denúncia e de acolhimento para vítimas, principalmente no período pandêmico em que as mulheres ficam isoladas com seus potenciais agressores.

Durante o ano de 2020, mais de 105 mil denúncias de violências contra as mulheres foram relatadas aos canais de discagem do Governo Federal (BRASIL, 2021). Desse número, 72 % são referentes à violência no âmbito domiciliar e conjugal. De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no primeiro semestre da pandemia, houve um aumento de 3,8 % no número de acionamentos da Polícia Militar por meio do Disque 180. Essas chamadas estavam relacionadas a violências domésticas. Os casos de feminicídio cresceram 1,9 % em relação ao primeiro semestre de 2019 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURAÇA PÚBLICA, 2020).

A complexidade dos estudos sobre violências contra as mulheres envolve um debate muito potente no campo das Ciências Sociais. Autoras como Maria Filomena Gregori (1993), Miriam Pillar Grossi (1998), Suely Souza de Almeida (2007) e Lourdes Bandeira (2014) contribuíram significativamente para o campo teórico e para as análises dos casos de violências que acometem mulheres no Brasil. A Lei 11.340/2006, de nome Lei maria da Penha, no campo das políticas públicas, também oferece um aporte jurídico que se engaja com a luta feminista na busca pelo fim das violências contra mulheres no país. No presente artigo, usamos como base teórica os aportes defendidos por Grossi (1998), que compreende a violência conjugal como o conjunto de "agressões sofridas no âmbito do casamento (ou de relações afetivas com a mesma carga emocional e/ou social)", ou seja, toda e qualquer violência que acontece no domínio das relações conjugais, considerando, sobretudo, a circulação de poder entres os/as envolvidos/as.

A análise das notícias e ações pesquisadas em redes sociais está apoiada teoricamente em Carmen Rial (2004), com o emprego do método da antropologia da tela, assim definido:

> É uma metodologia que transporta para o estudo do texto da mídia procedimentos próprios da pesquisa antropológica, como a longa imersão do pesquisador no campo (no caso, em frente à televisão), a observação sistemática e o seu registro metódico em caderno de campo (RIAL, 2004, p. 30).

Portanto, a análise das redes sociais através do uso teórico e metodológico dos estudos dos textos das mídias possibilita um olhar ampliado sobre ações, políticas e discursos que circulam em ambientes virtuais e que dizem muito sobre as atividades dos entres públicos.

2. NOTÍCIAS LATINO-AMERICANAS: UMA ANÁLISE DOS JORNAIS EL PAÍS BRASIL E FOLHA DE SÃO PAULO

A pesquisa no jornal *El País* tomou como recorte temporal o período de um ano, estabelecido entre março de 2020 e março de 2021, e selecionou matérias arquivadas nas sessões "Pandemia de Coronavírus" e "Mulheres". Foram encontrados três artigos jornalísticos que trataram das violências domésticas no período de isolamento. Os três artigos remeteram ao contexto latino-americano: o primeiro apresentou informações sobre a situação das violências domésticas na Argentina; o segundo artigo retratou a Colômbia; e o último expôs dados sobre o Brasil. É importante ressaltar o número reduzido de matérias encontradas com o escopo de investigação deste artigo, tendo em vista o recorte temporal extenso e o caráter internacional do jornal.

A Argentina decretou o isolamento social no dia 20 de março de 2020, com indicação de que a população deveria seguir as recomendações de saúde dos órgãos competentes para minimizar a propagação do vírus Sars-CoV-2. O país acendeu o sinal vermelho para os casos de violências domésticas durante a pandemia da Covid-19, após o assassinato de uma mãe e sua filha, cometido pelo homem com quem as duas se isolaram durante o início da pandemia. Esse caso foi apresentado na matéria publicada no *El País* no dia 31 de março de 2020. Centenera (2020) trouxe em seu artigo dados sobre o aumento de assassinatos de mulheres e meninas nos primeiros dias de isolamento social e o crescimento de ligações com denúncias feitas para o número da central de denúncias da Argentina.

O texto jornalístico trouxe uma imagem com a campanha assinada pela Presidência da República Argentina e seu Ministério da Saúde e em que abordava a necessidade da permanência em casa:

Figura 1 – Campanha do Governo da Argentina de incentivo ao isolamento social

Fonte: Centenera (2020).

O início do artigo apresentou a complexidade que é para as mulheres viverem confinadas em casa com homens agressores durante a quarentena, bem como descreveu as limitações que elas encontram para lidar com as diversas violências sofridas. Portanto, o artigo apontou para um alerta importante: a necessidade de todas(os) estarem atentas(os) aos casos de violência doméstica, pois, só assim, é possível salvar vidas:

> Nestes dias de quarentena obrigatória, há gritos que atravessam janelas para alertar aos vizinhos sobre o inferno que se vive portas adentro em algumas casas. "Socorro, socorro", berrava um menino na madrugada em Buenos Aires, enquanto sua mãe levava uma surra. Moradores do edifício em frente chamaram a polícia, que chegou meia hora depois e levou o agressor detido (CENTENERA, 2020).

A autora do texto apontou o alto número de assassinatos de mulheres nos primeiros dias de confinamento na Argentina, com destaque para o duplo homicídio de mãe e filha num bairro periférico de Buenos Aires e salientou como esses casos mobilizaram os coletivos feministas. Ela citou, especialmente, o movimento "Nem uma a menos", que "convocou um *barulhaço* para a tarde desta terça a fim de denunciar que muitas mulheres "se veem obrigadas a cumprir quarentena com um [homem] violento" e exigir medidas de proteção".

> O 'Nem uma a menos' pede que a emergência sanitária não deixe em segundo plano 'que a violência machista e patriarcal também é uma pandemia' e antecipa que as mortes podem crescer neste mês de confinamento. 'As chamadas para o 137 aumentaram 120%', afirma Eva Giberti, coordenadora do programa governamental chamado "As vítimas contra as violências', responsável por essa linha telefônica que opera na capital argentina (CENTENERA, 2020).

O artigo evidenciou as dificuldades encontradas para que o Estado proceda à assistência às mulheres em situação de violências, destacando que muitas delas não querem sair de casa por causa do medo da Covid-19:

> 'Há vezes em que as mulheres não querem ir embora da casa, mas ligam para nós para pedir que o agressor pare de bater nelas, que é algo que não podemos fazer por telefone', afirma Giberti, explicando por que, apesar do aumento de chamadas, as intervenções domiciliares diminuíram. 'Nos últimos dias tivemos um caso em que a mulher não queria sair por medo do coronavírus, e o que a equipe fez foi agir por presença, ficando dentro da moradia (CENTENERA, 2020).

O texto aponta também que as mulheres que vivem longe dos grandes centros urbanos esbarram em mais dificuldades para fazer as denúncias, pois os órgãos responsáveis por acolhimento e atendimento distam das localidades interioranas.

Os/as autores(as) Costa, Grossi, Valcuende Del Río, Oliveira e Santos (2021), chamam a atenção para os problemas destacados por diversos países na lida cotidiana com as duas pandemias: Covid-19 e violências contra mulheres, bem como apontam que as mulheres sofrem duplamente em situações como essas, pois toda a sobrecarga de cuidados recai sobre suas vidas.

O segundo artigo jornalístico de autoria de Catalina Oquendo (2020), publicado em 8 de abril, apresentou o aumento das violências domésticas na Colômbia, fazendo um breve comparativo com os dados divulgados na mesma época no Brasil:

> Entre 20 de março e 4 de abril, 12 mulheres foram assassinadas na Colômbia. A quarentena obrigatória para impedir a disseminação do coronavírus não interrompeu a pandemia do feminicídio — no Brasil, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos anunciou um aumento de 9% das denúncias de violência contra as mulheres durante a quarentena (OQUENDO, 2020).

O texto, no entanto, tem o objetivo central de apresentar uma entrevista realizada com a médica Ana Güezmes, representante da ONU Mulheres na Colômbia. A entrevista abordou a situação das mulheres em meio à crise vivenciada e a importância de se incluir uma abordagem de gênero na resposta às epidemias, tendo em vista que são as mulheres que ocupam parte considerável da linha de frente dos cuidados.

Estudos realizados pela Fiocruz com apoio do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) e divulgados em março de 2021 apontam que 77,6 % dos profissionais da saúde que estão à frente dos trabalhos da Covid-19 no Brasil são mulheres (SANTOS, 2021, p. 5480). Esses dados já se mostravam semelhantes aos da fala da médica Ana Guezmes, a qual, em 2020, apontou que 74 % dos(as) servidores(as) do setor social e da saúde na América Latina também são mulheres. A médica ainda afirma que esses cargos não se restringem somente aos ofícios clínicos. Ana Guezmes destaca que as mulheres ocupam 90% dos empregos destinados à limpeza hospitalar e estão sujeitas à jornada dupla de trabalho quando retornam para casa e realizam o trabalho doméstico (OQUENDO, 2020). Essa realidade é revisitada por Pimenta (2020), que explica que as mulheres não só ocupam a maioria dos postos de cuidadoras na área da saúde, mas também são as responsáveis pela gestão doméstica, o que conduz à dupla jornada de trabalho.

A terceira matéria foi publicada no dia 29 de dezembro por Gil Alessi (2020) com o título "Mulheres enfrentam alta de feminicídios no Brasil da pandemia e o machismo estrutural das instituições". A publicação analisou a situação brasileira motivada pelo assassinato da juíza de Direito Viviane Vieira de Amaral, ocorrido no dia 24 de dezembro de 2020 (VEJA..., 2020), véspera de Natal. Cabe registrar que, durante a semana do Natal, foram noticiados mais cinco assassinatos de mulheres vítimas de feminicídio no Brasil. Alessi (2020) trabalhou sob a perspectiva do aumento dos casos de feminicídio em datas comemorativas e como esse quadro se ampliou durante a pandemia.

> A morte de Viviane e das demais vítimas assassinadas na véspera ou no feriado de Natal (são elas Thalia Ferraz, 23, Evelaine Aparecida Ricardo, 29, Aline Arns, 38, Anna Paula Porfírio dos Santos, 45, e Loni Priebe de Almeida, 74), escancarou o machismo estrutural que permeia a sociedade e instituições, e que ganha força no país em um contexto no qual o próprio presidente conquistou notoriedade por suas atitudes misóginas —"você não merece ser estuprada", afirmou o então deputado federal Jair Bolsonaro a uma colega em 2014. O arroubo mais recente do mandatário contra mulheres ocorreu na segunda-feira, quando ele cobrou que a ex-presidenta Dilma Rousseff apresentasse um "raio-x" para comprovar que ela foi vítima de tortura e teve o maxilar quebrado durante a ditadura militar (ALESSI, 2020).

A matéria também refletiu sobre o machismo estrutural no sistema judiciário brasileiro, apresentando como exemplo o julgamento de Mariana Ferrer, vítima de estupro e humilhada por representantes do sistema de justiça criminal, durante audiência judicial (BENITES; JIMENES, 2020), assunto já relatado por estudiosas como Costa (2008) e Vargas (2004). Com a necessidade de audiências virtuais e passíveis de gravação, foi possível acessar audiências como a de Mariana Ferrer, por exemplo, em que a jovem visivelmente sofre violência institucional quando tem sua dignidade sexual violada durante julgamento e passa por uma verdadeira tortura psicológica ao longo de todo o processo judicial e com a sentença inédita de estupro culposo (OLIVEIRA; GIORDANO, 2021, p. 10).

Dentre as três matérias apresentadas, Alessi (2020) faz uma análise mais aprofundada dos fatos que apresenta. Sua escrita é marcada por uma crítica à situação das instituições de poder do país. Ele se empenha em demonstrar o machismo patriarcal impregnado no sistema judiciário brasileiro, como quando aponta a fala do juiz que fez piada com a Lei Maria da Penha: "Se tem Lei Maria da Penha contra a mãe, eu não *tô* nem aí. Uma coisa eu aprendi na vida de juiz: ninguém agride ninguém de graça" (KOTSCHO, 2020). Sua análise do machismo estrutural considera exemplos como o pronunciamento do atual presidente da república brasileira, quando agrediu a deputada Maria do Rosário em plenário no ano de 2014, com a seguinte frase "Você não merece ser estuprada". Para Alessi, (2020), atitudes como essas demonstram como o machismo estrutural permeia as instituições e sociedade brasileira. Machismo esse que ganha cada vez mais força diante das atitudes e falas misóginas do presidente do Brasil (ALESSI, 2020).

As três matérias constroem uma narrativa expositiva que apresenta fatos coletados e justifica a fala a partir de agentes externos, como fica evidente nos três textos. As matérias não possuem caráter de aprofundamento teórico e conceitual sobre o campo dos estudos de gênero, no entanto, discorrem sobre as diversas formas de machismo e o impacto dessas ações na vida de mulheres da América Latina.

É importante pontuar, ainda, quatro matérias que se destacaram na pesquisa, pois, embora não tenham exposto diretamente a violência durante o isolamento social, apresentaram uma abordagem que se assemelha entre elas, construindo uma narrativa sobre o suposto retrocesso da luta das mulheres durante a pandemia da Covid-19. A matéria de Pilar Alvarez (2021) reflete sobre a situação das mulheres durante esse ano incomum e como o isolamento social corroborou para que as lutas travadas nas últimas décadas diminuíssem seu ritmo de avanço como, por exemplo, a saúde sexual e reprodutiva, o aumento das violências domésticas, a predileção do mercado de trabalho por homens e a sobrecarga de atividades domiciliares para as mulheres.

A abordagem de Alvarez (2021) não se limita a compilar e transmitir informações. Sua narrativa se constrói a partir de um viés sensível que visa atingir o leitor emocionalmente. Ele intercala a vivência de mulheres com dados que demonstram esse retrocesso do "frágil progresso em relação à igualdade de gênero" (ALVAREZ, 2021).

> Estão na linha de frente do combate ao vírus: 7 de cada 10 profissionais sanitários e cuidadores são mulheres, segundo uma análise feita pela ONU no final de 2020. São maioria na economia informal e também no golpeado setor dos serviços — inclusive o turismo, que estancou repentinamente com os confinamentos e as restrições em todo o planeta. Foi algo vivido na pele pela brasileira Tatiane Araújo, guia turística que se reinventou nestes meses para sobreviver: "Meu setor não tem nenhuma garantia de que retornará em 2023", diz em um Rio de Janeiro vazio. As mulheres foram expulsas do mercado de trabalho em maior medida que os homens, com três pontos percentuais a mais na América Latina (ALVAREZ, 2021).

As outras três matérias caminham na mesma perspectiva de análise dos retrocessos nas conquistas para equidade de gênero, trabalhando uma abordagem atrelada ao regresso da luta trabalhista das mulheres latino-americanas. Alicia Gonzáles e Rodolfo Borges (2021) trouxeram os dados do Fórum Econômico Mundial e eles apontam que, no período pandêmico de 2020, foram acrescidos 36 anos no tempo suposto para reduzir a disparidade entre homens e mulheres, totalizando agora 135,6 anos necessários para alcançar a igualdade de gênero. Os/as autores(as) também analisaram o retrocesso com relação à paridade de gênero econômica e política:

> Tanto é que a paridade econômica, neste ritmo, só será alcançada dentro de 267,6 anos. Também pesou o retrocesso na participação política das mulheres nos países analisados, onde ocupam apenas 26,1% da representação parlamentar e 22,6% dos ministérios. Eliminar essa lacuna levará 145,5 anos, cerca de 50% a mais do que os 95 anos previstos em 2020 (GONZÀLES; BORGES, 2021).

O debate também considerou o aumento da desigualdade de gênero no âmbito doméstico, que se tornou gritante no período pandêmico. Esse fato foi também trabalhado na matéria de Oquendo (2020) e no ensaio de Denise Pimenta (2020),

> 52% das mulheres que trabalham em esquema de home office durante a pandemia afirmaram que o aspecto que mais dificulta sua rotina é conciliar o trabalho com os afazeres domésticos, ao mesmo tempo em que apontam as tarefas de cuidados como uma das limitações para o retorno ao mercado do trabalho (ÓJEA, 2021).

As matérias de Ójea (2021) e Centenera (2021) apontaram uma resposta para esses dados quando destacaram que as mulheres sofreram maior impacto durante a pandemia. As publicações destacam que as mulheres, além de serem em maior número nos espaços da saúde e da educação, lugares prioritários do cuidado humano, têm que se desdobrar para cumprir o trabalho doméstico, e agora, também, as exigências sanitárias para contenção do coronavírus, tendo em vista que muitas empresas atribuem essa tarefa às suas funcionárias.

Desse modo, o jornal *El País*, por meio de seus/suas jornalistas, conseguiu transmitir noções gerais de como a questão das violências contra mulheres está se desdobrando na América Latina durante a pandemia, com destaque para a apresentação de informações sobre distintas formas de violências nos artigos, bem como uma análise mais apurada dos dados por parte dos/das profissionais que assinam os textos.

A pesquisa realizada no portal do jornal *Folha de São Paulo* revelou três matérias que abordaram as violências domésticas no contexto do isolamento social, ocasionado pela pandemia da Covid-19. A primeira matéria foi publicada em 16 de abril de 2020 e as outras duas em 8 e 9 de março de 2021. O longo período entre as publicações deve ser ressaltado, tendo em vista que instituições já apontaram o substancial número de denúncias de violências contra as mulheres no ano de 2020 no Brasil (BRASIL, 2021). Precisamos destacar que a imprensa tem um papel fundamental quando produz informações com qualidade sobre assuntos distintos de interesse social. Segundo Santos, Costa, Triñanes, Grossi, (2012), os artigos de opinião e matérias jornalísticas são um espaço de articulação de imagem, seja boa, seja ruim, e propagação de informação de fácil entendimento, tornando-se, desse modo, uma ferramenta de construção de intelecto e de opinião.

A primeira matéria, publicada em abril de 2020, é a divulgação do episódio "A pandemia está aumentando a violência contra a mulher" do *podcast* "Café da manhã", uma parceria entre a *Folha de São Paulo* e o *Spotify*. O ponto inicial para a produção do material foi o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o impacto da pandemia do novo Coronavírus para as mulheres (UNITED NATIONS, 2020). A produção do áudio discorreu acerca do aumento nos números das violências, fazendo um comparativo entre os países do mundo.

> Na França, as denúncias de violência doméstica cresceram 30% desde o início do lockdown, em 17 de março. [...] Ligações de emergências para esses casos aumentaram 33% em Singapura, 30% no Chipre e 35% na Argentina. [...] Em um condado da província Chinesa de Hubei, epicentro inicial do surto do novo Coronavírus, a violência doméstica triplicou em fevereiro. [...] Mais agressões e mais pedidos por abrigo durante a pandemia também foram registrados em Espanha, Canadá, Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido e Brasil. Enquanto a urgência da crise do novo Coronavírus se impõe, a violência doméstica, um problema global, pode acabar invisibilizado (A PANDEMIA..., 2020).

O *podcast* tem um caráter informativo, as participantes discutem sobre o conceito de ciclo da violência, caracterizado por uma explosão que resulta na agressão física e, logo então, um período intitulado "lua de mel, quando ele pede desculpas e diz que aquilo não vai se repetir" e a reincidência, em seguida, em episódios de violências, conforme também abordam os/as autores(as) Costa, Grossi, Valcuende Del Río, Oliveira e Santos (2021). Vale salientar que

> O episódio conta com entrevistas com a diretora-executiva adjunta da ONU Mulheres, Asa Regner, a promotora integrante do núcleo de gênero do MP-SP (Ministério Público de São Paulo), Valéria Scarence, a diretora de impacto das organizações feministas Think Olga e Think Eva, Juliana de Faria, e com a correspondente da Folha de Bruxelas, Ana Estela de Sousa Pinto (POR QUE A VIOLÊNCIA..., 2020).

As entrevistadas discutiram o tema das violências durante a pandemia por meio de dados e contextualização histórica. Um exemplo disso foi a explanação de Asa Regner, diretora-executiva adjunta da ONU Mulheres, que recordou a epidemia de Ebola, no oeste africano, e como as medidas de isolamento adotadas representaram um aumento das violências contra mulheres e meninas e, ainda, como esse fator não era notado pela população e autoridades, pois as ruas se mostravam tranquilas com as determinações de distanciamento (A PANDEMIA..., 2020). Essa afirmação é destacada na tese de doutorado de Denise Pimenta (2019) sobre como o Ebola, em Serra Leoa, resultou em uma maior mortalidade de mulheres, que eram as responsáveis pelos cuidados de saúde dos parentes, vizinhos(as) e amigos(as).

A segunda matéria foi assinada por Luiza Brunet (2021), que foi vítima de violência doméstica no ano de 2016. A ex-modelo, empresária, atriz e ativista fez a denúncia e, desde então, tornou-se uma porta-voz em

defesa de políticas públicas que acabem com esse problema no Brasil (ROSSI, 2016). Brunet publicou no dia 8 de março de 2021, Dia Internacional da Mulher, um texto que expôs uma retrospectiva do quadro das violências contra as mulheres durante o ano de 2020 no Brasil. A construção narrativa possui um caráter não só informativo, mas também expressa a opinião da autora e busca sensibilizar o/a leitor(a). Brunet (2021) aproveita o simbolismo do dia 8 de março para denunciar que o país vive um quadro alarmante de violências domésticas que possui nitidamente marcadores de gênero, raça e classe:

> A maioria das denúncias tem como vítimas as mulheres declaradas como de cor parda, de 35 a 39 anos. Isso mostra que voltar nossas atitudes para o suporte eficiente a essas vítimas, que estão em perigo. O perfil médio das mulheres que sofrem violência, de acordo com os registros dos canais de denúncias, ainda aponta que elas possuem principalmente ensino médio completo e com renda até um salário mínimo (BRUNET, 2021).

Por fim, a matéria publicada em 9 de março de 2021 por Ana Estela de Sousa Pinto (2021), correspondente da *Folha de São Paulo* em Bruxelas, trouxe um panorama da situação das violências contra mulheres no mundo nos últimos 12 meses. Pinto (2021) utiliza dados como idade da vítima e grau de proximidade com o agressor para demarcar o mapa da violência:

> O relatório divulgado pela OMS mostra que as agressões afetam especialmente as mais jovens: na faixa dos 15 a 24 anos, 25% das mulheres em relacionamento já foram agredidas, e 16% afirmaram terem sofrido violência do parceiro nos 12 meses anteriores. Incluindo todas as faixas etárias, o índice é de 10%. Entre mulheres de 15 a 49 anos que já teve um relacionamento íntimo, mais de 641 milhões (27%) afirmam terem sido agredidas pelo parceiro, física ou sexualmente (PINTO, 2021).

Pinto lista, por meio dos itens divulgados pela OMS, o abuso de álcool, o nível educacional, o histórico familiar e os problemas de personalidade como fatores correlatos à violência doméstica contra mulheres e trabalha a diferença geográfica como um marcador das violências. Essa estatística deve ser observada com cautela, como aponta a autora durante todo o artigo ao se referir aos números das pesquisas apresentadas, tendo em vista as diferenças culturais e formas adotadas para enfrentar e denunciar a violência física. “O levantamento indica grande diferença geográfica: países como Canadá (3 %), Uruguai, Austrália e Japão (4 %) registram índices baixíssimos, enquanto em outros mais da metade das mulheres foi agredida, como em Kiribati (53 %), Fiji (52 %) e Papua Nova Guiné (51 %)” (PINTO, 2021).

Em resumo, em virtude das três matérias analisadas no portal da *Folha de São Paulo*, tornou-se notória a forma ampla do debate, com dados nacionais, que contribuem para o entendimento das violências doméstica e conjugal. Nos materiais de análise é visível a mescla entre estatística e tentativa de sensibilização, de modo que o/a leitor(a) possa compreender mais o contexto, tendo em vista que os três artigos montam um quadro geral das violências contra mulheres durante o ano pandêmico.

3. NORDESTE DO BRASIL: COMBATE ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID- 19

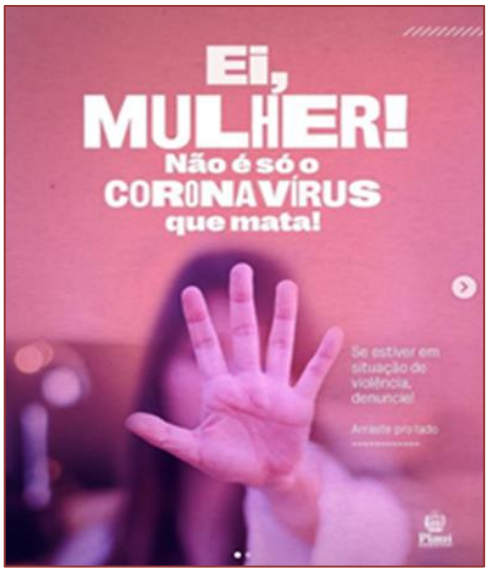
Com o objetivo de compreender as ações desempenhadas pelas instituições governamentais dos estados do Nordeste, buscamos investigar como os governos dos nove estados nordestinos e suas respectivas Polícias Civil e Militar usaram a rede social *Instagram* para divulgar ações de enfrentamento às violências domésticas durante a pandemia da Covid-19.

A análise dos dados aponta para o fato de que os estados se preocuparam em publicar informações logo no início da pandemia, talvez motivados pelos dados internacionais que já apontavam o aumento das violências domésticas, como afirmam Costa, Grossi, Valcuende Del Río, Oliveira e Costa (2021), ou seja, a pesquisa aponta que houve uma concentração de informação sobre o problema em questão no período inicial do isolamento social do Brasil, entre março de 2020 e abril de 2021.

Em abril de 2020, em sua página oficial no *Instagram*, o Governo do Estado do Piauí apresentou uma publicação em que se lia “Ei, Mulher! Não é só o Coronavírus que mata!”. A mesma publicação ainda trazia uma legenda que destacava os canais de denúncia e o papel da Polícia Militar e da Patrulha Maria da

Penha.

Figura 2 – Publicação em rede social do Governo do Piauí, alertando as mulheres sobre os riscos das violências contra as mulheres



Fonte: Piauí, (2020a).

As publicações no Piauí foram voltadas para divulgação dos canais de denúncia, como o aplicativo da Patrulha Maria da Penha, vinculada à polícia militar do estado. Ao longo do período de um ano, só foram feitas publicações sobre o tema no *Instagram* do governo nos meses de maio, agosto, novembro de 2020 e fevereiro de 2021. Tais publicações trazem um conteúdo informativo sobre os canais de denúncia, destacando que as violências durante o isolamento social não deveriam ser silenciadas. Em uma das publicações da página, há um apelo para que a denúncia seja realizada pelos vizinhos: "Se houver agressão entre marido e mulher, use a colher sim! Não deixe que as mulheres corram risco de morte. Disque 190 ou baixe o app Salve Maria" (PIAUÍ, 2020b).

Em novembro, notou-se uma mudança no conteúdo das publicações, pois elas passaram a não mencionar mais o isolamento social, como anteriormente. Isso evidencia o afrouxamento das medidas de isolamento social[10]. Tais medidas foram tomadas em meses anteriores, a partir do decreto de número 19.085, de 07 de julho de 2020, no qual foi aprovado pelo Governo do Piauí o calendário de retomada gradual das atividades econômicas e sociais, o que possibilitou a abertura de variados estabelecimentos comerciais[11], e, por consequência, uma diminuição do isolamento social no estado. Todavia, em fevereiro de 2021, houve a publicação de um vídeo, que volta a alertar sobre a necessidade da permanência das pessoas em casa, e de como nos contextos de isolamento a violência doméstica tende a aumentar, alertando, assim, para a importância da denúncia.

Percebe-se, desse modo, que, assim como as publicações que abordam as violências contra as mulheres diminuíram, as postagens de conscientização sobre a Covid-19 também sofreram uma redução, sendo um ponto importante de se observar, tendo em vista que se trata de uma rede social que possui amplo alcance, devido aos seus 144 mil seguidores da página oficial no *Instagram* do Governo do Estado do Piauí. Cabe destacar que o estado do Piauí possui um canal de divulgação da Patrulha Maria da Penha, que produz conteúdos sobre violência doméstica e, ao longo do ano de 2020, participou ativamente da divulgação da campanha "Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica" e do aplicativo de denúncia "Salve Maria".

[10] Mais informações sobre os decretos adotados pelo estado podem ser encontradas em: https://www.pi.gov.br/decretos-estaduais-novo-coronavirus/.

[11] Mais informações podem ser encontradas em: https://www.pi.gov.br/decretos-estaduais-novo-coronavirus/.

Figura 3 – Campanha contra a violência doméstica do Governo do Estado do Piauí

Fonte: Patrulha Maria da Penha, (2020).

Foi observado, por meio dos canais de comunicação dos estados, que a maioria apoiou a campanha "Sinal Vermelho", idealizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que objetivava contribuir para que as mulheres em situação de violências pudessem acionar mais um espaço para denúncias, nesse caso, farmácias. Para isso, as mulheres precisavam desenhar um sinal vermelho na palma da mão, sinalizando para os/as atendentes que estavam em situação de violência e que a polícia tinha que ser acionada para auxiliar as vítimas, conforme também apontado pelo(as) autores(as) Costa, Grossi, Valcuende Del Río, Oliveira e Costa (2020).

O estado de Sergipe produziu muitas publicações voltadas à violência contra mulheres e, durante julho de 2020, publicou vídeos e imagens vinculadas à campanha "Sinal Vermelho". As postagens foram compartilhadas tanto no *Instagram* oficial do governo estadual quanto no perfil da Secretaria de Segurança Pública. No dia 25 de julho de 2020, o perfil do Governo do Estado de Sergipe chamou a atenção para o crime de feminicídio, ratificando a importância do engajamento da população para a prevenção desse tipo de violência.

Figura 4 – Campanha contra o feminicídio do Governo do Estado de Sergipe

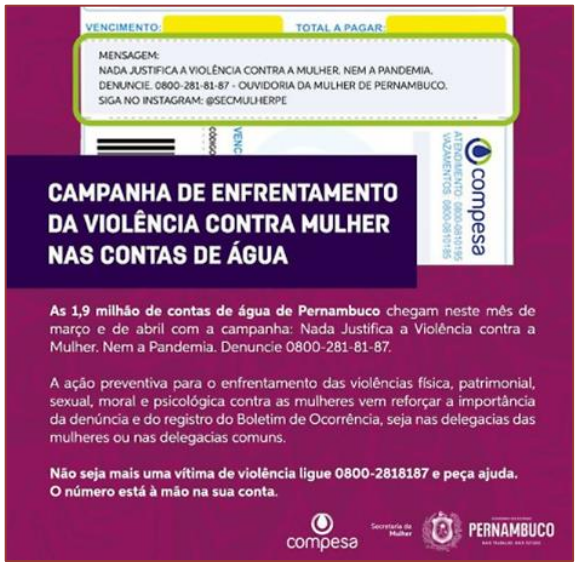
Fonte: Sergipe, (2020b).

Além da campanha "Sinal Vermelho", houve muita mobilização dos estados em datas simbólicas, como no Dia Internacional da Mulher, no mês de março, e os "21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher", em novembro. Esses foram os momentos em que foi potencializado o número de publicações nas páginas pesquisadas. Destacamos que, em datas comemorativas, houve mudanças conjunturais que alteraram a forma e conteúdo das publicações, de modo que não somente se restringiram a evidenciar o aumento da violência domiciliar, mas também abordaram as violências sofridas em espaços públicos. O estado de Pernambuco é um exemplo desse cenário. No dia 11 de março de 2021, o Governo divulgou a campanha contra o assédio sexual intitulada "No ônibus, usar máscara é obrigatório. Respeitar a mulher também". A campanha foi veiculada no site do Governo, no da Secretaria da Mulher e no *Instagram* do estado.

Figura 5 – Campanha do Governo do Estado de Pernambuco contra as violências às mulheres nos principais meios de transporte

Em março de 2021, a Secretaria da Mulher de Pernambuco também divulgou em sua rede social a nova campanha de enfrentamento às violências contra as mulheres. A frase "Nada Justifica a Violência contra a Mulher. Nem a pandemia" juntamente com o número para denúncia foi impressa em todas as faturas de água.

Figura 6 – Campanha do Governo do Estado de Pernambuco contra as violências às mulheres, veiculada nas faturas de água



Fonte: Pernambuco (2021a).

Destacamos que a Secretaria do Estado da Mulher e dos Direitos Humanos de Alagoas, por meio do perfil do Governo no *Instagram* (@semudh.al), apresentou o problema em torno dos direitos humanos de forma ampla, abordando questões de LGBTfobia, de racismo, de capacitismo, de abuso infantil. Esta secretaria também produziu conteúdos voltados para a conscientização das violências contra as mulheres, com destaque para os sinais de um relacionamento abusivo e a necessidade de denúncia. Divulgou o trabalho assistencial de instituições de referência em atendimento às vítimas, como o Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM), foi divulgado.

No perfil oficial da Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos do Rio Grande do Norte (SEMJIDH) no Instagram (@semjidhrn), destacam-se publicações mais generalistas e atualizações de dados sobre a Covid-19, relacionados ao número de casos detectados, suspeitos e de óbitos. Foi possível observar publicações sobre a temática das violências contra as mulheres, especialmente em datas específicas, como no Dia Internacional da Mulher, assim como o fez o estado de Sergipe. No perfil oficial do Governo do Rio Grande do Norte no *Instagram* (@governodorn), apresentam-se publicações voltadas para o combate ao feminicídio e para problemas referentes a um relacionamento abusivo.

No estado do Ceará, a Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos, por meio do seu perfil no *Instagram* @direitoshumanosce publicou uma quantidade razoável de informações se comparada ao estado do Rio Grande do Norte. Suas publicações se voltaram para a divulgação sobre espaços de acolhimento para as mulheres, para divulgação de lives sobre as políticas de enfrentamento às violências contra as mulheres e orientações à comunidade sobre como acolher uma mulher que enfrenta a violência doméstica.

Figura 7 – Campanha da Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos do estado de Ceará

Fonte: Ceará (2021).

Há distinções em termos de produção de conteúdo pelas mídias sociais dos estados do Nordeste. No caso da Bahia, existe uma Secretaria das Mulheres, que mantém uma rede social bem ativa, em que são divulgadas ações que envolvem o combate às violências domésticas, além de divulgarem seus projetos audiovisuais. Os conteúdos destacam as vulnerabilidades vivenciadas por mulheres, especialmente, por meio dos recortes de gênero, classe e raça. Além disso, a Bahia divulga contundentemente canais de denúncias e redes de acolhimento. O estado possui um site oficial voltado para informes, espaço utilizado para veicular, também, notícias sobre igualdade de gênero, coordenadas pela Secretaria da Mulher ou projetos em andamento na Câmara dos Deputados e Senado.

O site também possui um guia voltado para projetos de maior amplitude desenvolvidos pela Secretaria da Mulher, como ações e a criação da caravana “Respeita as minas”, que está voltada para o empoderamento das meninas e mulheres por meio do esporte. Foram feitas ações para sensibilizar e qualificar profissionais da saúde de atenção a vítimas de violência sexual e profissionais de segurança pública, especialmente policiais civis, a fim de que tais agentes públicos possam acolher e orientar vítimas de

violência doméstica. Essas iniciativas são anteriores ao período da pandemia, mas permanecem vigentes. No caso da Bahia, há um destaque em relação ao uso das redes sociais e produção de conteúdo, haja vista que as publicações são recorrentes, com conteúdo que incentivam a denúncia, o acolhimento e a divulgação das ações que têm sido desempenhadas pelas secretarias (BAHIA, 2021).

Em suma, é possível observar que as campanhas e publicações sobre o tema violências contra mulheres neste período não tiveram uma constância na maioria dos estados do Nordeste. Nas páginas oficiais dos governos, este tipo de conteúdo aparece em determinados momentos, como no Dia Internacional da Mulher e durante a campanha "Sinal Vermelho". Observamos ainda que os conteúdos veiculados ao longo dos meses passaram a fazer menos referência ao contexto de isolamento social.

4. OUTRAS AÇÕES POLÍTICAS E PÚBLICAS DESENVOLVIDAS PELOS GOVERNOS DOS ESTADOS DO NORDESTE

As delegacias virtuais se mostraram como uma alternativa fundamental para mulheres convivendo com o seu agressor no contexto de isolamento social, potencializando a possibilidade de denúncia. No estado do Rio Grande do Norte, foi institucionalizada a lei nº 10.726, em junho de 2020. A Assessoria de Comunicação do Rio Grande do Norte (ASSESCOM-RN) (RIO GRANDE DO NORTE, 2020) postulou que a institucionalização dessa lei se soma a outras leis já sancionadas, como o estabelecimento da Casa Abrigo, a lei que torna obrigatória a denúncia de violência doméstica pelos condomínios residenciais, e a criação do aplicativo de denúncias SOS Mulher.

Em Sergipe, o canal de denúncia de violência doméstica nomeado de Delegacia Virtual foi adotado logo no início das medidas de isolamento social no estado, em abril de 2020. A ação foi tomada pela Polícia Civil de Sergipe e o acesso para o registro da ocorrência foi divulgado nas páginas do Governo do Estado, indicando que crimes como feminicídio, tentativa de feminicídio e estupro necessitam de atendimento presencial no Departamento de Atendimento de Grupos Vulneráveis (DAGV) (SERGIPE, 2020a).

Estratégias similares foram adotadas por outros estados. Alagoas lançou, em março de 2021, o aplicativo Salve Maria da Penha, voltado também para denúncias. Por meio do aplicativo é possível acionar a Polícia Militar e, ainda, ativar o "botão do pânico" em casos de iminente violência doméstica. O aplicativo permite também denunciar casos graves de violências físicas e risco de feminicídio, além da possibilidade de fazer denúncias anônimas de agressões morais, psicológicas e físicas, possibilitando o detalhamento da denúncia por meio de envio de fotos e vídeos. Notou-se, um avanço na postura do estado de Alagoas em 2021, visto que em junho de 2020 a denúncia ainda acontecia de forma presencial e o Centro Especializado de Atendimento à Mulher e Direitos Humanos incluía em seus serviços o registro de boletim de ocorrência, com o deslocamento de um policial civil para o local da denúncia (ALAGOAS, 2021). A antiga ação colocava em risco a integridade física das mulheres e dos profissionais de Segurança Pública.

No estado do Maranhão o registro de denúncias de violência doméstica por meio do Boletim *On-line*, que entrou em operação em julho de 2020. Assim, a Secretaria de Estado da Mulher (SEMU) realizou a capacitação das secretarias municipais de políticas para mulheres e contou com a participação de mais de 20 municípios. A Secretaria de Estado da Mulher apontou que essa ação também foi pensada levando em consideração os casos de subnotificação e a garantia dos direitos das mulheres. Além de ações de capacitação de profissionais e a implantação de Boletim *On-line*, o estado do Maranhão, por meio da SEMU, lançou, em agosto de 2020, a campanha "Fia, não se cale! – Denuncie", com o objetivo de informar e conscientizar a comunidade a respeito das violências contra as mulheres, além de orientar o público feminino a reconhecer os primeiros sinais de um relacionamento abusivo, evitando, assim, uma eventual violência física ou psicológica.

Ações similares foram tomadas pelo estado do Piauí, que lançou, em fevereiro de 2021, por meio da Coordenadoria Estadual de Políticas para as Mulheres (CEPM), a campanha de carnaval "Só se eu quiser… #nãoénão – Fica em Casa". A proposta mostrou sua importância visto que buscou evitar a formação de aglomerações durante a pandemia e, também, incentivar a denúncia das violências física, psicológica, moral e patrimonial. Na divulgação feita pelo estado, são apresentados dados do Anuário de Segurança Pública, que durante o ano de 2020 registrou 17 assassinatos de mulheres, quatro feminicídios na capital Teresina e mais 23 em municípios interioranos (PIAUÍ, 2021a).

Ademais, em março de 2021, o estado do Maranhão também lançou campanha voltada para a empatia feminina em tempos de pandemia. Intitulada "Onde eu estiver, ajudo uma mulher", a campanha inclui, entre as ações, ampliação do aplicativo "Salve Maria" para outros municípios, divulgação de ações preventivas promotoras de saúde das mulheres e capacitações da equipe gestora sobre o aluguel Maria da

Penha (MARANHÃO, 2021).

Em termos de conscientização sobre a temática, em maio de 2020, o estado da Paraíba, por meio da Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) juntamente com a Rede Estadual de Atenção às Mulheres, Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica e Sexual (REAMCAV), disponibilizou uma cartilha sobre o enfrentamento às violências contra as mulheres. A Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana pontuou que a cartilha *on-line* disponibilizava à população um material dinâmico que aponta os tipos de violência e as formas de enfrentamento, possibilitando a preservação da vida de mulheres (PARAÍBA, 2020).

Ações de capacitação profissional e acolhimento também foram desempenhadas pelo estado da Bahia, que, em parceria com a Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres e a Secretaria de Segurança Pública, desenvolveu a capacitação para os servidores que atendem as mulheres na delegacia. A formação foi voltada para o atendimento de grupos vulnerabilizados, protocolo de feminicídio, gênero, diversidade, raça, etnia e rede de enfrentamento às violências contra as mulheres (BAHIA, 2021).

Destacamos que ações importantes como as citadas sejam tomadas para que a mulher vítima de violência possa se sentir acolhida e que possa visualizar possibilidades seguras de saída do contexto de violência. Uma boa capacitação profissional também permite que a vítima não sofra revitimização e outras violências como a institucional, por exemplo. O estado da Bahia se destaca na sua proposta por trazer marcadores sociais como raça e etnia em suas políticas públicas, desde as formações e capacitações até as divulgações de suas ações nas mídias sociais.

Portanto, foi possível observar que os estados criaram políticas voltadas para o combate às violências contra as mulheres. As estratégias foram tomadas principalmente no âmbito da conscientização e dos registros da violência de forma *on-line*, por meio do uso de aplicativos e de delegacias virtuais. Constatou-se também um fator decisivo no combate às violências contra as mulheres: nos estados onde há uma secretaria específica voltada para questões sociais das mulheres, as medidas de enfretamento às violências contra as mulheres se mostraram mais eficazes do que naqueles estados onde não há uma secretaria cuja atenção seja a proteção às mulheres e garantia de seus direitos.

5. CONCLUSÃO

A pesquisa realizada apontou que houve aumento de casos de violência doméstica contra as mulheres nos países latino-americanos durante o primeiro ano da pandemia da Covid-19. O contexto internacional chama atenção para o fato de que as mulheres passaram a viver confinadas com seus agressores, muitas vezes, sem a possibilidade de efetivação de denúncias, o que agravou ainda mais a situação. Além disso, em muitos países, as regras sanitárias de confinamento foram decretadas para todos os segmentos da sociedade, o que ocasionou o fechamento de muitas instituições que são voltadas ao acolhimento das mulheres vítimas de violências.

No Brasil, a situação é extremamente grave. A ausência de uma política nacional de combate à pandemia e o estímulo ao negacionismo da ciência provocaram muita desordem e confusão em toda a sociedade. A população brasileira, após um ano de pandemia, colhe um número devastador de mais de 600 mil mortos, o que coloca o Brasil em segundo lugar no *ranking* de números absolutos de vítimas, atrás apenas dos Estados Unidos. Em função da falta de planejamento do governo federal, os estados e municípios assumiram a responsabilidade de guiar as suas políticas de saúde. No entanto, outros problemas também chamaram atenção, como o aumento das violências domésticas em tempos de pandemia.

No caso específico dos estados do Nordeste, foco do nosso trabalho, percebemos que houve ações divulgadas em redes sociais durante o primeiro ano da pandemia e que tiveram como objetivo chamar a atenção para o problema das violências domésticas. Tais ações foram mais planejadas e contundentes em estados que dispõem de órgãos e políticas específicas para o tratamento das desigualdades de gênero.

As informações postadas quase sempre trouxeram esclarecimentos sobre como fazer denúncias em casos de violências, quais os órgãos as vítimas deviam procurar e produção e divulgação de conhecimento educativo sobre o tema. Outro aspecto muito importante foi a institucionalização das delegacias virtuais, algo que parece ter estreitado a relação entre as vítimas e instituições de acolhimento e investigação. Por fim, cabe ressaltar que é urgente a adoção de medidas concatenadas entre os governos federal e estaduais, para tentar minimizar o problema das violências domésticas, pois se continuarmos navegando em mares turbulentos por mais tempo, as pandemias ganharão dimensões sem volta no Brasil.

REFERÊNCIAS

[1] A PANDEMIA está aumentando a violência contra a mulher. (2020), [Locução de]: Magê Flores e Jessica Maes. Entrevistada: Asa Regner, Valéria Scarance, Juliana de Faria e Ana Estela de Sousa Pinto. [*S. I.*]: Folha de São Paulo e Spotify Studio [Café da Manhã], 16 abr. *Podcast.* Disponível em: https://open.spotify.com/episode/72GOEnGAKGzFA6CmivVXlC?si=89lUq4QxSMeTcdLFBa79vQ&dl_branch=1. Acesso em: 15 jun. 2021.

[2] ALAGOAS. (2021), Secretaria da Mulher e dos Direitos Humanos do Estado de Alagoas. "SEMUDH E SSP discutem o uso de aplicativo para denúncias de violência contra a mulher". Disponível em: http://www.mulheredireitoshumanos.al.gov.br/index.php/noticia/item/2230-semudh-e-ssp-discutem-uso-de-aplicativo-para-denuncias-de-violencia-contra-a-mulher. Acesso em: 27 jun. 2021.

[3] ALESSI, Gil. (2020), "Mulheres enfrentam alta de feminicídios no Brasil da pandemia e o machismo estrutural das instituições". El País, São Paulo, 29 dez. 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-29/mulheres-enfrentam-alta-de-feminicidios-no-brasil-da-pandemia-e-o-machismo-estrutural-das-instituicoes.html. Acesso em: 27 abr. 2021.

[4] ALMEIDA, Suely Souza de. (2007), "Essa Violência maldita". *In*: ALMEIDA, Suely Souza de (org.). Violência de Gênero e Políticas Públicas. Série Didáticos. Rio de Janeiro: UFRJ.

[5] ALVAREZ, Pilar. (2021), "O desafio de ser mulher em tempos de pandemia". El País, Brasil, 07 mar. 2021. Disponível em: https://brasil.elpais.com/eps/2021-03-07/o-desafio-de-ser-mulher-em-tempos-de-pandemia.html. Acesso em: 27 abr. 2021.

[6] BAHIA. (2021), Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres. "Polícias Civis das DEAMS participam de capacitação em Gênero". Disponível em: http://www.mulheres.ba.gov.br/2021/05/3205/Policiais-civis-das-DEAMs-participam-de-formacao-em-genero.html. Acesso em: 27 jun. 2021.

[7] BANDEIRA, Lourdes. (2014), "Violência de gênero": a construção de um campo teórico e de investigação. Revista Sociedade e Estado, v. 29, n. 2 Maio/Agosto.

[8] BENITES, Afonso; JIMÉNEZ, Carla. (2020), "Juízo sobre estupro repete fórmula de humilhar vítima para desqualificá-la, e juiz pode ter sentença anulada". El País, Brasília, 04 nov. 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-04/juizo-sobre-estupro-repete-formula-de-humilhar-vitima-para-desqualifica-la-e-juiz-pode-ter-sentenca-anulada.html. Acesso em: 27 jun. 2021.

[9] BRASIL. (2006), "Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006" Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 10 julho, 2021, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 06 jun. 2021.

[10] BRASIL. (2021), Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. "Canais registram mais de 105 mil denúncias de violência contra mulher em 2020". Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/03/canais-registram-mais-de-105-mil-denuncias-de-violencia-contra-mulher-em-2020. Acesso em: 26 abr. 2021.

[11] BRUNET, Luiza. (2021), "Marias, Marias, forças que nos alertam". Folha de São Paulo, abr. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/03/marias-marias-forcas-que-nos-alertam.shtml. Acesso em: 15 jun. 2021.

[12] CEARÁ. (2021), Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos. "Você Sabe como apoiar uma mulher vítima de violência?" Fortaleza, 8 jan. Instagram: @direitoshumanosce. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CJyjfxHsqMf/. Acesso em:

[13] CENTENERA, Mar. (2020), "Assassinato de mãe e filha na Argentina acende alerta sobre a violência contra mulher na quarentena". El País, Buenos Aires, 30 mar. 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-03-31/assassinato-de-mae-e-filha-na-argentina-acende-alerta-sobre-a-violencia-contra-mulher-na-quarentena.html. Acesso em: 27 abr. 2021.

[14] CENTENERA, Mar. (2021), "Pandemia faz condições trabalhistas das mulheres recuarem uma década na América Latina". El País, Buenos Aires, 10 fev. 2021. Disponível em: https://brasil.elpais.com/economia/2021-02-11/pandemia-faz-condicoes-trabalhistas-das-mulheres-recuarem-uma-decada-na-america-latina.html. Acesso em: 27 abr. 2021.

[15] CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. (2020), "Campanha "Sinal Vermelho"". Disponível em: https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/violencia-contra-a-mulher/campanha-sinal-vermelho/. Acesso em: 27 jun. 2021.

[16] COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura; GROSSI, Miriam Pillar; VALCUENDE DEL RÍO, João María, COSTA, Luísa Maria Ramos; OLIVEIRA, Maria Luiza Vasconcelos Fernandes (2021), Violências contra as mulheres na pandemia da Covid-19: Uma análise de notícias, memes e vídeos. "RELIES: Revista Del Laboratorio Iberoamericano Para El Estudio Sociohistórico De Las Sexualidades", (5), 143-68. https://doi.org/10.46661/relies.5705

[17] COSTA, Patrícia Salvador Rosalba. (2008), "Entre o fato e a lei": representação, justiça e gênero no crime de estupro. Guarapari: Ex Libris.

[18] FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. (2020), "Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019". São Paulo: FBSP.

[19] GONZÁLES, Alícia; BORGES, Rodolfo. (2021), "Pandemia adia igualdade de gênero por mais uma geração". El País, São Paulo, 31 mar. 2021. Disponível em: https://brasil.elpais.com/sociedade/2021-03-31/pandemia-adia-igualdade-de-genero-por-mais-uma-geracao.html. Acesso em: 27 abr. 2021.

[20] GREGORI, Maria Filomena. (1993), "Cenas e queixas": mulheres e relações violentas. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

[21] GROSSI, Miriam Pillar. (1998), "Rimando amor e dor": reflexões sobre a violência no vínculo afetivoconjugal. *In*: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (org.). Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Mulheres.

[22] KOTSCHO, Mariana. (2020), "Não *tô* nem aí para a Lei Maria da Penha. Ninguém agride ninguém de graça", diz juiz em audiência. Disponível em: https://papodemae.uol.com.br/noticias/nao-to-nem-ai-para-a-lei-maria-da-penha-ninguem-agride-ninguem-de-graca-diz-juiz-em-audiencia.html. Acesso em: 06 jun. 2021.

[23] MARANHÃO. (2020b), Secretaria da Mulher. "SEMU realiza capacitação com os organismos para as mulheres sobre a utilização do boletim online". Disponível em: https://mulher.ma.gov.br/semu-realiza-capacitacao-com-os-organismos-de-politicas-para-as-mulheres-sobre-a-utilizacao-do-boletim-online/. Acesso em: 27 jun. 2021.

[24] MARANHÃO. (2021a), Secretaria da Mulher. "SEMU lança campanha Março Mulher onde eu estiver eu ajudo uma mulher". Disponível em: https://mulher.ma.gov.br/semu-lanca-a-campanha-marco-mulher-onde-eu-estiver-ajudo-uma-mulher-que-incentiva-sororidade-e-empatia-feminina-nos-tempos-de-pandemia/. Acesso em: 27 jun. 2021.

[25] OJEA, Maria Victoria. (2021), "COVID-19, um pesado retrocesso nos avanços da mulher latino-americana". El País, 08 mar. Disponível em: https://brasil.elpais.com/economia/2021-03-08/Covid-19-um-pesado-retrocesso-nos-avancos-da-mulher-latino-americana.html. Acesso em: 27 abr. 2021.

[26] OLIVEIRA, Kenny Stephanny Souza; GIORDANO, Jade Ventura. (2021), A Luta Pela Proteção Da Mulher Vítima de Violência Sexual no Processo Judicial: uma análise do projeto de Lei Mariana Ferrer. *In:* SIQUEIRA, Laurinda Fernanda Saldanha; SILVA, Maynara Costa de Oliveira (org.). "Maternidade, aborto e direitos da mulher". São Luís, MA: Editora Expressão Feminista, p. 7-12.

[27] OQUENDO, Catalina. (2020), "A violência de gênero é uma pandemia silenciosa". El País, Bogotá, 08 abr. Disponível em: https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-04-09/a-violencia-de-genero-e-uma-pandemia-silenciosa.html. Acesso em: 27 abr. 2021.

[28] PARAÍBA. (2020), "Cartilha reforça combate à violência contra mulheres". Disponível em: https://paraiba.pb.gov.br/noticias/cartilha-reforca-combate-a-violencia-contra-mulheres. Acesso em: 27 jun. 2021.

[29] PATRULHA MARIA DA PENHA. (2020), "Campanha contra violência doméstica do Governo do Estado do Piauí". Teresina, 10 jun. *Instagram*: @patrulhamariadapenhapmpi. 1 fotografia color. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CCeFmtcD2ZO/ Acesso em: 27 mar. 2021

[30] PERNAMBUCO. (2021a). "Campanha de enfrentamento da violência contra mulher nas contas de água". Recife, 26 mar. *Instagram*: @secmulherpe. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CM5I8XHMzt6/ Acesso em: 27 mar. 2021.

[31] PERNAMBUCO. (2021b). "No ônibus, usar máscara é obrigatório". Respeitar a mulher também. Recife, 11 mar. *Instagram*: @Governope, 1 cartaz. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CMSTsMalB1i/ Acesso em: 27 mar. 2021.

[32] PIAUI. (2020b), "Ei, Mulher! Não É O Coronavírus Que Mata!" Teresina, 8 abr. *Instagram*: @governodopiaui. 1 cartaz. Disponível em: https://www.instagram.com/p/B-t3cJFjujC/. Acesso em: 10 jun. 2021.

[33] PIAUÍ. (2020c), "Se houver agressão entre marido e mulher, use a colher sim! Não deixe que as mulheres corram risco de morte. Disque 190 ou baixe o app Salve Maria". Teresina, 3 maio 2020. *Instagram*: @governodopiaui. 1 cartaz. Disponível em: https://www.instagram.com/p/B_uTU8JjvXn/. Acesso em: 27 jun. 2021.

[34] PIAUÍ. (2021a), "Coordenadoria da Mulher lança a campanha de Carnaval "Fica em Casa"". Disponível em: https://www.pi.gov.br/noticias/coordenadoria-da-mulher-lanca-a-campanha-de-carnaval-fica-em-casa/. Acesso em: 26 mar. 2021.

[35] PIMENTA, Denise Moraes. (2019), "O cuidado perigoso": tramas de afeto e risco na Serra Leoa (a epidemia de

Ebola contada pelas mulheres, vivas e mortas). Tese de Doutorado em Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-17062019-142750/pt-br.php. Acesso em: 27 jun. 2021.

[36] PIMENTA, Denise. (2020), "Pandemia é coisa de mulher": Breve ensaio sobre o enfrentamento de uma doença a partir das vozes e silenciamentos femininos dentro das casas, hospitais e na produção acadêmica. Tessituras, 8(S1): 8-19, jan.-jun.

[37] PINTO, Ana Estela de Sousa. (2021), "Um terço das mulheres sofre violência física ou sexual, diz OMS". Folha de São Paulo, mar. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/03/um-terco-das-mulheres-sofre-violencia-fisica-ou-sexual-diz-oms.shtml. Acesso em: 15 jun. 2021.

[38] POR QUE a violência doméstica cresce na pandemia? Ouça podcast. (2020), Folha de São Paulo. 16 abr. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2020/04/por-que-a-violencia-domestica-cresce-na-pandemia-ouca-podcast.shtml. Acesso em: 15 jun. 2021

[39] RIAL, Carmen. (2004), "Antropologia e mídia": breve panorama das teorias de comunicação. Antropologia em primeira mão, v. 9, n. 74.

[40] RIO GRANDE DO NORTE. (2020), Assessoria de Comunicação do Rio Grande do Norte. "Governadora sanciona Lei que institui delegacia virtual em defesa das mulheres". Disponível em: http://www.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN= ITEM & TARG= 232859\ ACT= & PAGE= & PARM= & LBL=Materia. Acesso em: 27 mar. 2021.

[41] ROSSI, Marina. (2016), "Caso Luiza Brunet mostra que violência contra a mulher não escolhe classe social". El País, São Paulo, 1 jul. https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/01/politica/1467400356_778746.html, acessado em 27 de junho de 2021.

[42] SANTOS, Betânia Maria. Pereira dos. (2021), "A face feminina na linha de frente contra a pandemia de COVID-19". Nursing, São Paulo, v. 24, n. 275, p. 5480-5483, 9 abr. http://dx.doi.org/10.36489/nursing.2021v24i275p5480-5483.

[43] SANTOS, Rayani Mariano; COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura; TRIÑANES, Giovanna Lícia Rocha; GROSSI, Miriam Pillar. (2012), "O caso Geisy Arruda: representações midiáticas brasileiras sobre violências contra mulheres". Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 6, n. 07.

[44] SERGIPE. (2020a), "Casos de violência doméstica podem ser registrados pela Delegacia Virtual". Disponível em: https://www.se.gov.br/noticias/segurancapublica/casos_de_violencia_domestica_podem_ser_registrados_pela_delegacia_virtual. Acesso em: 28 mar. 2021.

[45] SERGIPE. (2020b), "Dia Estadual de combate ao feminicídio". Aracaju, 25 de julho de 2020. *Instagram:* @governosergipe, 1 cartaz. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CDO2LcHDOSV/. Acesso em: 28 mar. 2021.

[46] UNITED NATIONS. (2020), "Policy Brief": The Impact of COVID-19 on Women, 9 april. Disponível em: https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2020/policy-brief-the-impact-of-covid-19-on-women-en.pdf?la=en&vs=1406 Acesso em: 27 jun. 2021

[47] VARGAS, Joana. (2004), "Estupro: que justiça?" fluxo do funcionamento e análise do tempo de justiça criminal para o crime de estupro. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

[48] VEJA os detalhes do assassinato de juíza pelo ex-marido na véspera do Natal e na frente das filhas, no Rio. (2020), G1, Fantástico, 27 dez. Disponível em: https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/12/27/veja-os-detalhes-do-assassinato-de-juiza-pelo-ex-marido-na-vespera-do-natal-e-na-frente-das-filhas-no-rio.ghtml. Acesso em: 27 jun. 2021.

Capítulo 3

Perspectivas de universitários negros, sobre equidade racial nas organizações e trabalho

Liani Maria Hanauer Favretto
Camille Eduarda Miotto Basse
Claudia Fernandes Borges da Rosa
Eduardo Bianchini Mocelin

Resumo: A desigualdade étnico-racial é um dos aspectos velados em nossa sociedade, mas ainda presente em ambientes escolares e de trabalho. Nesse sentido, a presente pesquisa, teve como objetivos: Caracterizar as perspectivas de universitários negros sobre equidade racial nas organizações e trabalho; Identificar existência de discriminação racial nas organizações e contextos de trabalho; Descrever facilidades e dificuldades vivenciadas nas organizações, a partir das relações étnico-raciais. Pata tanto, utilizou-se de uma pesquisa qualitativa, com enfoque exploratório, tendo como instrumento de coleta de dados, uma entrevista semiestruturada, aplicada a 10 universitários negros, inseridos em ambientes de trabalho a mais de 2 anos. Utilizou-se a técnica da bola de neve para selecionar os participantes e a análise de conteúdo para a análise dos dados. Os dados mostram que a maioria dos entrevistados não relatam terem vivenciado diretamente a discriminação racial, mas que ela está presente em todos os contextos sociais de forma sutil, muitas vezes não sinto entendida como uma discriminação racial, mas que ainda há muito a avançar nesse contexto.

Palavras-Chave: Equidade racial. Negros. Organizações.

1. INTRODUÇÃO

Os aspectos que envolvem a desigualdade étnico-racial no Brasil é complexa, envolvendo o preconceito racial, expresso por meio da diferença nas questões socioeconômicas entre brancos e negros. (BRUNO; NASCIMENTO, 2019). Para Nunes e Lehfeld (2018), o ato discriminatório provoca consequências negativas para o trabalhador negro, quer seja em seus aspectos socias, psicológicos e econômicos, impedindo seu desenvolvimento pessoal/profissional e desempenho em seu papel na sociedade.

Segundo o Instituto ETHOS (2017), em pesquisa realizada sobre Perfil Social Racial e suas ações afirmativas, identificou que entre as 500 maiores empresas do Brasil, somente 5% das empresas tem negros em seus quadros executivos e destes 0,5% são pretos; os negros em sua maioria ocupam cargos de aprendizes e *treinees*; que existem poucas políticas e metas voltadas a inclusão de negros nas organizações e que em uma população onde 50% são negros, somente uma CEO é negra no país.

Conforme Resende e Tostes (2020), o Estatuto da Igualdade Racial, destaca a necessidade de serem implantadas políticas que contribuam para a inclusão da população negra no mercado de trabalho, identificando assim, a dificuldade desse acesso.

A partir desses dados, justifica-se a necessidade de desenvolver pesquisas que ampliem e evidenciem essa realidade, promovendo maior reflexão e conhecimento frente a esse mundo do trabalho tão desigual. Neste contexto, torna-se questão norteadora do presente estudo, quais as perspectivas de universitários negros, sobre equidade racial nas organizações e trabalho?

2. MÉTODO

A pesquisa foi de cunho qualitativo e exploratória. Os participantes da pesquisa foram 10 pessoas negras, estudantes universitários, que frequentam o Ensino Superior (independente do curso), maiores de 18 anos e inseridos no mundo do trabalho. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma entrevista semiestruturada e passou por um pré-teste, com uma universitária negra, conhecida de uma das pesquisadoras, a fim de obter a validação do instrumento.

Para o contato com os entrevistados, foi utilizada a técnica Bola de Neve, que consiste inicialmente pela escolha do primeiro entrevistado (conhecido da pesquisadora) e a partir de então, esse faz sugestão de nomes até a saturação de indicação. As entrevistas aconteceram em locais sugeridos pelos próprios participantes, sendo solicitada a autorização para gravação, assim, como apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, sob o número do Parecer: 5.022.521.

Após a realização das entrevistas, os dados coletados foram classificados e analisados, por meio da análise de conteúdo, que para Chizzotti (2006, p.98) afirma que "o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas."

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. FACILIDADES DE DIFICULDADES NA INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

A Tabela 2 expressa o processo de inserção no mundo do trabalho, evidenciando as facilidades e dificuldades encontradas pelos entrevistados.

A partir do exposto, identifica-se a divisão do processo de inserção no mundo do trabalho em 3 etapas, sendo: 1. O processo de seleção; 2. O processo de adaptação; e 3. O cotidiano de trabalho, com suas facilidades e dificuldades.

Como se percebe, 06 dos 10 entrevistados, em seus processos de seleção passaram pela triagem do currículo, uma das ferramentas mais utilizadas em todo o mundo, sendo primeiro obstáculo à seleção, em mais de 98% das empresas norte-americanas (PIOTROWSKI & ARMSTRONG, 2006). Esta ferramenta pode estar sujeita a análises tendenciosas, considerando que, além das informações relacionadas ao trabalho, também pode sinalizar informações estigmatizantes que não possuem relação com o trabalho, como por exemplo, nomes que soam étnicos ou pistas sobre a aparência de alguém em fotos anexadas ao currículo. Quando esse tipo de informação mais personalizada fica disponível, os recrutadores podem se envolver no processamento destas com base em atributos em vez de processá-las se baseando em categorias das informações do candidato, sendo alternativas para isto os procedimentos de inscrição anônima, por

exemplo. (DEROUS, 2018).

Tabela 2 – Facilidades e dificuldades no processo de inserção no mundo do trabalho

Etapas	Respostas	Número
Processo de seleção	Não passou por processo seletivo Entrega de currículo, prova e/ou entrevista Processo seletivo inteiramente virtual	02 06 02
Processo de adaptação	Boa adaptação Dificuldade inicial de adaptação	06 04
Facilidades no dia-a-dia de trabalho	Facilidade no exercício de atividade específica do trabalho Facilidade de comunicação/interação no ambiente de trabalho Não apresenta facilidades	05 04 01
Dificuldades no dia-a-dia de trabalho	Dificuldade no exercício de atividade específica do trabalho Dificuldade de comunicação/interação no ambiente de trabalho Não apresenta dificuldades	04 04 02

Fonte: Dados da pesquisa.

Progressivamente, acerca do processo de adaptação, a Entrevistada 8 disse: "*Em setembro de 2019 foi estranho, quando tudo iniciou, porque na minha sala de treinamento só tinha eu de pessoa negra*. *Porém, a forma como o treinamento foi conduzido foi bem tranquilo, e eu me adaptei super bem ao ambiente de trabalho.*"

Apesar de o Brasil ser um País com imensa diversidade étnica, essa diversidade não é reproduzida no mercado de trabalho, o que é evidenciado pela sensação de "estranhamento" da entrevistada por ser a única negra na sala de treinamento, sendo incontestável que as empresas detém um imprescindível papel para a reversão desse cenário, devendo promover a inclusão e ampliação da diversidade nos seus quadros de funcionários, criando mecanismos que assegurem a inserção adequada, de jovens negros, no mercado de trabalho. Consoante a fala de Barroso:

> "Já os que defendem o humanismo racial brasileiro, fundado na suposição de que aqui transcendemos a questão racial, acreditam sermos uma sociedade homogeneizada pela miscigenação. Todos são iguais, independentemente da cor da pele. Vale dizer: veem o que desejam e crêem no que preferem, confundindo vontade com realidade. Para chegar a esta conclusão relativamente simples, basta olhar a quantidade irrisória de negros em postos de primeiro time no governo, nas empresas e nos escritórios de advocacia."

Superadas a seleção e adaptação, sobrevém as facilidades e dificuldades encontradas no cotidiano de trabalho, merecendo destaque a questão da comunicação e interação no ambiente de trabalho, enquanto 4 entrevistados possuem facilidade neste quesito, outros 4 não a possuem.

Quando questionada acerca das facilidades encontradas no seu dia-a-dia de trabalho, a entrevistada 5 disse: "*Diálogo, pois você consegue conversar e expor as suas ideias, assim como o fazer o que a gente gosta é importante, pois facilita várias coisas.*"

Não obstante, acerca das dificuldades, disse o entrevistado 2: "*Eu acho que a comunicação... ela existe, mas ela é feita de uma forma, não digo grosseira, mas sem autocuidado de como a outra pessoa vai entender.*"

A comunicação é uma das principais competências necessárias para o ser humano, e no meio corporativo isto não é diferente, tendo forte impacto na integração da equipe de trabalho e sendo motivo de influência na motivação dos profissionais. Um ambiente que preza e incentiva a comunicação é um ambiente acolhedor à troca de ideias, troca que evidentemente torna-se mais efetiva quando em consonância com a

equidade racial e diversidade promovidas pela empresa. Profissionais com contextos e vivências similares, tendem a abordar situações de maneiras similares, a diversidade dentro do quadro de profissionais de uma empresa permite a pluralidade de argumentos, com base em diferentes linhas de raciocínio e perspectivas, incentivando uma maior independência de agir entre os membros (CARTER et al,. 2007).

3.2. PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS DE DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO

A maioria dos entrevistados, caracterizando nove dos dez participantes, relatam que nunca se sentiram discriminados por sua cor em seu atual ambiente de trabalho, tendo um relacionamento respeitoso com todos os colegas. Porém, uma entrevistada destaca que diariamente passa por situações que ela interpreta como ações de discriminação mais camufladas, enfatizando o seguinte: *"Eu ouço comentários que às vezes as pessoas não se dão conta do que se trata, referentes a minha cor de pele, ao meu cabelo, porque são característicos, né? Eu entendo que não existe a maldade por trás, mas de fato existe o preconceito."*

Referente a isso, Kilomba (2019), define tais atitudes como resultantes do *racismo do cotidiano*, destacando que fomos e somos forjados por uma violência estrutural decorrente de um projeto de dominação e exploração colonial, cuja raça e o "racismo cotidiano", produzem efeitos sobre a vida material e a construção subjetiva de pessoas negras e brancas.

> O *racismo cotidiano* refere-se a todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro e as Pessoas de Cor não só como "Outra/o" – a diferença contra a qual o sujeito branco é medido – mas também como Outridade, isto é, como a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade branca. (KILOMBA, 2019, p. 78).

Porém, quando se trata de situações no ambiente de trabalho, envolvendo o público de forma geral, quatro dos dez participantes da pesquisa destacam que vivenciaram situações de desrespeito devido a sua cor de pele. A Entrevistada 3 relata que, embora a situação não tenha sido com ela, se viu na obrigação de interferir, pois ficou nítida a manifestação preconceituosa em relação ao tipo de cabelo das pessoas negras: *"Ocorreu recentemente algo, que não foi diretamente a mim, mas no meu trabalho. Uma pessoa/cliente estava falando de cabelo e comentou que cabelos de pessoas negras/morenas, enfim... de tonalidade de pele escura, nunca vai ser liso, sempre vai ser crespo. Aí eu me coloquei na conversa porque meu tom de pele é escura e meu cabelo é liso. Então, a colocação que ela tinha feito era que cabelo de pessoas negras não era bom. Aí se a gente analisar mais a fundo, a gente vê que isso é uma forma de preconceito. "*

Nesse sentido, Kilomba (2019), enfatiza que o racismo não se trata apenas de insultar, mas antes de tudo, como as pessoas olham para você, como interagem contigo, como revelam seus pré-conceitos ou ideias formadas acerca do que caracteriza o negro, seja aparência física ou cultura. Quando alguém generaliza que toda pessoa negra tem o cabelo crespo, e ainda o considera ruim, fica nítida a forma de racismo, que se torna ainda mais perturbadora que as demais existentes.

Banks (2000) afirma que historicamente o cabelo da pessoa negra foi desvalorizado como o mais visível estigma da negritude e usado para justificar a subordinação dos povos africanos, sendo esta a mais poderosa marca de servidão da escravização. Sendo assim, passou a ser considerado "cabelo ruim", e isso reflete até nos dias de hoje.

Nesse mesmo contexto, a Entrevistada 5, que atua como professora, relata uma situação bem parecida, onde foi questionada se era a babá de uma aluna especial, estando ela uniformizada e no ambiente escolar, da mesma forma que a Entrevistada 7 foi questionada se trabalhava na loja por competência ou por alguma cota destinada a negros. Percebe-se aí o quanto o racismo estrutural está presente no contexto atual, plantando a ideia de que as pessoas negras não têm capacidade para estarem em cargos maiores.

> O racismo é revelado em um nível estrutural, pois pessoas negras estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestamente sujeitos brancos, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes. (KILOMBA, 2019, p. 76).

Aprofundando essa questão de racismo/preconceito/discriminação, foi questionado os participantes se em empregos anteriores eles haviam passado por alguma situação de desrespeito devido a sua cor de pele, e embora a predominância tenha sido que não, pois sete dos dez participantes negaram tais constrangimentos, estes mesmos complementaram as suas respostas, enfatizando peculiaridades que se consideram importantes no processo. Exemplo disso é o que coloca o Entrevistado 1, que embora nunca tenha se sentido discriminado em ambiente nenhum, destaca: "*Sei que tem discriminação/racismo, seria hipócrita da minha parte dizer que não, mas isso nunca me atingiu e se me atingisse, não seria um impedimento para que eu conquistasse os meus objetivos. "*

Batista, et al., (2014), cita que apesar da discriminação contra grupos minoritários ser condenada por lei e por mais que a norma anti-preconceito seja mais explícita hoje, ainda são registradas manifestações de preconceito contra negros, insluindo também a questão regional.

Houve três relatos de pessoas que dizem ter sofrido preconceito em empregos anteriores, sendo que ambas as entrevistadas narram situações de preconceito bem parecidas, que envolvem formas de tratamento de outros (as) para com elas, muitas vezes explícitas, outras nem tanto, envolvendo até os próprios familiares. Percebe-se isso na fala da Entrevistada 5, quando ela diz: *"Lá em MG, nem tanto...mas aqui, bastante. Como trabalhei em muitos lugares, vivenciei várias experiências negativas de preconceito/racismo não explícito. Não só nos empregos, mas por parte do meu sogro também. Teve uma vez que ele, numa conversa, disse: 'Não sei o que o meu filho viu em você, pra te trazer lá de Minas, com tantas negrinhas que tem por aqui.' "*

Conforme relatado pela entrevistada que veio de Minas Gerais para o estado de Santa Catarina, vê-se que "o preconceito regional se constitui outra questão relevante para o quadro nacional" (Batista, et al. 2014. p. 328), pois além de ter a questão da cor envolvida, percebe-se que a região de onde a participante veio também estava incluída na fala do sogro.

As marcas da discriminação racial fazem estragos gigantescos na vida de quem as vivência, se vendo, muitas vezes, impotente diante desse cenário. Se formos analisar, por menores que sejam, existem ações que tentam minimizar esse tipo de atitude que, diga-se de passagem, não traz bem nenhum a sociedade num todo. Quem é alvo de atitudes racistas, sofre e muitas vezes não entende o que se passa com o outro para tratar com tanta indiferença uma pessoa negra.

> Um dos primeiros psicólogos sociais que investigou sistematicamente o preconceito racial foi Allport (1954), que definiu esse fenômeno como um sentimento de antipatia que se estrutura em uma generalização errada e inflexível atribuída a membros de um grupo, simplesmente por eles pertencerem a esse grupo. As primeiras teorias concebiam o preconceito como sendo decorrente de alguma característica ou processo individual. Adorno e colaboradores (1950) desenvolveram estudos partindo do pressuposto de que o preconceito seria resultado de uma personalidade autoritária. Já Rokeach (1960) atribuiu à causa do preconceito certa rigidez cognitiva e pouca disposição para o contato com pessoas que são percebidas como diferentes. (BATISTA, et al. 2014. p. 329).

As formas de preconceito ficam explícitas e fazem parte do nosso dia-a-dia, pois dos dez participantes da pesquisa, quatro têm relatos que marcaram profundamente suas vidas, inclusive na fase da infância, como colocam as Entrevistadas 2 e 8. Ambas relatam atitudes racistas sofridas no ambiente escolar, e que estão até hoje presentes na memória.

Percebe-se, portanto, que a vivência do preconceito antecede a entrada na universidade. Referente a isso, Gomes (2002) diz que a escola é vista como um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas valores, crenças, hábitos e, também, preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade. Com base em pesquisa, a mesma autora afirma que a trajetória escolar aparece em todos os depoimentos como um importante momento no processo de construção da identidade negra, reforçando estereótipos e representações negativas sobre esse segmento étnico-racial e o seu padrão estético.

Os relatos das Entrevistadas 5 e 6, ambas vindas de outros estados do Brasil, respectivamente Minas Gerais e Paraná, descrevem a forma como as pessoas negras, muitas vezes são vistas por determinadas regiões, incluindo a nossa, que tem uma base cultural baseada na colonização alemã e italiana. Seus relatos se assemelham, pois descrevem experiências mal-sucedidas no meio social, devido unicamente a sua cor

de pele. A Entrevistada 5 enfatiza: *"Vejo que aqui, as pessoas veem pessoas de cor como se não fossem capazes, pois muitas vezes ao me ver com o uniforme da empresa que estou hoje, me perguntam se trabalho na limpeza, aí quando digo que sou professora, elas ficam surpresas."*

Sabe-se que o Brasil viveu quase quatro séculos (1530 a 1888) de um regime escravocrata, sendo que até hoje a população brasileira sofre com as consequências desse legado. Percebe-se, através desses depoimentos, a complexidade dessa herança de exclusão ao diferente, potencializada aos negros, fazendo com que a gente viva um racismo velado, algumas vezes explícito, causador de sofrimento psíquico e social.

> Não devemos nos esquecer de que o preconceito é insidioso e que todos fomos educados e condicionados a pensar de acordo com as estruturas coloniais e racistas. Portanto, o trabalho interno que cada indivíduo consciente deve fazer de forma contínua e ininterrupta é desconstruir o seu próprio racismo (CARIBÉ, 2018, p. 55).

3.3. ORGANIZAÇÃO:CONTRIBUIÇÕES PARA A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL

Dos 10 entrevistados, 3 avaliaram como pouca a diversidade ética na empresa, com o entrevistado 6 ainda afirma *"A diversidade é muito baixa e o maior número de negros estão em cargos com salários menores."* Um entrevistado também comenta que essa pouca diversidade pode ter relação pela *"região onde tem mais a cultura alemã, e talvez o maior número de pessoas brancas"*

> O preconceito racial contra o negro constitui-se componente importante das relações raciais vigentes no país e resulta, outros fatores, econômicos, político, educacional em um real impedimento para ascensão social desse grupo. O processo de marginalização em que se encontra parcela da população negra inclui extratos originários das camadas sociais menos favorecidas, em consequência da condição social a que estão submetidos, na maioria das vezes, como trabalhadores semi qualificados, desqualificados ou desempregados. (SANTOS, 2007, p. 12).

Abordar o tema racismo no ambiente de trabalho, é de extrema importância para combatê-lo, 6 dos 10 entrevistados, afirmam que o tema racismo nunca, ou quase nunca é abordado no seu ambiente de trabalho, 2 entrevistados ainda citam que o tema só é lembrado em datas especiais, como o entrevistado 5 fala *"Não é abordado, a não ser em datas comemorativas, como agora, na Semana da Consciência Negra e em trabalhos desenvolvidos com as crianças, como estudo de literaturas (Menina bonita do Laço de Fita, O cabelo de Lelê",*. Um dos entrevistados afirma que o assunto racismo é sempre abordado na sua empresa, porém que isso nunca vai acabar com o problema, o entrevistado 9, afirma *"O tema racismo é sempre abordado, apesar que isso nunca vai acabar, na minha empresa esse assunto é muito abordado"*

Foi perguntado aos entrevistados, o que as empresas podem implantar, visando maior discussão ou proteção às pessoas negras, diversos métodos foram citados, como palestras, treinamentos, folders informativos, discutir o tema, dentre outros. O entrevistado 2 afirma *"Eu acho que falar sobre o assunto já é um passo muito importante, porque, é claro que eu só trabalhei nessa empresa, mas eu vejo que o termo 'racismo' e tudo o que envolve não é abordado... Discutir, deixar as pessoas informadas sobre o que se trata, seja numa reunião mensal, levando pautas, folhetos informativos sobre, já seria de grande valia, ou seja, começar a dar pequenos passinhos. Vejo que o gestor tem um papel muito importante para abrir portas para as pessoas de forma geral, é um grande começo, para que a gente não tenha que pensar se a empresa é inclusiva nessas questões ou não."*

Coutinho, Costa e Carvalho (2010) mostram as dificuldades de distinguir as empresas que incentivam um ambiente multicultural porque acreditam nos benefícios desta prática, a partir de aqueles que implementam esta prática por razões de marketing ou em resposta à pressão de sociedade e governo. Para Serrano e Brunstein (2007), a inserção da diversidade nas empresas ocorre em resposta a crises e conflitos com grupos externos.

3.4 FORMAÇÃO ACADÊMICA E EQUIDADE ÉTNICO-RACIAL

A maioria dos entrevistados destaca que há uma quantidade bem pequena de estudantes negros nas Universidades que frequentam, sendo que apenas três dos dez participantes enfatizam que há diversidade étnico-racial em suas respectivas instituições.

Conforme Munanga (2017), o racismo está presente em diversas sociedades contemporâneas, atravessando a cultura, as instituições e o cotidiano das relações interpessoais. Deste modo, podemos dizer que a violência racista atinge o cotidiano de relações sociais e interpessoais. Porém, existem pessoas que não enxergam ou preferem não enxergar a presença desse racismo diário, mesmo que esteja explícito na ausência de oportunidades para pessoas negras frequentarem as universidades, por exemplo.

Destaca-se também que, mesmo indiretamente, homens e mulheres negras continuam sendo afetadas pelas marcas inscritas em sua subjetividade, mesmo que hoje se saiba do significado de ser negro, assim como sua implicação social e histórica. E o resultado disso é a grande minoria de negros que tem acesso as IES.

Paixão et al., (2011) complementa essa ideia, destacando que a invisibilidade do negro na maioria dos espaços de poder e de prestígio em nossa sociedade é uma forma de não reconhecimento. Pesquisas mostram como é grande o fosso que separa a população negra da branca na sociedade brasileira. Essa situação não se manifesta apenas no preconceito baseado na preterição que diminui as oportunidades de ascensão social para pretos e pardos, mas também chama a atenção pelo fato de apresentarem os piores indicadores de qualidade de vida.

O mesmo autor ainda enfatiza que foi a partir da criação do MNU - Movimento Negro Unificado, em 1970, que o Estado brasileiro passou a assumir uma postura que fosse além do combate à discriminação racial e introduzisse políticas que valorizassem a contribuição da cultura negra e aumentassem as oportunidades de ascensão social dos jovens afrodescendentes.

De acordo com os relatos dos participantes, percebe-se também que universidades públicas se diferem das privadas nesse quesito, apresentando maior diversidade. Referente a isso, a Entrevistada 8 diz: *"Quando eu fazia Direito (fiz direito um tempo em uma universidade privada, depois tranquei), era em uma das universidades mais conceituadas aqui de Franca, e na minha sala, de 90 alunos, havia apenas 4 negros. Então lá não havia diversidade étnico-racial, não. Nessa que estou agora (pública), metade da turma é branca, e a outra metade é negra (diferente tons), a gente se relaciona muito bem, não tem nenhum tipo de distinção/preconceito, sendo uma faculdade também muito bem conceituada, e é perfeito, não tem comparação com a outra no quesito de relacionamentos."*

De acordo com Schucman (2014), as universidades que formam a elite de um país costumam ser redutos da branquidade e percebidas como o lugar da cultura superior do mundo ocidental, de forma que a branquidade se traduz numa posição que assegura vantagens na estrutura de oportunidades e poder em sociedades marcadas pela dominação racial. Ela é uma categoria relacional, historicamente construída a partir da conquista pelos europeus de territórios em vários continentes, refletindo uma visão eurocêntrica de mundo que percebe e trata o "outro" como inferior, expressando-se de formas distintas conforme a época e formação social de cada país.

No Brasil, com mais da metade da população formada por pretos e pardos, as universidades sempre foram um reduto quase exclusivamente branco, sendo que políticas de ação afirmativas têm procurado modificar esse quadro de exclusão, através de oportunidades para a população negra nas áreas de educação e trabalho. A partir disso, várias universidades públicas do país passaram a adotar programas de ação afirmativa, principalmente através do sistema de reserva de vagas (Machado, 2013).

Da mesma forma, destacam que assuntos referentes aos aspectos da equidade étnico-racial, incluindo abordagens de temas como racismo/preconceito não são trabalhados de forma mais frequente em suas instituições. Em contrapartida, a grande maioria relata que há respeito entre os universitários, não havendo situações de desrespeito por conta da cor de pele, sendo que apenas uma participante percebe algumas atitudes racistas no meio acadêmico em que está inserida. Dessa maneira, a Entrevistada 2 relata: *"Eu já vi e vivenciei situações que as pessoas não se dão conta, como no meu trabalho, que não se dão conta que algumas atitudes são preconceitos raciais... mas nada muito específico."*

> São grandes os desafios das instituições de educação superior brasileiras: escutar os novos estudantes, aperfeiçoar formas de acolhimento, criar mais espaços para reflexão e discussão das novas realidades trazidas pelos estudantes, adequar currículos. A universidade, seja ela pública ou privada, ao propiciar espaço para que estudantes negros, indígenas e pobres tenham acesso à educação superior, estimula a diversidade e torna essa instituição mais próxima da realidade em que vive a maioria da população do país. (OLIVEN et al., 2017, p. 368).

Referente às ações que as IES podem estar desenvolvendo acerca da equidade étnico-racial no ambiente universitário, as sugestões foram muitas, porém a grande maioria dos acadêmicos sugeriu a realização de palestras, debates, discussões, incentivo às pesquisas científicas, pois destacam que tudo isso traz conhecimento para as pessoas entenderem o que é de fato o racismo e o preconceito, assim como oportuniza a todos os envolvidos conhecer de fato a história, o que certamente facilitará a compreensão de todo o contexto, não levando a certas atitudes, que muitas vezes ocorrem por desinformação. Uma participante deixa claro a importância que se tem de "falar sobre" o assunto, e ainda cita exemplos do que ela percebe na instituição em que frequenta: *"O 'falar sobre' é importante, então eu vejo que na universidade que eu estudo, tem pesquisa sobre isso, eventos, sendo até mesmo específicos sobre escritores negros, mulheres negras, então vejo que lá se tem um olhar mais científico sobre o assunto, com dados que comprovam que isso é real. Tem gente negra falando sobre racismo, então esse é o ponto, o 'movimentar' com as ferramentas que a gente tem, sejam discussões entre acadêmicos e até mesmo trazendo pessoas da comunidade... tem pessoas de escolas públicas, particulares que vão até a instituição falar sobre as suas vivências, assim como tem o professor universitário e aquele professor de periferia que contribuem falando sobre suas experiências. Todas essas mobilizações, com certeza, contribuem para que a diversidade seja vista de forma respeitosa."*

De acordo com Munanga (2012), é preciso fazer um resgate histórico da população negra de forma positiva, em que a sua autoestima possa ocupar o lugar da memória negativa presente ao longo de toda a sua trajetória. A universidade precisa, por isso, estar atenta a essa situação e promover ações que valorizem a diversidade e oportunize a seus acadêmicos assumirem esse direito em qualquer ambiente. Pode-se fazer isso através de debates institucionais sobre a importância das políticas afirmativas, e até mesmo um diálogo ou seminário envolvendo a comunidade de acadêmicos, a fim de minimizar a falta de conhecimento dessa política, garantindo um espaço de interlocução e de visibilidade em que aconteça a ressignificação, sendo que a lógica antes naturalizada seja subvertida e transformada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo mostram, a partir da perspectiva de universitários negros inseridos no mercado de trabalho, que, apesar de o contexto social do período de escravidão não ser mais o vivido pela sociedade brasileira, muitas marcas foram deixadas, estando o racismo ainda arraigado no seio social e presente nas organizações, tais quais empresas e universidades, de forma sutil e muitas vezes sequer notada, passando despercebido à quem é destinado.

Em consonância, a maioria dos participantes informou não ter sido marcado por um episódio de discriminação, ou não se recordar de tal momento. Entretanto, o tratamento pejorativo é somente uma das faces da discriminação racial que é produzida e reproduzida de forma implícita no cotidiano, sendo evidenciada por situações destacadas e percebidas pelos próprios entrevistados, como a irrisória quantidade de negros, tanto no ambiente de trabalho como no ambiente universitário, bem como, a falta ou ínfima abordagem acerca da pauta racial nestas instituições.

Ademais, por meio deste trabalho pôde-se, ainda, ser identificada a escassez de pesquisas e estudos sobre a equidade racial voltada às organizações, sendo um assunto pouco versado de forma direcionada e específica, seja em artigos científicos ou outras produções do gênero.

Constata-se, dessa forma, que a efetiva equidade racial, nas organizações e trabalho, ainda possui um longo processo de evolução a ser percorrido, sendo imprescindível o reconhecimento da existência da desigualdade racial e a promoção de uma maior abordagem desta temática.

REFERÊNCIAS

[1] BANKS, Ingrid. Hair matters. Beauty, Power and Black Women's Consciousness. New York : New York University Press, 2000.

[2] BATISTA, José Roniere Morais et al. Negros e nordestinos: similaridades nos estereótipos raciais e regionais. Rev. psicol. polít., São Paulo , v. 14, n. 30, p. 325-345, ago. 2014 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000200008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 nov. 2021.

[3] BOURDIEU, P. WACQUANT, L. Sobre as artimanhas da razão imperialista. Estudos afro-asiáticos, v. 24, n. 1, pp. 13-22, 2002.

[4] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 41. Relator: Ministro Roberto Barroso. Publicada no D.J.U em 08.06.2017.

[5] CARIBÉ, T. Caminhos de volta: o retorno consciente às origens. In: OLIVEIRA, H. (Org.). Desvelando a alma brasileira: psicologia junguiana e raízes culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. p. 28-59.

[6] CARTER D. et al. The diversity of corporate board committee and firm financial performance. SSRN Eletronic Journal, 2007. Disponível em: https://ssrn.com/abstract=972763. Acesso em 25 de nov. de 2021.

[7] DEROUS E, Ryan AM. Quando seu currículo (não) está rejeitando você: Modelagem de preconceito étnico na triagem de currículo. Hum Resour Manag J. 2018; 1–18.

[8] GOMES, N. L. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 21, p. 40-51, dez. 2002.

[9] KILOMBA, G. (2019). Memórias de Plantação: Episódios de racismo cotidiano. Cobagó.

[10] MACHADO, E. A. Dentro da lei: as políticas de ação afirmativa nas universidades. In: PAIVA, A. R. (Org.). Ação afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 18-39.

[11] MACHADO JÚNIOR, Celso; BAZANINI, Roberto; MANTOVANI, Daielly Melina Nassif. O mito da democracia racial no mercado de trabalho: análise crítica da participação dos afrodescendentes nas empresas brasileiras. Organizações & Sociedade, v. 25, n. 87, p. 632-655, 2018.

[12] MUNANGA, K. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? Revista da ABPN, Goiânia: ABPN, v. 4, n. 8, p. 6-14, jul./out. 2012.

[13] MUNANGA, K. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: N. M. Kon, M. L. Silva, & C. C. Abud (Orgs.). O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise (pp. 33-44). Perspectiva. (2017).

[14] OLIVEN, A. C.; BELLO, L. Negros e indígenas ocupam o templo branco: ações afirmativas na UFRGS. Horizontes Antropológicos, v. 23, n. 49, p. 339–374, 2017.

[15] PAIXÃO, M. et al. (Org.). Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil: 2009-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

[16] SCHUCMAN, L. V. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2014.

AGRADECIMENTO

Programa de Bolsas Universitárias do Estado de Santa Catarina – UNIEDU

Capítulo 4

Implicações do assédio moral na saúde psíquica do trabalhador e na produtividade das organizações

Débora Barbosa Guedes de Oliveira Vilaça
Maria Beatriz Martins Oliveira de Lima

Resumo: O assédio moral corresponde a uma forma de violência que se estabelece a partir de atos hostis e perversos, com nuances que podem ser de agressividade ou sutilidade, ocorrendo de forma sistemática, repetitiva, direcionada a uma ou mais pessoas, com um intuito, muitas vezes, de humilhar e desestabilizar a vítima. Esse fenômeno tem se mostrado um tema de ampla relevância entre os mais diversos grupos de pesquisadores, seja no meio jurídico, corporativo, ou ainda no contexto dos estudos psicossociais, haja vista o crescimento no número de estudos e pesquisas que investigam os efeitos nocivos desse fenômeno na saúde do trabalhador e no contexto produtivo das organizações. Em face dessas questões, este ensaio tem como finalidade propor uma reflexão em torno das consequências do assédio moral na saúde psíquica do trabalhador e na produtividade das organizações. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico que buscou reunir o pensamento de alguns autores, bem como o resultado de pesquisas científicas que apontam os efeitos negativos do assédio moral tanto para as vítimas como para as organizações onde tal fenômeno se manifesta. A realização desse levantamento possibilitou a compreensão de que o assédio moral corresponde a um fenômeno de natureza psicossocial e multicausal com sérias implicações para a saúde e qualidade de vida das pessoas dentro e fora de seu contexto laboral.

Palavras-chave: Assédio Moral; Saúde Psíquica; Trabalhador; Organizações.

1. INTRODUÇÃO

Considerado por Dejours (2010) como a banalização do mal no contexto das relações trabalhistas, o assédio moral corresponde a uma violência que aflige a capacidade física e intelectual das vítimas, padecendo estas tanto psicologicamente quanto fisicamente, visto que o corpo tende a somatizar os conflitos de natureza psíquica provenientes da experiência do assédio (CARBONARO et al., 2020; SILVA *et al*., 2019).

Conduta abusiva que se expressa por meio de ofensas, comportamentos, atos, gestos e palavras que acarretam danos ao bem-estar físico e psicológico dos indivíduos, o assédio moral afeta a dignidade e a personalidade das vítimas, colocando-as em situação de instabilidade em seu ambiente de trabalho (HIRIGOYEN, 2019).

Configura um fenômeno destruidor das relações laborais, do ambiente organizacional e, muitas vezes, do próprio trabalhador, caracterizando-se por um conjunto de ações impetradas sistematicamente contra outrem (LEYMANN, 1990; FREITAS, 2001; HOEL E COOPER, 2000; HIRIGOYEN, 2017). A prática do assédio moral nasce através de uma atitude aparentemente inofensiva, propagando-se e assumindo maiores proporções, onde os ataques multiplicam-se e a vítima é seguidamente estigmatizada, posta em situação de inferioridade e submetida a manobras hostis e degradantes durante um período maior (HIRIGOYEN 2019).

Batista *et al.* (2021) salientam que toda essa violência psicológica provoca na vítima distúrbios de natureza psicológica como depressão, paranoia, delírios, alucinações, podendo esta chegar até mesmo ao suicídio. Além disso, diversos danos físicos também podem acometer as vítimas de assédio moral, tais como problemas digestivos, aumento ou diminuição de peso, cansaço constante e exagerado, redução da libido, enxaquecas, tremores e palpitações (HIRIGOYEN, 2017).

Fortalecendo esse pensamento, Costa (2016) destaca que a perseguição psicológica proveniente do assédio moral coloca o trabalhador em uma posição vulnerável e, mesmo que ocorra de forma sutil e indireta, quando prolongada, causa sérios danos à saúde da vítima, provocando diversas manifestações psicossociais e fisiológicas.

Júnior (2021) destaca que as consequências negativas do assédio moral atingem não apenas a saúde psíquica dos trabalhadores, mas, sobretudo, o desempenho produtivo das próprias organizações. Isso pode ser observado quando o trabalhador, vítima do assédio, tem sua saúde debilitada a ponto de ser impedido de exercer suas funções laborais, e precisa ficar afastado de seu trabalho, o que contribui para o aumento do absenteísmo laboral e consequentemente do passivo trabalhista que tende a ser maior em decorrência de processos judiciais movidos pelos trabalhadores visando a reparação pelas situações de assédio. Nos casos mais graves, quando a vítima fica definitivamente impossibilitada para o trabalho, o assédio acarreta em invalidez permanente e consequente aposentadoria precoce, sobrecarregando o sistema previdenciário (COSTA, 2016; JÚNIOR, 2021; ZAMBRONI-DE-SOUZA & MORAES, 2018).

Cerqueira (2012) explica que as práticas de assédio moral tem se intensificado nos últimos tempos e a razão está nos contextos profissionais violentos, de mecanismos de gestão perversos ou turbulentos, que servem como uma espécie de autorização organizacional para as agressões individuais, na medida em que se observa que a exigência por maior produtividade, a intensificação da carga de trabalho, a redução do tempo e o aumento das tarefas anestesia os empregados e dão a entender que não existem regras, só metas.

Deste modo, difunde-se a ideia de que tudo é permitido para se chegar aos objetivos da empresa, e os chefes são estimulados a cometer abusos, perseguições, cobranças violentas que redundem em assédio moral. A tensão permanente impede inclusive os trabalhadores de se importarem uns com os outros; ao invés de defender o colega das agressões dos gestores, é melhor se preocupar em cumprir suas tarefas para que não seja o próximo perseguido (CERQUEIRA, 2012).

Toda essa realidade torna o ambiente laboral um espaço favorecedor ao assédio moral, na medida em que ocorre a banalização de comportamentos abusivos e da violência, levando os trabalhadores à exaustão emocional e consequentemente ao adoecimento.

Com base nessas ponderações, esse estudo de natureza bibliográfica tem como finalidade reunir obras e pesquisas que permitam fazer uma reflexão em torno das consequências do assédio moral na saúde psíquica do trabalhador e no desempenho produtivo das organizações. Para uma melhor sistematização dos conceitos trazidos, este ensaio encontra-se subdividido em seções, cujo encadeamento de ideias visa uma melhor compreensão desta temática. De modo que a primeira seção traz as definições em torno do

assédio moral, a segunda aborda as implicações desse fenômeno na saúde psíquica do trabalhador; a terceira discute sobre as consequências do assédio na produtividade das organizações e, por fim, são apresentadas considerações finais.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. DEFINIÇÕES SOBRE ASSÉDIO MORAL

Apesar de ser um fenômeno presente no contexto das relações trabalhistas desde os primórdios da sociedade humana, o assédio moral só se tornou objeto de estudos acadêmicos por volta da década de 80 (GARCIA & TOLFO, 2011) quando o alemão Heinz Leymann, considerado precursor dos estudo empíricos sobre o assédio moral no trabalho, o define como um fenômeno no qual uma pessoa ou um grupo de pessoas exercem violência psicológica de maneira sistemática e durante um tempo prolongado, visando a destruição das redes de comunicação da vítima (JÚNIOR, 2021; CAMARGO et al., 2018).

Desde então, o assédio moral tem se tornado um tema de relevância jurídica, social e psicológica para o mundo do trabalho (SILVA *et al.*, 2019), correspondendo a um tipo de violência marcada por condutas abusivas que se manifestam através de comportamentos, atos, gestos e palavras, que reverberam em danos à personalidade, dignidade e integridade física e psíquica da vítima, nascendo de episódios aparentemente inofensivos e propagando-se gravemente (HIRIGOYEN, 2017). Esses episódios correspondem a situações de exposição da vítima a circunstâncias constrangedoras e humilhantes, manifestando-se por comportamentos ou palavras violentas que ocorrem de forma repetitiva e prolongada, trazendo prejuízos que podem ser irreversíveis tanto para a vítima quanto para o ambiente onde o assédio se propaga (HIRIGOYEN, 2019).

Ampliando o hall de suas definições em torno do assédio moral, Hirigoyen (2017) estabelece que esse fenômeno pode ser considerado como uma violência simbólica que se manifesta de maneira sutil, em que o assediador busca destruir a vítima por meio de um processo contínuo de violência psicológica, sustentada por uma relação de dominação que o algoz estabelece para com a vítima do assédio.

Heloani e Barreto (2018) estabelecem que esse tipo de violência consiste em toda e qualquer ação que degrade, humilhe ou controle os comportamentos, emoções e as ações no meio ambiente de trabalho ou a ele associado. Segundo estes mesmos autores, esse processo pode ocorrer por meio da utilização de condutas rudes, explícitas ou sutis, para as quais os comportamentos abusivos, ou maus tratos, as humilhações e os constrangimentos constituem matéria-prima do terror.

Partindo dessa ideia, o assédio moral se apresenta como um tipo de "violência psicológica ou invisível" que tem por objetivo controlar a subjetividade dos trabalhadores e atingir, sobretudo, sua integridade psíquica. Ao recorrer à violência psicológica, o assediador visa eliminar sutilmente a vítima, atribuindo-lhe inclusive a culpa pela perseguição sofrida (HELOANI,2004).

Júnior (2021) destaca que os comportamentos e ações hostis convergem da necessidade de "marcar a pessoa", tornando-a alvo de humilhações e agressões frequentes. Segundo este autor, há todo um jogo de manipulação do assediador na tentativa de descredibilizar e isolar a vítima em seu ambiente, e neste jogo se espalham rumores e calúnias no intuito de afetar sua reputação; criam-se estratégias para dificultar seu processo de comunicação com as demais pessoas, impedindo assim que ela possa se expressar; isola-se a vítima através de um comportamento excludente e discriminatório; são criadas situações que configuram entraves à própria realização de seu trabalho; além de frequentemente a vítima ser direcionada para realização de atividades humilhantes e sem sentido. Todas essas situações acompanhadas por um clima de constantes ameaças e desrespeito.

Fenômeno que se estabelece a partir de atos hostis e perversos, com nuances que podem ser de agressividade ou sutilidade, o assédio acontece de forma processual e repetitiva e pode se apresentar em diferentes formatos: horizontal, entre pares do mesmo nível hierárquico; vertical ascendente, partindo do nível hierárquico inferior para um superior; e vertical descendente, partindo do nível superior hierárquico para um inferior, sendo este último o mais comum (SILVA *et al.*, 2019).

Hirigoyen (2017) salienta que quando a agressão se dá por iniciativa do superior, as implicações são muito mais graves sobre a saúde da vítima que se sente isolada e sem ter a quem se reportar dentro da organização. Essa mesma autora, destaca que dentro da modalidade de assédio vertical descendente, se destacam três subgrupos com características bem peculiares: assédio perverso, praticado com a finalidade de eliminação do outro ou a valorização do próprio poder, ocorrendo quando o superior, como uma forma de se engrandecer, sente a necessidade de apequenar os outros; assédio estratégico que ocorre quando o

objetivo do superior é forçar o subordinado a pedir demissão, visando com isso um processo legal de dispensa sem "prejuízos" para a organização, e por fim, assédio institucional que se dá de maneira coletiva, se encontrando enraizado na própria cultura da organização, revestido, muitas vezes, de discursos sobre produtividade e excelência organizacional (HIRIGOYEN, 2017).

Além das modalidades e tipos de assédio moral, é importante destacar que existe uma diversidade de terminologias usadas para descrever esse fenômeno, a exemplo dos termos: *bullying, mobbing*, terror psicológico, psicoterror, abuso emocional, comportamentos hostis, agressão no local de trabalho, ou ainda comportamentos aversivos (JÚNIOR, 2021). Para Stephan *et al.* (2018), a razão para que o assédio moral se apresente sob essa diversidade de termos está no fato do mesmo ser fenômeno de caráter multidisciplinar estudado por diferentes áreas do conhecimento e em diversas partes do mundo e que, por essa razão, é comum que tantas nomenclaturas estejam a ele associadas, muito embora todas estejam convergindo para a mesma ideia de violência proveniente de situações frequentes de exposição e humilhação vivenciadas pela vítima em seu contexto psicossocial.

Indo ao encontro desse pensamento, Garcia e Tolfo (2011) destacam que o assédio moral tem chamado atenção de especialistas de diversas áreas de formação, como administradores, advogados, juristas, médicos, psicólogos e sociólogos, de modo a refletir sobre as implicações desse fenômeno no mundo do trabalho. A explicação para a ampla gama de áreas profissionais que direcionam seu olhar para esta temática vem da necessidade de compreensão em rede deste fenômeno de caráter multicausal.

Seguindo essa linha de raciocínio, Gonçalves *et al.* (2020) destacam que a percepção acerca desse tema exige análises interdisciplinares concebidas dentro de uma perspectiva ampla, capaz de considerar o contexto econômico, político e organizacional, sem deixar de destacar a singularidade dos protagonistas envolvidos.

Em suma, faz-se necessário compreender esse fenômeno de maneira contextualizada e abrangente, partindo da concepção de que o mesmo se encontra presente nos mais diversos contextos e ocupações, sendo um fenômeno da natureza multicausal, cujas consequências se tornam amplamente destrutivas para a saúde psíquica das vítimas, tema que será devidamente abordado na próxima seção.

2.2. IMPLICAÇÕES DO ASSÉDIO MORAL NA SAÚDE PSÍQUICA DO TRABALHADOR

O assédio moral desencadeia efeitos danosos à saúde mental e física das vítimas (BATISTA *et al.*, 2021), e muitas vezes nasce através de uma atitude aparentemente inofensiva, propagando-se e assumindo maiores proporções, onde os ataques multiplicam-se e as vítimas são seguidamente acuadas e postas em situação de inferioridade, submetidas a manobras hostis e degradantes durante um período maior (HIRIGOYEN 2014).

Hirigoyen (2019) salienta que toda essa realidade faz com que a capacidade de resistência das vítimas sofra um processo de erosão progressiva, o que as leva ao esgotamento psíquico. A autora lembra que ultrapassado um certo limite de estresse, o trabalho de adaptação do organismo não consegue mais se dar, ocorrendo a fase de exaustão. Daí advém as perturbações mais duradouras, onde se observam distúrbios psicossomáticos, estados depressivos graves, transtornos de ansiedade, síndrome do pânico, e, em casos onde os sujeitos são mais impulsivos, a descompensação psíquica pode se dar com a passagem de atos violentos, podendo levar o sujeito à internação psiquiátrica. Em meio a esse tipo de ocorrência, a autora acrescenta ainda que não raro essas situações servem como justificativa para que o agressor intensifique sua perseguição, apoiando-se no intuito de estigmatizar e deslegitimar o discurso da vítima.

Em face dessas questões, entende-se que o assédio moral leva a vítima ao esgotamento tanto psicológico quanto físico, considerando que os conflitos de natureza psíquica invariavelmente produzem efeitos no organismo através da somatização dos mais diversos tipos de doenças (CARBONARO *et al.* 2020). Em algumas vítimas, a resposta do assédio se reproduz na forma de doenças como úlceras no estômago, doenças cardiovasculares, dores de cabeça, doenças de pele, perda ou ganho de peso excessivos provocados por distúrbios alimentares, dor no peito, palpitações, distúrbio no padrão do sono, dentre outras manifestações patológicas (YILDIRIN *et al*., 2007; HIRIGOYEN, 2019).

Corsi *et al*. (2020) partem dessa mesma constatação ao afirmarem que a exposição a situações humilhantes e constrangedoras de longa duração no ambiente laboral podem levar o trabalhador ao desencadeamento de diversas doenças, como episódios depressivos severos, ansiedade intensa e até situações extremas, como é o caso do cometimento do suicídio.

Ampliando essa visão, Moreira (2012) propõe a ideia de um processo de gradação através do qual o assédio moral vai assumindo proporções mais severas na saúde psíquica da vítima. O autor explica que no primeiro instante, ou degrau, a vítima experimenta uma sensação de incompetência que caminha para o segundo momento, onde a mesma vivencia o sentimento de dor moral, culminando com a exaustão emocional (*burnout*), seguida por sentimentos de baixa estima, culpa, estresse, transtornos depressivos graves, levando o sujeito invariavelmente ao afastamento de suas atividades ocupacionais e, em alguns casos, perda de emprego, função gratificada ou até de cargo público, além da perda de identidade profissional e pessoal.

Convém destacar que a violência proveniente do assédio moral possui barreiras invisíveis de difícil detecção, inclusive pela própria vítima, alcançando a subjetividade e a clareza dos fatos. Barbosa e Bender (2019) esclarecem que a dificuldade na identificação do assédio se dá em virtude de, na maioria dos casos, este tipo de violência estar oculto nas ações individuais do assediador que, muitas vezes, encontra na dinâmica organizacional o ambiente propício para a manifestação de seu perfil neurótico.

Acerca do perfil do assediador, Sohsten (2021) esclarece que este atua sob uma forte influência neurótica marcada por características como irritabilidade excessiva com o fato das outras pessoas não fazerem exatamente o que se espera que façam e dentro do tempo requerido, intolerância e preconceito para com as diferenças individuais, além do prazer sádico em diminuir e humilhar as vítimas.

Hirigoyen (2017) denomina de "perverso narcisista" esse perfil psicológico, esclarecendo que estes tipos de personalidade são fruto de sistemas organizacionais subvertidos que favorecem esse tipo de violência e intensificam a ocorrência do adoecimento laboral proveniente de situações de assédio. Sohsten (2021) lembra que se um gestor apresenta esse tipo de personalidade, ou perfil psicológico, as consequências serão inevitáveis, o assédio passa a ter uma forte probabilidade de ocorrer, já que o comportamento neurótico do perverso narcisista que exerce cargos de gestão nas organizações corresponde a um dos principais vetores da existência do assédio moral no mundo do trabalho.

Acerca do perfil da vítima, Sohsten (2021) esclarece que alguém com personalidade forte, consciente de seus direitos e com autoestima elevada, dificilmente sofrerá com gravidade maior as consequências desse tipo de violência, já que, de posse de perfil, a pessoa poderá inclusive denunciar o assediador ou ajuizar ação judicial requerendo o pagamento de danos morais pela vivência do assédio. Por outro lado, se a vítima não possui esse perfil, e apresenta um histórico familiar que não favoreceu tal formação psíquica, ou consciência de seus direitos, possivelmente se submeterá ao assédio, podendo inclusive caminhar na direção do adoecimento emocional, e quiçá da morte.

Ampliando a visão acerca do quadro psicológico da vítima de assédio, Hirigoyen (2019) esclarece que os estados depressivos geralmente são acompanhados por recordações frequentes das situações de assédio vivenciadas, total esgotamento emocional, no qual ela se sente vazia, cansada e sem energia, de modo que nada mais lhes interessa, havendo assim um comprometimento total da vida fora do eixo laboral, onde os sentimentos de tristeza, solidão e medo assumem o controle (HUTCHINSON *et al*., 2009).

Hirigoyen (2019) explica que ao chegar nessa fase, as vítimas do assédio experimentam um estado de completa expropriação de sua subjetividade, no qual não conseguem mais pensar ou concentrar-se, mesmo nas atividades mais banais, e nesse estágio não raro ocorrem as ideações suicidas. A autora salienta que muitas vezes a ocorrência, ou tentativa de suicídio, funciona como uma espécie de álibi para o agressor, que se prevalece de tal ocorrência drástica para culpabilizar a própria vítima, classificando-a como alguém fraca, perturbada, louca, na tentativa de justificar as agressões e humilhações a ela direcionadas.

Todos esses argumentos fazem entender que a constatação do assédio moral enquanto fenômeno de cunho potencialmente destrutivo para a saúde das vítimas despertou o interesse de cientistas e pesquisadores nas áreas da psicologia e da medicina do trabalho, levando-os a investigação acerca dos danos psíquicos, emocionais e físicos sofridos pelas vítimas desse tipo de violência (BARBOSA & BENDER, 2019). Toda essa preocupação encontra-se atrelada ao fato de que o assédio, além de gerar inúmeros danos às vítimas, produz efeitos adversos na própria dinâmica produtiva das organizações, a exemplo do clima organizacional desfavorável, alta rotatividade profissional, e aumento no passivo trabalhista, ocasionado pelo afastamento laboral das vítimas adoecidas (PAULA et al., 2021).

A esse respeito, Camargo *et al*. (2018) lembram que os contextos organizacionais que não levam em conta os fatores psicossociais e negligenciam a saúde e qualidade de vida dos trabalhadores fomentam ambientes oportunos para a ocorrência de abusos e violências, culminando na prática do assédio moral, e consequentemente gerando relações de trabalho vulneráveis e fragilizadas. Em face dessas observações, convém refletir em torno das consequências nocivas do assédio moral para a realidade produtiva das organizações, tema que será devidamente abordado na próxima seção.

2.3. CONSEQUÊNCIAS DO ASSÉDIO MORAL NA PRODUTIVIDADE DAS ORGANIZAÇÕES

As novas formas de organização do trabalho da sociedade pós-moderna encontram-se materializadas nos conceitos de produtividade, competitividade, cumprimento de metas em curto prazo, desempenhos sempre mais elevados, incorporação tecnológica e atualização permanentes. Ao passo em que essas premissas fortalecem a nova dinâmica de trabalho das modernas organizações, movida pelos imperativos do lucro, quebram-se as relações e contratos de trabalho, legitima-se a competição em todos os níveis, individualizam-se as culpas e os prejuízos pelo não atendimento de metas, eleva-se o ritmo do trabalho e coloca-se a guerra econômica como álibi para justificar a sobrevivência da empresa a qualquer custo, o que se dá, não raro, através de mecanismos velados de violência, onde se robustecem as práticas de assédio moral (FREITAS et al., 2008; PAULA et al., 2021).

Heloani e Barreto (2018) lembram que, atrelada a essa realidade das "modernas" formas de gestão e organização do trabalho, encontra-se a problemática do desemprego estrutural que está associado à eliminação de postos de trabalho em decorrência das modificações estruturais provenientes do processo de reestruturação produtiva. Em face dessa realidade, na qual o desemprego estrutural mobiliza todo um exército de trabalhadores ávidos por se manterem a qualquer custo em seus postos de trabalho, ocorre uma espécie de guerra, na qual "o fundamental não é o equipamento militar, mas o desenvolvimento da competitividade, em que o fim pode justificar os meios, mediante um atropelamento da ética, da própria dignidade humana" (DEJOURS, 2001, p. 14). A luta pelo tudo ou nada para se manter no posto de trabalho é justificada pela retórica da lei da sobrevivência.

Reforçando essa ideia, Heloani e Barreto (2018) explicam que aqueles que estão fora do mercado de trabalho fazem de tudo para entrar ou retornar; usam de meios lícitos e até aceitam o considerado ilícito para obter um novo emprego, enquanto aqueles que estão empregados não poupam esforços para se manter no emprego. Os referidos autores salientam que toda essa realidade gera nesses trabalhadores um sofrimento psíquico decorrente da situação de insegurança e desamparo, pois sabem que a qualquer momento podem, sem razão aparente e sem critérios transparentes, se depararem com a situação do desemprego.

Toda essa realidade gera um intenso clima de competitividade e rivalidade entre os trabalhadores que, ao se submeterem a esse sistema desumano e cruel, acabam por contribuir para o fortalecimento dessa teia de relações sociais tão nocivas para os indivíduos, como também para a própria organização.

Hirigoyen (2014) alerta para o discurso gerencial que se apoia em todo um conjunto de meias verdades e formas de acomodação da realidade, discurso esse que se mostra sedutor a um candidato no momento da contratação, mas é, sobretudo, manipulador, trazendo a ideia de autonomia do trabalhador, de valoração de seu trabalho e suas competências, quando na verdade sua força de trabalho é descartável, podendo ser demitido da noite para o dia, exigindo mais do que nunca submissão e obediência.

Todo esse cenário se mostra como um ambiente fecundo para a ocorrência do assédio moral, uma vez que o respeito e a valoração do humano são atributos desconsiderados. Essa situação coloca os trabalhadores em constante clima de tensão, de modo que suas competências sócioemocionais sofrem uma espécie de atrofia, enquanto que se hipertrofiam o individualismo e a ambição desmedida.

As organizações que, em seus modelos de gestão, se apropriam desses padrões priorizam em seus cargos de gestão pessoas que reproduzem tais valores, mantendo todo um aparato disciplinar que favorece a existência do assédio. Trata-se de uma espécie de política mantenedora da violência, onde se observa todo um conjunto de fatores que apontam para a existência do assédio.

Buscando melhor caracterizar essas organizações, onde se preconiza a existência do assédio, Heloani e Barreto (2018) destacam alguns indicadores como a naturalização e/ou banalização da violência; altos níveis de exigência e pressão; comunicação escassa e fluxo de informação deficiente; péssimo relacionamento entre os colaboradores e os profissionais de alto escalão; degradação das relações afetivas, acompanhada por relação abusivas e agressões; política de gestão de pessoas precária; ausência

de valores éticos e morais; estilo de gestão autoritário; falta de reconhecimento pelo trabalho realizado e destruição do espírito coletivo. Além desses indicadores, Heloani e Barreto (2018) destacam a imposição de prazos rigorosos; o aumento no ritmo de trabalho; maior volume de atividades por pessoa; maior pressão e controle do trabalhador e seu trabalho através de e-mails, celulares e mídias digitais; precariedade das condições ergonômicas de trabalho e necessidade constante de adaptação a ambientes com intenso padrão de mudança.

Ao estabelecer processos de gestão cuja dinâmica laboral se apoia nessas características, as organizações favorecem os hábitos de violência entre seus trabalhadores e incentivam, mesmo que indiretamente, a existência do assédio moral. Robustecendo esse argumento, Freitas *et al*. (2008) salientam que a principal razão para que assédio moral se enraíze na dinâmica organizacional é a negligência dos gestores que se omitem diante das violências, ou até mesmo, de forma velada, promovem seu incentivo.

Corroborando essa ideia, Júnior (2021) salienta que os espaços de trabalho que atuam nessa perspectiva possuem uma cultura organizacional contaminada pelo assédio, de modo que sua ocorrência é aceita como um método para o atingimento dos objetivos da organização. Seguindo esse raciocínio, em que os fins justificam os meios, nas organizações em que os assediadores têm ciência de que não há controle de seus métodos de gestão e comportamento, o assédio acaba se transformando numa espécie de "ferramenta administrativa", não havendo preocupação com as consequências para o assediado.

Esse mesmo autor acrescenta que nas empresas onde os assediadores sabem que não serão punidos ante a ausência de políticas com intuito de reprimir e prevenir o assédio, tal prática tende a se tornar algo comum, o que os encoraja na escalada pelo assédio, já que o mesmo é justificado e legitimado pelas práticas de gestão que a própria empresa adota junto a seus gestores. O que ocorre de fato é uma espécie de permissividade para com a violência contra o trabalhador, em detrimento do clima organizacional, do sentimento de bem-estar coletivo, do respeito pelo humano e da valorização profissional.

Nesse jogo em que vale tudo para salvaguardar o atingimento das metas organizacionais, os gestores se desumanizam e os trabalhadores padecem do adoecimento decorrente da violência que precisam enfrentar cotidianamente em seu contexto laboral.

Contraditoriamente, o assédio, que ocorre e se legitima nas organizações como uma espécie de recurso de gestão em prol da alta performance empresarial, corrói as relações sociais e põe em xeque o próprio desempenho organizacional, tendo em vista que as consequências de sua existência apontam para prejuízos na organização. Como um tiro que sai pela culatra, esse tipo de violência também atinge as organizações.

Fortalecendo esse pensamento, Garcia e Tolfo (2011) argumentam que a presença do assédio moral nas relações de trabalho traz consequências desfavoráveis para todos os envolvidos, de modo que os prejuízos não se limitam apenas aos trabalhadores, mas a toda organização, bem como à comunidade e sociedade em geral.

Ampliando essa visão, Júnior (2021) destaca que ao se tornar corresponsável pela existência do assédio moral, a organização também recebe a sua contrapartida pela omissão frente às situações de violência enfrentadas por seus trabalhadores. Segundo o autor, a presença do assédio moral no trabalho acarreta na ineficiência da empresa, sendo capaz de ocasionar uma significativa redução na produtividade. Essa redução se dá em decorrência do caráter destrutivo do assédio que leva os trabalhadores muitas vezes ao afastamento de suas atividades ocupacionais, implicando em redução do quadro profissional que nem sempre é suprido com a ausência do trabalhador afastado, além da ocorrência de alta rotatividade ocasionada pelos desligamentos a pedido ou mesmo por parte da própria empresa, que se torna um ambiente insalubre do ponto de vista psíquico e social, sem contar com o aumento do passivo trabalhista, decorrente das indenizações provenientes de ações judiciais ajuizadas pelos trabalhadores vítimas de assédio.

Além dessas questões que afetam diretamente a própria organização e repercutem negativamente em seu resultado, bem como em sua imagem social, o assédio moral também traz consequências para a sociedade, já que em alguns casos as vítimas, destruídas psiquicamente, representam um custo a mais para a previdência que, nos casos mais graves, concede aposentadoria precoce em decorrência da invalidez permanente ocasionada pelo assédio (GOSDAL & SOBOLL, 2009).

Corroborando essa ideia, Zambroni de Souza & Moraes (2018) salientam que as vítimas adoecidas em decorrência da sua própria relação com o trabalho são prejudicadas no âmbito psíquico, corporal, financeiro, nas relações familiares e sociais, fazendo com que a organização deixe de contar com trabalhadores detentores de experiências, qualificações e boas competências. Neste sentido, o

adoecimento proveniente dessa violência psicológica traz prejuízos não apenas para a vítima, mas para as organizações, sejam públicas ou privadas, assim como também para o Estado que precisa custear as despesas de manutenção através da concessão de auxílios pela previdência social.

Embora esses argumentos evidenciem os prejuízos do assédio moral para todos os envolvidos (trabalhadores, organização e sociedade no geral), convém ressaltar que suas consequências dificilmente poderão ser mensuradas com exatidão, tal o impacto que esse fenômeno pode ter no contexto psicossocial das vítimas e de todo o seu entorno. Logo, o assédio moral, para além das consequências visíveis, configura um fenômeno de apreensão complexa, já que seus efeitos ultrapassam as barreiras dos locais onde o mesmo encontra suas raízes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como finalidade propor uma reflexão em torno das consequências do assédio moral na saúde psíquica do trabalhador e na produtividade das organizações. Dentre os argumentos evidenciados, destaca-se a ideia de que o contexto laboral configura um espaço onde as tensões constantes, provenientes das relações de produção, levam o trabalhador ao enfrentamento de situações desafiadoras, dentre elas a ocorrência do assédio moral.

Esse fenômeno decorre da violência perpetrada contra o trabalhador em seu contexto laboral, e quando intensificada pode levá-lo ao adoecimento psíquico e físico. Os atos de violência decorrentes do assédio, muitas vezes, podem estar associados à própria dinâmica ou conjuntura cultural da organização que, engendrando sistemas coercitivos e autoritários, legitima e autoriza métodos de gestão que operam através de humilhações e constrangimentos. Há uma espécie de chancela organizacional para a ocorrência do assédio, não estando a organização isenta de suas responsabilidades para com a ocorrência desse fenômeno.

Ao se enraizar nas estruturas de uma organização, o assédio moral promove graves fissuras no corpo das relações sociais, ao mesmo tempo em que afeta a performance e o desempenho organizacional. Suas consequências, para além do recrudescimento dos atos de violência perpetrados contra os trabalhadores, se estendem para fora da organização na medida em que a vítima adoecida e emocionalmente esgotada requer, não raro, atendimento médico especializado e serviços de apoio psicossocial, considerando o processo de erosão de suas capacidades psicoemocionais em decorrência do trauma sofrido. Toda essa realidade provoca seu adoecimento e redunda em seu afastamento das atividades ocupacionais, onerando o passivo trabalhista da empresa, bem como onerando os cofres públicos, já que a previdência social também paga a conta dessa violência.

Em face de tais argumentos, considera-se que promover reflexões sobre a gravidade das consequências do assédio moral, tanto para a saúde psíquica do trabalhador quanto para o desempenho produtivo das organizações, contribui para o alargamento das discussões sobre esse fenômeno, bem com favorece o debate em torno dos mecanismos de controle e combate a esse tipo de violência.

Deste modo, entende-se que este estudo aponta para a necessidade de ampliação desse debate numa perspectiva mais ampla, levando em conta toda uma gama de fatores que se encontram diretamente imbricados na ocorrência do assédio. Além do mais, os argumentos aqui trazidos reforçam a necessidade de se pensar coletivamente (juristas, entidades sindicais, entidades de classe, poder público, trabalhadores e organizações) medidas efetivas e mecanismos de ação eficientes capazes de debilitar as estruturas organizacionais onde tal fenômeno encontra espaço para se manifestar.

REFERÊNCIAS

[1] BARBOSA, Attila Magno e Silva; BENDER, Mateus. O RECONHECIMENTO JURÍDICO DAS VIOLÊNCIAS PSICOLÓGICAS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL. Caderno CRH, v. 32, p. 419–434, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/ccrh/a/VbcGXsB5HwVx7ZdrkfPCqVN/?lang=pt>.

[2] BATISTA, Janaína da Silva; SAMPAIO, Fabiana; FONSECA, Alessandro Meyer da; NOCCHI, Nelo Augusto dos Santos; DALTRO, Oscemario Forte; BIANCHI, Elyria; ECHEVERRIA, Evandro Luiz; VARGAS. Darla Martins. O ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO. REVISTA FAIPE, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 209-223, jun. 2021. Disponível em: <https://revistafaipe.com.br/index.php/RFAIPE/article/view/260>.

[3] CAMARGO, Mário Lázaro; ALMEIDA, Natália de Sousa; JÚNIOR, Edward Goulart. Considerações sobre o assédio moral como fator contribuinte para os episódios depressivos no trabalho: a violência velada e o adoecimento mental do trabalhador. Semina: Ciências Sociais e Humanas, v. 39, n. 2, p. 129–146, 2018. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1676-54432018000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

[4] CARBONARO, Agnaldo; SILVA; Carlos André Paulino da; COLETO, Aline Cristina. Nem só de lucro vive o Sistema Financeiro Brasileiro: o assédio moral no ambiente bancário. Revista Mundi. Engenharia, Tecnologia e Gestão. Paranaguá, PR, v.5, n.4, p. 247-01, 247-27 DOI: 10.21575/25254782rmetg2020vol5n41080, 2020.

[5] CERQUEIRA, Vinícius da Silva. Assédio moral organizacional nos bancos. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Direito do Trabalho da Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2138/tde-12042013-163333/en.php>.

[6] CORSI, Carlos Alexandre Curylofo; LUIZ, Alan Vinícius Assunção; CINTRA, Álefe Saloum; PITTA, Natássia Condilo; PASCHOAL, Ana Cláudia da Silva; QUEIROZ, Talita Silva; FLÓRIA-SANTOS, Milena. Vigilância em saúde do trabalhador: o suicídio relacionado ao trabalho. SMAD Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português), v. 16, n. 4, p. 133–143, 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1806-69762020000400016&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

[7] COSTA, Isabela Cristina Pinto. Assédio moral no trabalho e a vulnerabilidade dos profissionais de saúde: construção e validação de instrumento. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Paraíba, 2016. Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9481>.

[8] DEJOURS, Cristophe. A banalização da injustiça social. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

[9] DEJOURS, Cristophe. Suicídio e trabalho: o que fazer? (F. Soudant, trad.). Brasília: Paralelo, 2010.

[10] FREITAS, Maria Ester de. Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.41, n.2, 2001.

[11] FREITAS, Maria Ester de; HELOANI, Roberto; BARRETO, Margarida Assédio moral no trabalho. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

[12] GARCIA, Ivonete Steinbach; TOLFO, Suzana da Rosa. Assédio Moral no Trabalho, culpa e vergonha pela humilhação social. Curitiba: Juruá, 2011.

[13] GONÇALVES, Júlia; SCHWEITZER, Lucas; TOLFO, Suzana de Rosa. Assédio Moral no Trabalho: uma Revisão de Publicações Brasileiras. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 13, n. 1, p. 1–18, 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1983-82202020000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

[14] GOSDAL, Thereza Cristina; SOBOLL, Lis Andrea Pereira, (org.). Assédio Moral Interpessoal e Organizacional: um enfoque interdisciplinar. São Paulo: LTr, 2009.

[15] HELOANI, Roberto. Assédio Moral: um ensaio sobre a expropriação da dignidade do trabalho. RAE Eletrônica. v3. n1. Art. 10. Jun. 2004.

[16] HELOANI, Roberto; BARRETO, Margarida. Assédio moral, gestão por humilhação. Curitiba: Juruá, 2018.

[17] HIRIGOYEN, Marie-France. Abuso de fraquezas e outras manipulações; tradução Clóvis Marques. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

[18] HIRIGOYEN, Marie-France. Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

[19] HIRIGOYEN, Marie-France. Assédio moral: a violência perversa no cotidiano. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

[20] HOEL, Helge; COOPER, Cary. Destructive Conflict and Bullying at Work. Manchester School of Management. University of Manchester. Institute of Science and Technology. 2000.

[21] HUTCHINSON, Marie; VICKERS, Margaret; WILKES, Lesley; JACKSON, Debra. The worse you behave, the more you seem, to be rewarded: bullying in nursing as organizational corruption. Employee Responsibilities and Rights Journal. 21(3):213-29, 2009.

[22] JÚNIOR, Landial Moreira. Assédio moral no ambiente de trabalho. Curitiba: Appris, 2021.

[23] LEYMANN, Heinz. Mobbing and Psychological Terror at Workplaces. Violence and Victims, v. 5, n. 2, p.119–126, 1990. Disponível em: <https://www.mobbingportal.com/LeymannV&V1990(3).pdf>.

[24] MOREIRA, Dirceu. Transtorno do Assédio Moral-Bullying. A violência silenciosa. 2.ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

[25] PAULA, Carla de Fátima Nascimento Queiroz de; MOTTA, Ana Carolina de Gouvêa Dantas; NASCIMENTO, Rejane Prevot. O assédio moral nas organizações: as consequências dessa prática para a sociedade. Serviço Social &

Sociedade, p. 467–487, 2021. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/sssoc/a/r7GnxDKDWy8jBgJszmGLTyH/?lang=pt>.

[26] SILVA, Alda Karoline Lima da; MARINHO, Maria Izabel Dantas; MACHADO, Ludmila Sayonara da Silva Xavier; QUEIROZ, Jéssica Luana Fernandes de; JUCÁ, Raphaela Margarida do Nascimento. Assédio moral no trabalho: do enfrentamento individual ao coletivo. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 44, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/rbso/a/8ShCn6z78sLCwbjWdPtWRhh/?lang=pt>.

[27] SOHSTEN, Erika R. V. Os servidores públicos e o assédio moral. Uma luta perdida? Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.

[28] STEPHAN, Francesca; GONÇALVES, Amanda Soares; CUNHA, Gabriela Fernandes de Paula; SILVEIRA, Igor da Cruz Monsores; MIRANDA, Márcia Bastos; CAROLINO, Tatiana de Souza; OLIVEIRA, Thiago Daniel de; LIMA, Vivian Daniele de; LOURENÇO, Lelio Moura. Assédio moral/mobbing e saúde mental: revisão sistemática de literatura. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 11, n. 2, p. 236–257, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1983-82202018000200005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

[29] YILDIRIN, Aytolan.; YILDIRIM, Dilek. Mobbing in the workplace by peers and managers: mobbing experienced by nurses working in health care facilities in Turkey and its effect on nurses. J Clin Nurs. 16(8):1444-53, 2007.

[30] ZAMBRONI-DE-SOUZA, Paulo César; MORAES, Thiago Drumond. Reflexões sobre a dinâmica psíquica de trabalhadores afastados do trabalho. Fractal: Revista de Psicologia, v. 30, n. 2, p. 103–111, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/fractal/article/view/5866/7041>

Capítulo 5

Assédio moral no trabalho e sofrimento psíquico na percepção de estudantes do curso de Psicologia da UEPB

Débora Barbosa Guedes de Oliveira Vilaça
Ana Lúcia Lira Silva
Ana Mayra Quirino
Maria Beatriz Martins Oliveira de Lima
Maria Érica Sousa de Freitas
Vitor Hugo dos Santos Pereira
Williana Vanessa Tertuliano Barbosa

Rsumo: Fenômeno marcado por condutas abusivas e perversas, o assédio moral caracteriza-se por ser uma forma de violência capaz de causar danos à integridade mental e física das vítimas. No contexto laboral, situações de assédio moral propiciam um elevado potencial de adoecimento e sofrimento psíquico aos trabalhadores. A partir disso, este estudo tem como principal objetivo identificar a percepção de estudantes do curso de psicologia da Universidade Estadual da Paraíba acerca da relação entre o assédio moral no trabalho e sofrimento psíquico, compreendendo que estes futuros profissionais, inseridos no âmbito do trabalho, poderão lidar com casos de assédio moral que demandam sua intervenção no sentido de identificar e combater este fenômeno. Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário sociodemográfico contendo cinco questões e um questionário contendo 26 questões que buscavam relacionar assédio moral e sofrimento psíquico. Os dados foram coletados em parceria com o Centro Acadêmico do Curso de Psicologia da UEPB que auxiliou no processo de envio do formulário online para os respondentes através de grupos de *WhatsApp* e *e-mail*. Os resultados analisados indicam que os pesquisados apontam que o assédio moral favorece o sofrimento psíquico, assim como sinalizam que a existência deste fenômeno no ambiente laboral leva a uma exaustão física, emocional e psíquica nos trabalhadores, consequentemente diminuindo a produtividade e favorecendo o absenteísmo. Desse modo, este estudo contribuiu para promover uma reflexão no meio acadêmico, acerca da temática do assédio moral no trabalho como elemento causador de sofrimento psíquico laboral, provocando danos à saúde física e psíquica do trabalhador que o vivencia.

Palavras-chave: assédio moral; trabalho; sofrimento psíquico.

1. INTRODUÇÃO

Tema de relevância jurídica, psicológica e social, pois, atinge todos os contextos da vida do indivíduo, o assédio configura uma violência invisível que tem se tornado cada vez mais frequente no ambiente de trabalho (KANAN; PEREIRA & LOMBARDI, 2020). O fenômeno foi descrito pela primeira vez em 1970, através de Brodsky, mas, ganhou repercussão mundial em 1998, com a publicação Assédio Moral: a violência perversa no cotidiano, de Hirigoyen (2019), que define o assédio moral como toda conduta abusiva, manifestada através de qualquer comportamento que possa trazer dano físico e/ou psíquico a uma pessoa.

Silva *et al.* (2020) apresentam o assédio moral como um fenômeno que se estabelece a partir de atos hostis e perversos, em tons que podem ser de agressividade ou mais sutis, e ocorram de forma sistemática, repetitiva, direcionada a uma ou mais pessoas, com um intuito muitas vezes, de humilhar e desestabilizar o indivíduo.

É importante destacarmos que o trabalho tem um papel central na vida da pessoa, ele que, em diversos casos, nos dá identidade em relação ao outro (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015). Nesse sentido, age na vida do indivíduo em aspectos sociais e subjetivos/psicológicos. Para Dejours (1992), o sofrimento se inicia quando a relação do indivíduo com o conteúdo significativo – aspecto subjetivo – do trabalho é bloqueada.

A Organização Mundial da Saúde (2004 apud BELFIORE, 2018), agrupou as consequências do assédio moral para a saúde em transtornos psicopatológicos, sintomas psicossomáticos e comportamentais. Estudos com diversas categorias profissionais encontraram problemas à saúde dos trabalhadores em decorrência do assédio moral. Por exemplo: no judiciário (POOLI & MONTEIRO, 2018), em estudantes universitários (MENEZES; PALLA; HUR, 2020), motoristas de ônibus (SILVA *et al*., 2020), policiais militares (BRITO, 2020), configurando-se uma problemática psicossocial.

Tais discussões se mostram bastante relevantes quando realizadas não apenas no ambiente acadêmico, mas sobretudo com os mais diversos tipos de categorias profissionais, promovendo a conscientização dos trabalhadores, na tentativa de fazer com que os mesmos encontrem alternativas de combate a esse tipo de ocorrência em seu ambiente laboral. Enquanto pesquisadores e estudantes do curso de psicologia, é condição *sine qua non* que saibamos identificar e lidar com as problemáticas da relação assédio moral no trabalho e sofrimento psíquico, tendo em vista o potencial destruidor que este fenômeno representa para a saúde psíquica das vítimas.

Por entender que existe uma forte correlação entre o assédio moral e sofrimento psíquico e que o profissional de psicologia atua como uma espécie de interventor nesse processo, já que lida com as temáticas de sofrimento psíquico tanto na clínica, como nas organizações de um modo geral, essa pesquisa teve como objetivo geral identificar a percepção de estudantes de psicologia acerca da relação entre assédio moral e sofrimento psíquico no contexto laboral. Entende-se que este estudo representa uma contribuição relevante na medida em que expõe como futuros profissionais de psicologia, que atuarão diretamente com a temática do sofrimento psíquico em suas demandas profissionais, correlacionam assédio moral e sofrimento psíquico no trabalho.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. DEFININDO ASSÉDIO MORAL NO CONTEXTO LABORAL

Entende-se por assédio moral toda conduta abusiva que é expressa por meio de ofensas, comportamentos, atos, gestos e palavras que proporcionem danos ao bem-estar físico e psicológico dos indivíduos, de tal modo que afetam a dignidade e a personalidade das vítimas, pondo-as em situação de instabilidade em seus ambientes de trabalho e, inclusive, quanto à permanência em seus empregos (HIRIGOYEN, 2019).

Quanto à origem, Hirigoyen (2019) classifica o assédio moral de três modos, de acordo com a hierarquia dos colaboradores organizacionais, podendo ser: vertical ascendente (casos mais raros, do inferior para o superior), vertical descendente (casos que ocorrem com extrema frequência, em que o superior agride o inferior), ou horizontal (a agressão se dá entre pares hierárquicos).

Dito isso, cabe mencionar que o assédio vertical descendente tende a ser bastante comum no contexto laboral, onde chefes utilizam-se de seus cargos para oprimir, humilhar e desqualificar funcionários, seja lá por quaisquer diferenças pessoais ou profissionais. Desse modo, o assédio toma força quando o assediado tenta reagir às provocações e ao autoritarismo, e o grupo, já coagido pelo assediador, colabora para os abusos em sequência, já que "o medo gera condutas de obediência ou mesmo de submissão, por parte da

pessoa visada, mas também por parte dos colegas que deixam que tal aconteça." (HIRIGOYEN, 2019, p. 87).

Tal situação pode ser compreendida a partir da ideia do psicólogo Stanley Milgram, como citado por Hirigoyen (2019, p. 86), que entende que "pessoas comuns, desprovidas de qualquer hostilidade, podem, simplesmente, para levar a cabo as tarefas, tornar-se agentes de um atroz processo de destruição". Sendo assim, trabalhadores inseridos num contexto de competitividade, cobranças impostas pelas organizações, como produtividade, lucratividade, excelência e perfeccionismo, são fadadas às posições, tanto de seres egoístas, individualistas e assediadores que fazem de tudo pelo poder, como também à posição de vítima assolada pelos demais. Desse modo, o assédio moral no ambiente laboral, institucionalizado, implicitamente, como um instrumento de gestão em forma de estratégias empresariais, voltadas em prol dos objetivos exclusivamente financeiros da empresa, acaba tornando-o cada vez mais aceitável e ligado à produtividade organizacional (FILHO, 2009).

Deste modo, é relevante considerar que para que o assédio moral se instaure no contexto laboral alguns fatores são obrigatórios, como além dos já citados, a tolerância e condescendência para com os assediadores perversos (HIRIGOYEN, 2019). Como consequência disto, as instabilidades dos trabalhadores ultrapassam as paredes da organização, cruzando a vida pessoal da vítima no que tange à sua saúde física e mental (MESQUITA, 2017). Com base nisso, compreende-se que há uma estreita ligação entre o assédio moral e o sofrimento psíquico dos trabalhadores.

2.2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O SOFRIMENTO PSÍQUICO NO ÂMBITO LABORAL

De acordo com Santos (2019), o sofrimento psíquico é um estado emocional que não necessariamente está relacionado a um transtorno psicológico, porém, sinaliza a ausência de saúde mental. Sabe-se que um indivíduo pode vivenciar situações desanimadoras e conflitantes no dia a dia e, consequentemente, apresentar um estado momentâneo de tristeza ou desesperança. O ponto de alerta ocorre quando esses sentimentos se tornam muito constantes, vindo a fazer parte do cotidiano desse indivíduo e revelando um possível sofrimento mental.

De acordo com Silva *et al.* (2017), o sofrimento psíquico tem sido um fator responsável por um alto número de afastamentos no trabalho, sendo assim, pode-se compreender que o debate acerca dessa temática se faz importante no contexto laboral e na população como um todo, visto que a nossa sociedade é marcada pelo contexto das relações de trabalho. Silva *et al*. (2017) alertam que o sofrimento psíquico nem sempre acontece de forma visível, podendo este acontecer silenciosamente, à medida que só o sujeito em sofrimento tem consciência desse fator.

Os referidos autores reforçam que o sofrimento mental não é expressado semelhantemente em todos os indivíduos, podendo assumir significações distintas para cada sujeito. Desta forma, dá-se a compreender que, tratando-se de algo de ordem subjetiva, o sofrimento psíquico também necessita de uma intervenção a nível subjetivo, mas que dadas as circunstâncias causadoras, esta intervenção necessita estar aliada a uma discussão de nível coletivo.

Para compreender-se o sofrimento apresentado por uma pessoa - sendo este provocado pelo contexto laboral - é necessário entender quais foram os causadores desse estado emocional, e isso só é possível através de uma análise do ambiente de trabalho e das relações que advém desse mesmo ambiente. Segundo Silva *et al*. (2017), o adoecimento no trabalho pode estar relacionado à forma como o trabalhador é exposto, em muitos casos, a uma sobrecarga desumana de trabalho, fazendo com que este se esforce mais do que as suas capacidades intelectuais e físicas permitem. Neste sentido, Nascimento (2018) pontua que na sociedade capitalista o trabalho pode assumir uma posição dualista, podendo este ser um agente de transformação, bem como também ser responsável por causar insatisfação e sofrimento nos indivíduos, a depender da forma que esse trabalho é realizado.

Tendo em vista que o sofrimento psíquico no contexto laboral assume características próprias, este pode ser resultado de diversos fatores, como por exemplo: a pressão exercida pela empresa, conflitos internos e situações de assédio moral. No que tange às situações de conflitos internos, Nascimento (2018) infere a ocorrência de práticas perversas individuais ocultas pela instituição, como também um ambiente altamente estressante e desorganizado. Pode-se refletir ainda sobre como se estruturam as relações no ambiente de trabalho, visto que estas nem sempre são construídas de forma saudável, podendo as mesmas serem causadoras de conflitos dentro da empresa.

No que diz respeito ao assédio moral, o ponto central deste trabalho, sua caracterização, segundo Antunes (2017), se dá pelo fato de que o assédio moral assume uma manifestação de relações de poder, o que o autor pontua ainda que a diferenciação do assédio se dá pela natureza repetitiva deste. Portanto, a recorrência do assédio moral no contexto laboral pode estar intimamente ligada ao sofrimento psíquico no trabalho, relação esta que será discutida posteriormente, abordando-se suas causas e as consequências oferecidas às vítimas.

2.3. SOFRIMENTO PSÍQUICO COMO CONSEQUÊNCIA DO ASSÉDIO MORAL NO CONTEXTO DO TRABALHO: AMPLIANDO DISCUSSÕES

A literatura que discorre sobre assédio moral, em sua grande maioria, propõe estabelecer a relação entre esse fenômeno e o sofrimento psíquico dentro do contexto de trabalho. Sobre as consequências do assédio moral, Nascimento (2018, p.3), afirma que "o fenômeno provoca danos de grandes proporções para a vida do trabalhador, por estar relacionado ao mesmo tempo com fatores do âmbito individual, social e organizacional desse indivíduo". Neste sentido, situações negativas vindas de atividades laborais exercem grande influência em outras esferas da vida do indivíduo, indo além da organizacional, demonstrando a grande importância que o trabalho desempenha na vida do ser humano.

Desta forma, é possível identificar alguns dos efeitos do assédio moral na saúde física e mental dos trabalhadores que são vítimas dessa situação, segundo Oliveira, Boabaid e Morais (2021, p 13):

> As consequências do assédio moral não são apenas para saúde mental do trabalhador, o assédio vivenciado por esse indivíduo pode ocasionar diversos danos à vida social, individual e organizacional que apresentam contínuas interligações na esfera física, afetiva, cognitiva e social, aos poucos o indivíduo vai perdendo sua motivação, pois a pressão vai abrindo as portas para doenças físicas e distúrbios psicossomáticos, problemas afetivos como irritabilidade, ansiedade e insegurança, problemas na cognição do indivíduo e sociais, quer seja junto à família, cônjuge ou colegas de trabalho e amigos.

Em busca de compreender as consequências desse sofrimento na vida dos sujeitos vítimas de assédio moral, algumas pesquisas visam adentrar na realidade dessas pessoas, através de estudos de caso. De acordo com Silva *et al*. (2018), através de intervenções psicológicas, tanto individuais como em grupos, é possível identificar com base nos relatos dessas pessoas, a dimensão das consequências do assédio moral. São situações de extremo sofrimento que acabam por afetar toda a dinâmica do ambiente de trabalho, prejudicando principalmente a relação entre o indivíduo e os seus colegas de trabalho, que podem ser afetados diretamente ou indiretamente pelas situações de assédio. Além disso, o sofrimento psíquico resultante do assédio moral pode afetar o ambiente familiar desse indivíduo, como demonstraram Silva *et al.* (2018), ao afirmarem que as consequências do assédio podem ser responsáveis também por conflitos de ordem familiar.

Ademais, mesmo após o assediador ser descoberto e a vítima se afastar temporariamente do trabalho, o medo, a insegurança, e os sintomas não cessam, pois, infelizmente, o ambiente de trabalho torna-se hostil e vira palco de recaídas que podem resultar em uma demissão ou até em uma má adaptação em um emprego posterior (HIRIGOYEN, 2019).

Com base nessas considerações, compreende-se que as consequências do sofrimento psíquico advindos da prática de assédio moral não afetam apenas a relação entre assediador e vítima, nem tão pouco mantém-se apenas durante o processo ativo de assédio, mas, de acordo com o grau do trauma, prolongam-se por anos, afastando do indivíduo a qualidade de vida e o bem-estar social e psíquico, além de combinar com uma série de adoecimentos físicos e psicológicos já citados anteriormente. Dito isto, torna-se notório que há, sem dúvidas, uma grande relação entre assédio moral e o sofrimento psíquico, demonstrando a necessidade do debate social acerca do tema, a fim de conscientizar os trabalhadores, bem como as organizações no que se diz respeito a identificação do assédio moral e os métodos de combater esta problemática.

3. MÉTODO

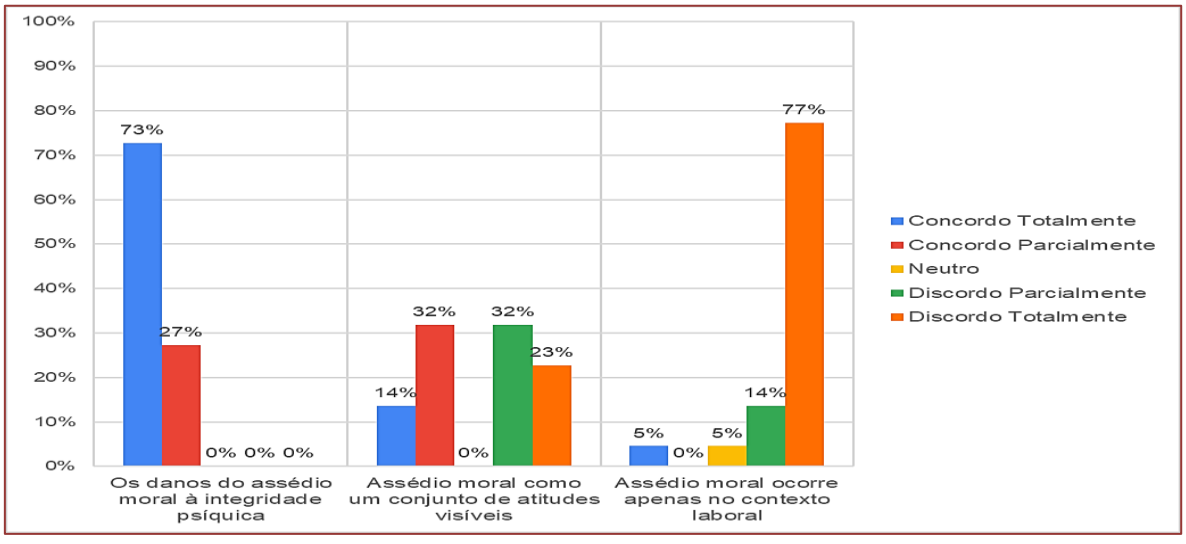
Esta pesquisa se caracteriza como exploratória, uma vez que visa não só possibilitar uma relação maior com o problema pesquisado, mas também torná-lo mais explícito e desenvolver ideias ou descobrir intuições (GIL, 2002, p.41). Também se trata de uma pesquisa descritiva na medida em que busca descrever as características da população e fenômeno estudado, bem como estabelecer relações entre variáveis (GIL, 2002, p.42). Também se trata de um estudo de natureza quantitativa, na medida em que se caracteriza pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas (RICHARDSON, 2011).

O universo da pesquisa foi composto por estudantes dos últimos períodos do curso de Psicologia da UEPB (8°, 9° e 10° períodos). O critério de inclusão/exclusão adotado foi o de considerar apenas os estudantes que já tiveram contato com componentes curriculares que versavam sobre temas de assédio moral e sofrimento psíquico no trabalho, uma vez que as discussões promovidas nesses componentes auxiliavam no processo de compreensão das questões propostas no instrumento de pesquisa. Para a coleta de dados foram utilizados um questionário sociodemográfico composto por seis questões e um questionário de 26 questões, sendo 12 relacionadas a assédio moral, 8 relacionadas a sofrimento psíquico e 6 buscando propor uma correlação entre ambas as variáveis. O procedimento de coleta de dados ocorreu através do envio do formulário para os participantes da pesquisa através de grupos de *WhatsApp* e *e-mail*, com o auxílio do Centro Acadêmico do Curso de Psicologia. Após a coleta, os dados passaram por tabulação estatísticas e em seguida foi realizada a interpretação dos dados encontrados, tendo como objetivo dar significado amplo às respostas, conectando-as a teorias ou pensamentos existentes na literatura (GIL, 2002).

4. RESULTADOS

Para efeito de organização das informações coletadas, foram elaborados gráficos com os dados estatísticos, de modo que as questões relacionadas ao assédio moral originaram quatro gráficos, cada um deles contendo três pontos de análise desta temática; as questões relacionadas ao sofrimento psíquico e trabalho originaram dois gráficos, com quatro pontos cada; e por fim, as questões relacionadas ao assédio moral e sofrimento psíquico originaram dois gráficos, com três pontos cada.

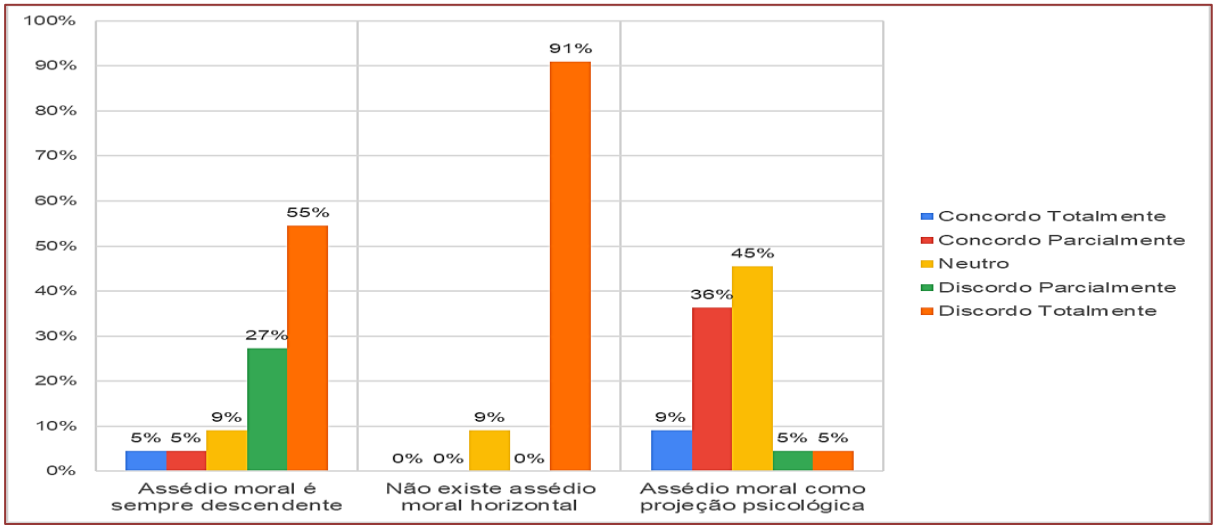
GRÁFICO 1 - Questões sobre assédio moral: Parte 1



Fonte: Pesquisa realizada em 2022.

No primeiro gráfico, um dos pontos observados evidencia os danos do assédio moral à integridade física e psíquica dos trabalhadores na visão dos pesquisados e, conforme pode-se constatar, a maioria dos pesquisados (73% concordam totalmente e 27% concordam parcialmente) compreende que o assédio moral no trabalho configura uma situação que afeta a integridade física e psíquica do assediado em sua realidade laboral, visão que corrobora com o pensamento de Hirigoyen (2019) que salienta o caráter destruidor do assédio moral para a saúde física e psíquica das vítimas. Na sequência, aborda-se o assédio moral como um conjunto de atitudes visíveis que ocorrem no ambiente laboral, nessa questão os pesquisados apresentaram respostas que se distribuem nos cinco pontos da escala (14% concordam totalmente, 32% concordam parcialmente, 32% discordam parcialmente e 23% discordam totalmente), evidenciando que boa parte dos pesquisados têm opiniões divergentes acerca dessas questões, muito provavelmente pelo fato de que compreendam que este fenômeno nem sempre se manifesta de forma visível nas organizações. Esse pensamento encontra respaldo em Hirigoyen (2019) quando a autora afirma que o assédio moral pode ocorrer em ambientes onde os empregados não percebem tal prática nociva, muitas vezes por acharem que é apenas uma brincadeira. O terceiro ponto do gráfico 1 salientava sobre o fato do assédio ocorrer apenas no ambiente de trabalho, e de acordo com a maioria dos respondentes (77% discordam totalmente e 14% discordam parcialmente) o assédio moral configura um fenômeno que se encontra presente não apenas no contexto laboral, mas em outros espaços sociais, onde as relações humanas se mostrem presentes. A esse respeito, Hirigoyen (2019) acentua que esse assédio pode ocorrer em várias esferas, como a familiar, entre casais, e em instituições escolares e de outros contextos sociais.

GRÁFICO 2 - Questões sobre assédio moral: Parte 2

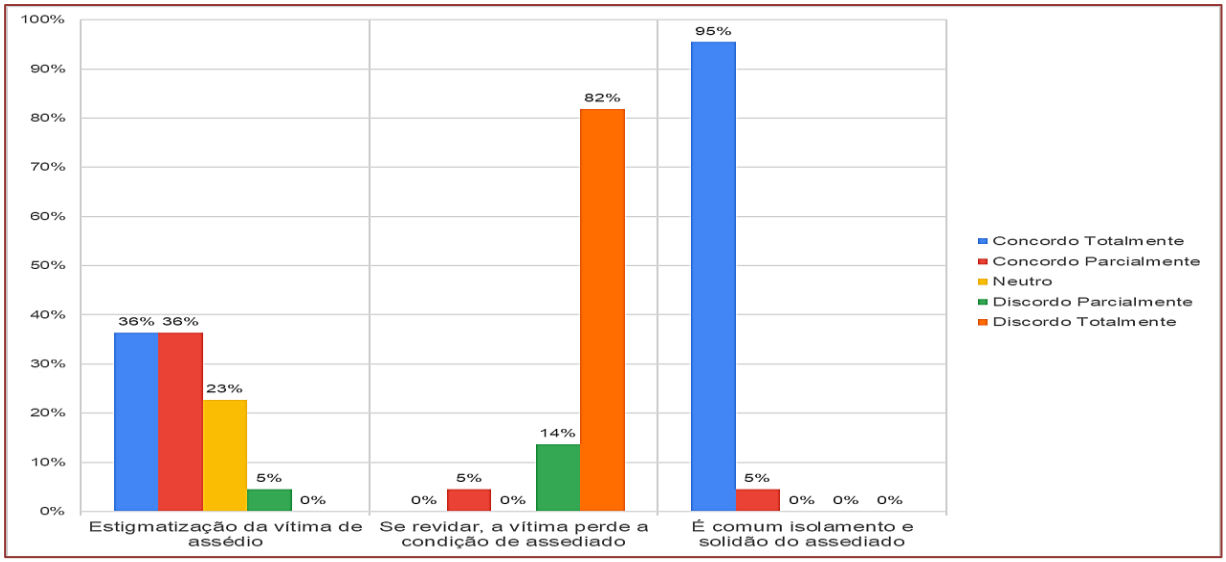


Fonte: Pesquisa realizada em 2022.

No gráfico 2 verifica-se se o assédio moral no trabalho ocorre apenas do superior para o subordinado, evidenciando-se que para a maioria dos participantes (55% discordam totalmente e 27% discordam parcialmente) o assédio moral não ocorre apenas do superior para o subordinado, sugerindo que para os respondentes podem haver outras possibilidades de configuração do assédio no ambiente laboral. A esse respeito é importante destacar que o assédio moral ocorre de forma descendente, na qual o subordinado é agredido por um superior, sendo entendida como a mais grave e frequente; de forma horizontal, onde a agressão é efetivada por um colega de trabalho de mesmo nível hierárquico; e de forma ascendente, quando um superior é assediado por um ou vários subordinados, conforme salienta Heloani e Barreto (2018). Na sequência, tem-se a afirmativa de que o assédio moral não ocorre na modalidade horizontal e os dados evidenciam que 91% dos entrevistados discordam totalmente, evidenciando que os participantes compreendem as especificidades da ocorrência do assédio moral dentro das organizações, entendendo inclusive que este também pode ocorrer entre trabalhadores no mesmo nível hierárquico dentro de uma organização (Silva e Franklin (2019), Soboll (2009) e Hirigoyen (2019). A última alternativa presente no gráfico 2 buscava investigar se o assédio moral configura uma espécie de projeção psicológica do assediador em relação ao entrevistado, e os resultados obtidos revelam certa dispersão entre as respostas,

sugerindo que para os entrevistados, as razões responsáveis pela ocorrência do assédio moral nas organizações possivelmente não devam se resumir apenas às questões de projeções psicológicas, haja vista que outros fatores de natureza cultural e social também estejam implicados no processo. No entanto é importante destacar que o mecanismo de projeção faz parte das relações interpessoais, e com o fenômeno do assédio moral esse mecanismo se mostra bastante evidente na medida em que assediador e vítima se relacionam a partir das projeções que ambos desenvolvem entre si (HIRIGOYEN, 2019).

GRÁFICO 3 - Questões sobre assédio moral: Parte 3

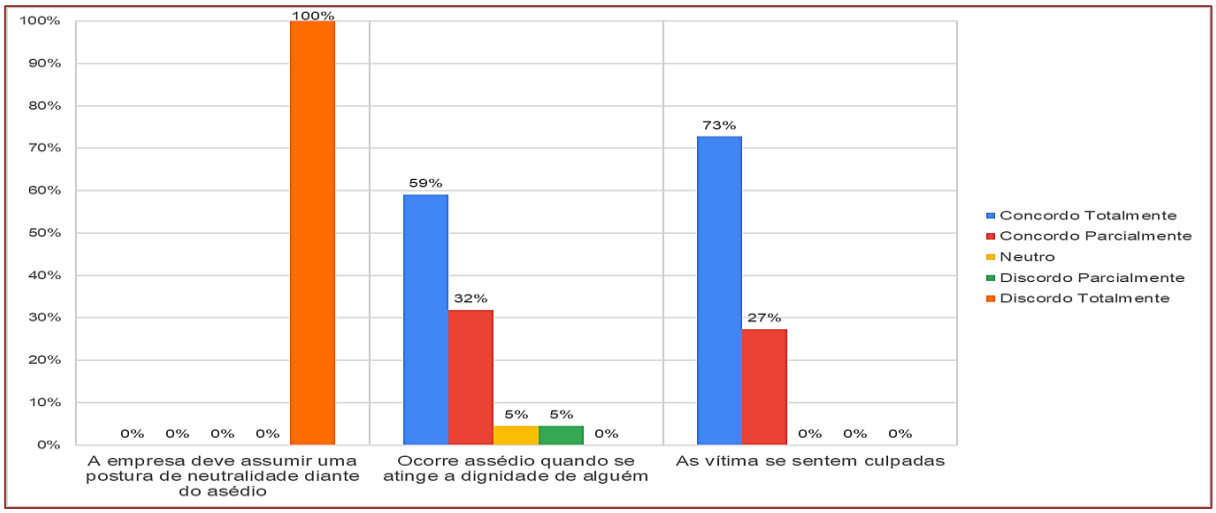


Fonte: Pesquisa realizada em 2022.

No gráfico 3, investiga-se sobre a estigmatização da vítima de assédio estigmatizada e de acordo com a maioria dos entrevistados (36% concordam totalmente e 36% concordam parcialmente), a vítima de assédio moral também sofre com o processo de estigmatização por parte de seu grupo social. A esse respeito Hirigoyen (2019) destaca que muitos indivíduos ainda consideram que as pessoas agredidas são fracas e não sabem se defender. Numa outra questão, buscava-se investigar se, ao revidar, a vítima do assédio moral perderia a condição de assediado, de modo que a maioria dos entrevistados (82% discordam totalmente, 14% discordam parcialmente) discordam desse pensamento, sugerindo que para os entrevistados uma atitude reativa da vítima de assédio se apresenta como um movimento de reação à violência sofrida. Essa percepção encontra respaldo no pensamento de Júnior (2021), Hirigoyen (2017) e Figueredo (2012), na medida em que defendem a ideia de que responder ao abuso não o torna o sujeito menos assediado ou ainda lhe faz perder a condição de vítima, mas justamente a sua capacidade de resistir à autoridade a leva a tornar-se um alvo.

Na sequência, o gráfico 3 aborda uma questão sobre a existência de isolamento e solidão da vítima de assédio moral, e observa-se que de modo praticamente unânime os participantes (95% concordam totalmente, e 5% concordam parcialmente) entendem que as vítimas de assédio com frequência vivenciam isolamento e solidão no ambiente de trabalho. Esse entendimento se alinha com o pensamento de Hirigoyen (2019) e Martins (2017), quando afirmam que a fim de impedir a reação da vítima, uma das artimanhas realizadas pelo chefe abusivo é a de isolar a vítima do restante dos colegas e privar-lhe de informações que tangem à sua função na empresa, com o objetivo de afastar-lhe de suas responsabilidades e, futuramente, haver de fato motivos para a demissão. Cabe considerar que esse isolamento muitas vezes também é promovido pelos próprios colegas e em outras configurações de assédio moral (HIRIGOYEN, 2017).

GRÁFICO 4 - Questões sobre assédio moral: Parte 4

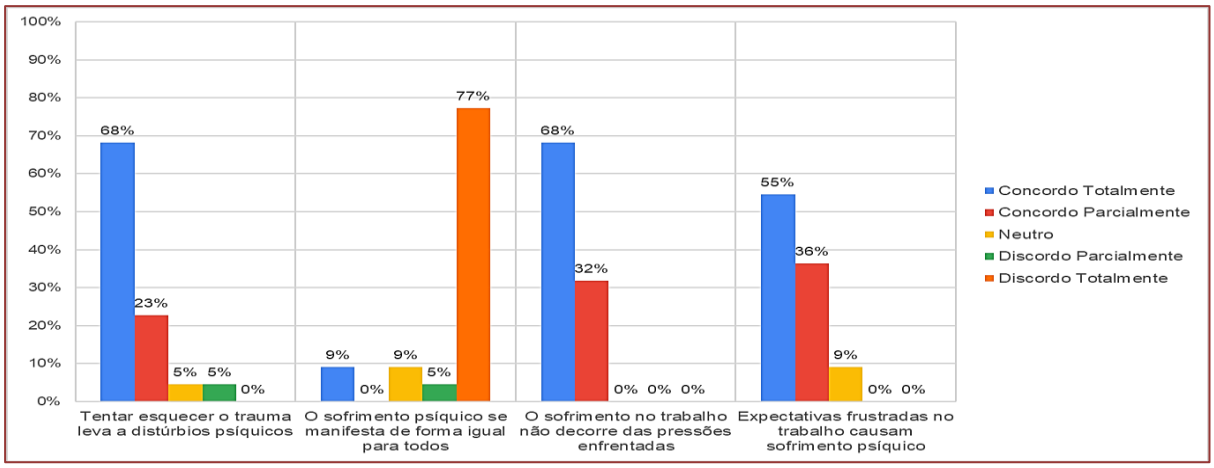


Fonte: Pesquisa realizada em 2022.

No gráfico 4, a primeira alternativa busca investigar se na percepção dos entrevistados a empresa deveria se manter neutra e distante na ocorrência de situações de assédio moral, de que modo que a totalidade dos entrevistados (100% discordam totalmente) discordam desse pensamento, evidenciando a necessidade de haver uma postura de combater desse tipo de violência por parte das organizações e não uma postura de neutralidade, o que reforça a existência do assédio. Importante destacar a responsabilidade da organização no combate ao assédio moral, uma vez que sua ocorrência advém de uma conjuntura coletiva e não de um desvio comportamental de certo indivíduo (SOHSTEN, 2021). Em seguida, observa-se a alternativa que investiga se para os pesquisados, o assédio moral está associado à perda da dignidade do indivíduo em seu ambiente laboral, de modo que a maioria (59% concordam totalmente e 32% concordam parcialmente) considera que o assédio moral está diretamente relacionado à perda da dignidade do sujeito em seu contexto laboral, pensamento este que encontra respaldo na visão de Carbonaro, Silva e Coleto (2020), que definem o assédio moral como uma violência que ocorre no âmbito das relações trabalhistas e atinge a dignidade das vítimas, padecendo estas tanto psicologicamente quanto fisicamente.

A última alternativa sobre assédio moral buscava verificar a percepção dos entrevistados acerca do sentimento de culpa que as vítimas de assédio moral tendem a desenvolver quando submetidas às situações de assédio, e a maioria dos entrevistados (73% concordam totalmente e 27% concordam parcialmente) afirmam concordar com essa ideia, indicando que há uma tendência de culpabilização da vítima, uma vez que este é um sentimento muito frequente nas vítimas de assédio moral. A esse respeito, Hirigoyen (2019) salienta ser comum a vítima ficar em dúvida quanto a sua inocência, fazendo surgir assim o sentimento de culpa que, infelizmente, contribui para a suposta inocência do agressor, pois segundo a autora, o sentimento de culpa é, frequentemente, associado ao erro, então, por consequência, a vítima e as pessoas que a circundam facilmente se convencem disso.

GRÁFICO 5-Questões sobre sofrimento psíquico no trabalho: Parte 1



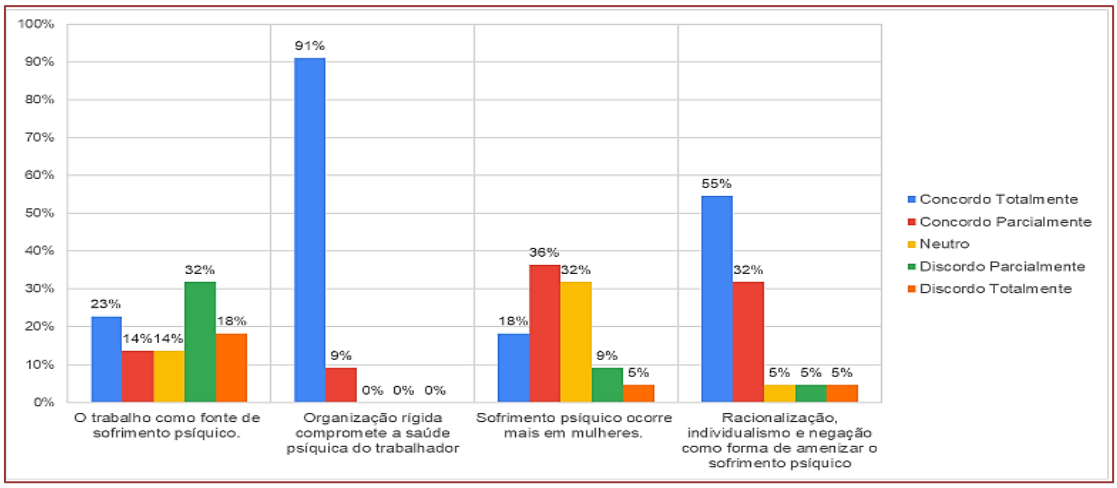
Fonte: Pesquisa realizada em 2022.

Na primeira questão do gráfico 5 tem-se uma alternativa que buscou compreender se para os pesquisados, a atitude de tentar esquecer o trauma faria com que a vítima adquirisse distúrbios de natureza psíquica ou somática, de modo que para a maioria dos entrevistados (68% concordam totalmente e 23% concordam parcialmente), buscar esquecer o trauma não representa uma alternativa viável para a vítima de assédio, uma vez que uma experiência traumática pode ser ressignificada, mas jamais esquecida pela vítima. A esse respeito Hirigoyen (2019) afirma que algumas vítimas conseguem passar pela vivência sem sequelas psíquicas, todavia as que tentam apenas esquecer o sofrimento não resolvido, tendem a fazer com que este seja represado em seu corpo, o que consequentemente retoma a forma de um sintoma psicossomático. Em seguida buscou-se verificar se o sofrimento psíquico se manifesta de forma igual para todos, de modo que a maioria dos participantes (77% discordam totalmente e 5% discordam parcialmente), indicando que para os pesquisados não existe um padrão na forma como se vivencia e/ou experimenta o sofrimento psíquico. A esse respeito Silva *et al.* (2017) salientam que o sofrimento psíquico proveniente do assédio moral provocará consequências distintas em cada um dos indivíduos a depender das significações individuais dadas à situação. Por conseguinte, buscou-se compreender acerca da pressão no trabalho relacionada ao sofrimento psíquico, de modo que a maioria (68% concordam totalmente e 32% concordam parcialmente) entende que existe uma relação entre pressão no ambiente de trabalho e sofrimento psíquico.

Importante destacar que diante da rigidez da cobrança das metas e da busca desenfreada pelo lucro a todo custo, muitos gestores ultrapassam a linha tênue que divide cobrança por produtividade e situações de assédio moral (HELOANI & BARRETO, 2018).

Outro ponto observado no gráfico 5 refere-se ao sofrimento psíquico oriundo das as expectativas frustradas em relação ao trabalho, de modo que a maioria dos respondentes (55% concordam totalmente e 36% concordam parcialmente) compreendem haver uma estreita relação entre as expectativas não atingidas do sujeito em relação ao seu trabalho e o sofrimento psíquico laboral.

GRÁFICO 6 -Questões sobre sofrimento psíquico no trabalho: Parte 2



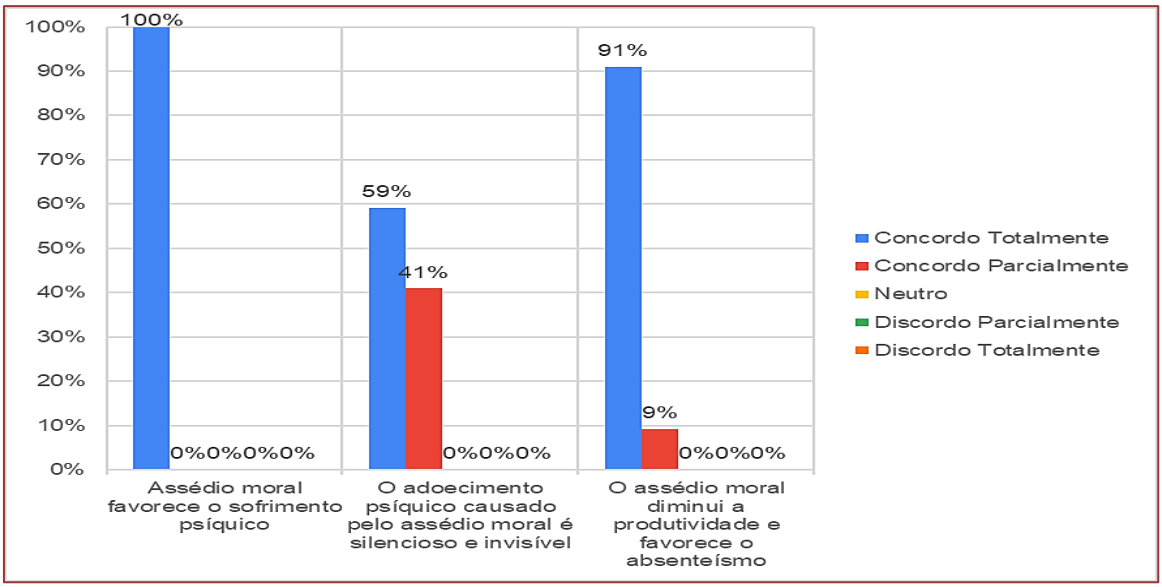
Fonte: Pesquisa realizada em 2022.

No gráfico 6 tem-se a percepção dos pesquisados acerca do trabalho como fonte de sofrimento psíquico, evidenciando-se uma dispersão entre as respostas (23% concordam totalmente, 14% concordam parcialmente, 14% se mostraram neutros, 32% discordam parcialmente e 18% discordam totalmente). Esse resultado possivelmente esteja relacionado a visões distintas do trabalho enquanto atividade humana de caráter subjetivo. A depender do ponto de vista aditado o trabalho pode ser visto como fonte de prazer e ao mesmo tempo como fonte de desgaste para o trabalhador. A esse respeito, Silva *et al.* (2017) e Nascimento (2018) salientam que o adoecimento no trabalho pode estar relacionado à forma como o trabalhador é exposto a situações de sofrimento e, portanto, a depender do contexto trabalhista, haverá, ou não, a relação do trabalho com o sofrimento psicológico. Em seguida, buscou-se identificar se a organização rígida compromete a saúde psíquica do trabalhador, de modo que praticamente a unanimidade dos pesquisados (91% concordam totalmente e 9% concordam parcialmente) considera haver uma relação entre a rigidez da organização e o sofrimento psíquico causado ao trabalhador. Entende-se com esse resultado que para os pesquisados, a organização possui uma cota significativa de responsabilidade no desgaste psíquico vivenciado pelo trabalhador em seu ambiente laboral, assumindo o papel de protagonista na dinâmica que favorece as situações de sofrimento psíquico, conforme salientam Garcia e Tolfo (2011).

Também buscou-se verificar a visão dos pesquisados acerca do sofrimento ser mais comumente observado em pessoas do sexo feminino, haja vista a existência de estudos que defendem essa perspectiva, a exemplo do estudo de Figueredo (2012). Os resultados obtidos evidenciam haver uma dispersão das respostas entre os entrevistados (18% concordam totalmente, 36% concordam parcialmente, 32% neutro, 9% discordam parcialmente e 5% discordam totalmente). Esse resultado sugere não haver um consenso entre os participantes da pesquisa acerca das questões de gênero e sua relação com o assédio moral laboral. A esse respeito é importante destacar que cerca de 70% do assédio moral no contexto trabalhista está direcionado às mulheres (HIRIGOYEN, 2019) e que parte do assédio sofrido nas empresas consiste em ataques às características físicas e biológicas das mesmas, como o assédio sofrido por mulheres no momento de sua gestação e vivência da maternidade (FERNANDES *et. al*, 2019) Sendo assim, este ponto fica aberto para maiores discussões que proporcionem uma melhor compreensão sobre o sexismo vivenciado por pessoas do gênero feminino no contexto laboral.

A quarta alternativa do gráfico 6 busca identificar a percepção dos pesquisados sobre se a racionalização, o individualismo, a negação e a passividade são estratégias psicológicas utilizadas pelos funcionários para diminuir o sofrimento psíquico no contexto laboral, de modo que a maioria (55% concordam totalmente e 32% concordam parcialmente) entende que essas estratégias não se apresentam como alternativas viáveis para mitigar os sofrimento psíquico das vítimas de assédio moral, visão esta que se se encontra apoiada nas ideias de Hirigoyen (2017) quando afirma que muitas vítimas de assédio moral tentam encontrar algumas explicações para justificar as agressões e até buscam desfazer o mal-entendido.

GRÁFICO 7 - Questões sobre assédio moral e sofrimento psíquico: Parte 1

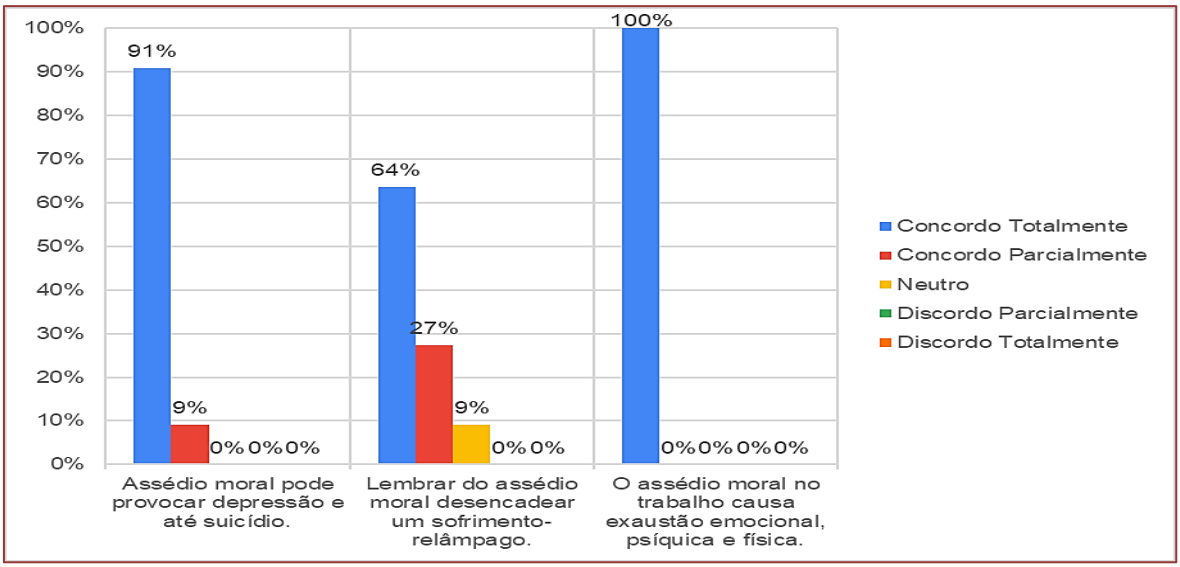


Fonte: Pesquisa realizada em 2022.

Acerca da relação assédio moral e sofrimento psíquico no trabalho, tem-se o gráfico 7, no qual inicialmente buscou-se verificar se o assédio moral favorece o sofrimento psíquico podendo levar o indivíduo ao adoecimento, de modo que a totalidade dos participantes da pesquisa (100% dos entrevistados) concordaram totalmente com essa afirmação, indicando que a percepção de que o assédio moral favorece o sofrimento psíquico no trabalho, levando o indivíduo a experimentar situações de extremo desgaste psíquico e emocional, deixando-o propenso a desenvolver distúrbios além de diminuir sua produtividade (SILVA *et al*., 2020). Importante destacar que o assédio moral se encontra relacionado a tensões geradoras de estresse, que podem resultar em depressão, queda do sistema imunológico e alterações dos neurotransmissores cerebrais, o que, a longo prazo, pode resultar em distúrbios crônicos (HIRIGOYEN, 2019). A questão seguinte afirma que o sofrimento decorrente do assédio moral nem sempre se apresenta de forma visível, podendo estar oculto, e ser sentido apenas pela vítima do assédio, de modo que a maioria (59% concordam totalmente e 49% concordam parcialmente) compreende que o sofrimento psíquico originado do assédio moral em alguns casos pode não ser facilmente detectado pela organização, bem como pelos demais membros, sendo portanto, um sofrimento oculto e sorrateiro, o que pode torná-lo de difícil identificação e solução.

Na questão seguinte, buscou-se identificar se o assédio moral diminui a produtividade e favorece o absenteísmo laboral, obtendo-se como resultado que a totalidade dos respondentes concordam com essa afirmação (91% concordam totalmente e 9% concordam parcialmente), evidenciando que há um entendimento de que a existência do assédio moral numa determinada organização também possa estar vinculada à ocorrência do absenteísmo, o que é corroborado por Silva *et al.* (2018) quando estabelecem que as consequências do assédio moral estão relacionadas à produtividade, rotatividade, altos índices de absenteísmo e desmotivação, à medida que gera sofrimento psíquico muitas vezes com reflexos de nível somático.

GRÁFICO 8 - Questões sobre assédio moral e sofrimento psíquico: Parte 2



Fonte: Pesquisa realizada em 2022.

Finalizando o bloco de alternativas que se propunham a investigar sobre a relação entre assédio moral e sofrimento psíquico, o gráfico 8 traz na primeira alternativa a afirmação de que o assédio moral pode provocar depressão e levar a vítima a cometer suicídio, evidenciando-se que praticamente a totalidade dos pesquisados (91% concordam totalmente e 9% concordam parcialmente) assinala concordar com essa ideia, o que encontra respaldo no posicionamento de autores como Hirigoyen (2019), Dejours (1992), Santos (2019), os quais defendem, a partir de constatações, que o assédio moral, se prolongado por mais tempo ou se intensificado pode solidificar um estado depressivo severo, o que aumenta também o risco de suicídio, tal a gravidade que esse fenômeno representa para a saúde psíquica das vítimas (SGANZERLA, 2021). Na sequência, o gráfico 8 evidencia uma alternativa que busca verificar se a lembrança da situação de assédio moral pode desencadear na vítima um quadro de sofrimento relâmpago, de modo que a maioria dos pesquisados (62% concordam totalmente e 28% concordam parcialmente), sugerindo que para os pesquisados, o resgate de lembranças sobre as situações em torno do assédio moral pode fazer a vítima reviver situações de sofrimento, reavivando experiências traumáticas e trazendo à tona todo um conjunto de lembranças dolorosas (HIRIGOYEN, 2017).

Contudo, é importante destacar que o sofrimento psíquico não é expressado de forma igual para todos os indivíduos, pois é de ordem subjetiva, assumindo significados distintos para cada pessoa. Portanto, não é possível ter a certeza que ao lembrar da situação de assédio, o assediado vai desencadear automaticamente um quadro de sofrimento relâmpago (SILVA *et al.*, 2017).

A terceira e última questão do gráfico 8 trouxe a afirmação de que o assédio moral no ambiente de trabalho causa exaustão emocional, psíquica e física, de modo que 100% dos pesquisados concordam totalmente com essa afirmação, evidenciando que para os participantes da pesquisa há uma forte relação entre assédio moral e sofrimento psíquico, desgaste emocional e físico.

O assédio moral possui uma dinâmica causadora de extremo sofrimento para a vítima, sendo esta responsável por afastar o indivíduo de sua qualidade de vida e bem-estar social, podendo ainda, de acordo com Silva *et al.* (2018), afetar o ambiente familiar dos indivíduos e sua vida como um todo. Como consequência disso, o indivíduo apresenta sintomas que podem ir se agravando, levando a perda gradativa de sua qualidade de vida no trabalho e consequentemente ao adoecimento psíquico e físico (ANTUNES, 2017).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve o objetivo identificar a percepção de estudantes do curso de psicologia da Universidade Estadual da Paraíba acerca da relação entre o assédio moral no trabalho e sofrimento psíquico, e à medida que os dados obtidos foram analisados tornou-se possível o atingimento do objetivo proposto neste estudo, na medida em que se tornou possível compreender a percepção dos sujeitos pesquisados acerca da referida temática. Pôde-se observar que os entrevistados apresentaram respostas consistentes com a literatura que versa sobre o assédio moral, o que sugere uma boa compreensão da temática e consequentemente um maior preparo ao lidar com situações que envolvam essa problemática.

O debate das questões relacionadas ao assédio moral atravessa os mais diversos espaços, a exemplo da academia através das pesquisas e estudos, organizações públicas e privadas através das normas e resoluções, as entidades sindicais que propõem às suas respectivas categorias medidas de combate a esse tipo de prática, entidades do meio jurídico através da criação de dispositivos legais que visem coibir a prática do assédio moral nas organizações. A robustez da literatura sobre assédio moral, a quantidade de estudos e pesquisas, bem como a quantidade de dispositivos de lei que vêm sendo criados ao longo dos anos evidenciam a importância que esse assunto merece, haja vista os prejuízos que a ocorrência do assédio moral traz não apenas para as organizações, mas sobretudo para a saúde psíquica das vítimas. Como já foi enfatizado, as vítimas dessa prática sofrem várias consequências tanto físicas como psíquicas. Muitos trabalhadores não conseguem pedir demissão do trabalho porque precisam dele para sobreviver, e devido a isto, a maioria das vítimas adotam uma postura passiva de suportar a ocorrência do assédio, o que leva ao surgimento de vários problemas, como depressão, ansiedade e outros tipos de transtornos para as vítimas, bem como prejuízos nas relações de trabalho e queda de produtividade por parte das empresas (BATISTA *et al*, 2021).

Deste modo, entende-se que a realização desta pesquisa contribuiu para ampliar o debate em torno da relação assédio moral e sofrimento psíquico, promovendo entre os participantes, futuros profissionais da psicologia, um espaço para reflexão dessa temática, e trazendo à tona a gravidade das consequências do assédio moral para a saúde psíquica das vítimas, bem como as consequências danosas de sua ocorrência para a própria organização. Necessário que se amplie ainda mais o debate sobre essa temática, uma vez que é através do aprofundamento desses debates que podem surgem as alternativas de combate para o assédio moral nas organizações.

REFERÊNCIAS

[1] ANTUNES, José. Assédio moral no trabalho: revendo a evidência. Psicologia, Saúde e Doenças, v. 18, n. 3, p. 669-680, 2017.

[2] BATISTA, Janaína da Silva et al. O ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO. REVISTA FAIPE, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 209-223, jun. 2021. ISSN 2179-9660. Disponível em: <https://revistafaipe.com.br/index.php/RFAIPE/article/view/260>.

[3] BELFIORE, Elio. Definindo assédio moral. *In*: Assédio Moral. São Paulo: CREMESP, 2018. cap. 2, p.14. Disponível em: http://www.cremesp.org.br/pdfs/CARTILHA-Assedio-Moral-p5.pdf

[4] BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Assédio Moral: conhecer, prevenir, cuidar. Brasília, 2015.

[5] BRITO, Higor Pontes Pinto. Sofrimento psíquico em policiais militares: um estudo de revisão. 2020.

[6] CARBONARO, A.; SILVA. C. C. P.; COLETO, A. C. Nem só de lucro vive o sistema financeiro brasileiro: o assédio moral no ambiente bancário. Revista Mundi Engenharia, Tecnologia e Gestão. Paranaguá, PR, v.5, n.4, p. 247-01, 247-27, DOI: 10.21575/25254782rmetg2020vol5n41080, 2020. Disponível em http://periodicos.ifpr.edu.br/index.php?journal=MundiETG&page=article&op=view&path%5B%5D=1080

[7] DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 1992.

[8] FIGUEREDO, Patrícia Maria. Assédio moral contra mulheres nas organizações. São Paulo Cortez: 2012.

[9] FILHO, Wilson Ramos. Bem estar das empresas e mal estar laboral: o assédio moral empresarial como modo de gestão de recursos humanos. Revista Eletrônica Curso de Direito UNIFACS, n. 108, p. 10, 2009.

[10] FERNANDES, Maria Neyrian de Fátima et al. Assédio, sexismo e desigualdade de gênero no ambiente de trabalho. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca, Franca, v. 14, n. 1, p. 237-253, jun. 2019.

[11] GARCIA, Ivonete Steinbach; TOLFO, Suzana da Rosa. Assédio moral no trabalho: uma responsabilidade coletiva. Psicologia & Sociedade; 23 (1): 190-192, 2011.

[12] GIL, Antonio Carlos *et al*. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, p. 41- 42, 2002.

[13] HELOANI, Roberto; BARRETO, Margarida. Assédio moral, gestão por humilhação. Curitiba: Juruá, 2018.

[14] HIRIGOYEN, Marie-France. Abuso de fraqueza e outras manipulações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 2014.

[15] _____, Marie-France. Assédio moral: a violência perversa no cotidiano. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

[16] _____, Marie-France. Mal estar no trabalho, redefinindo assédio moral. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 2017.

[17] JÚNIOR, Landial Moreira. Assédio moral no ambiente de trabalho. Curitiba: Appris, 2021.

[18] KANAN, Lilia Aparecida; PEREIRA, Giovana Bedin; LOMBARDI, Péricles. Características do assédio moral no contexto de trabalho. Research, Society and Development, v. 9, n. 11, 2020.

[19] MARTINS, Sérgio Pinto. Assédio Moral no Emprego. 5ª Edição. São Paulo: Saraiva Jur, 2017.

[20] MENEZES, Nayara Ruben Calaça Di; PALLA, Amanda Cristina Fonseca; HUR, Domenico Uhng. Assédio Moral na Universidade. Perspectivas em Psicologia, v. 24, n. 2, p. 211-230, 2020.

[21] MESQUITA, Alex A. *et al.* Assédio moral: impacto sobre a saúde mental e o envolvimento com trabalho em agentes comunitários de saúde. Revista Psicologia e Saúde, v. 9, n. 1, p. 3-17, 2017.

[22] NASCIMENTO, Daniella Teixeira do. Saúde mental de trabalhadores vítimas de assédio moral. Psicologia.pt - O Portal dos Psicólogos, 2018.

[23] OLIVEIRA, Fernanda Souza de; BOABAID, Jesuino Silva; MORAIS, Uérlei Magalhães de. Assédio Moral: Um Olhar Para Saúde Mental Do Trabalhador. Revista Científica Semana Acadêmica, v. 9, n. 211, p. 1-30, 2021.

[24] POOLI, Adriana Machado; MONTEIRO, Janine Kieling. Assédio moral no judiciário: prevalência e repercussões na saúde dos trabalhadores. Revista Psicologia Organizações e Trabalho, v. 18, n. 2, p. 346-353, 2018.

[25] RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social, métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2011.

[26] SANTOS, Cristina Vianna Moreira dos. Sofrimento psíquico e risco de suicídio: diálogo sobre saúde mental na universidade. Revista do NUFEN, v. 11, n. 2, p. 149-160, 2019.

[27] SGANZERLA, Sonia Regina. Assédio moral no trabalho e seus reflexos na vida do empregado. Monografia (Bacharel em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Curitiba. p. 55, 2021.

[28] SILVA, Alda Karoline Lima da *et al*. Assédio moral no trabalho e sofrimento psíquico em motoristas de ônibus. Revista de Psicologia, Fortaleza, v.11, n.1, p. 20-27. 2020.

[29] SILVA, Amanda Ferreira; FRANKLIN, Luíza Amália Soares. O Assédio Moral Horizontal no Âmbito Organizacional e o Profissional do Secretariado. In: VI Encontro Nacional Acadêmico de Secretariado Executivo, Viçosa. VI ENASEC, 2019.

[30] SILVA, Ana Lea Santos da *et al*. Assédio moral, sofrimento no trabalho e suas consequências. Debates em Psiquiatria, v. 7, n. 2, p. 34-41, 2017.

[31] SILVA, R. K. T.; MESQUITA NETO, R.; YAZAWA, T.; SANTOS, J. W. Assédio moral no ambiente de trabalho: as consequências para o indivíduo e para o ambiente. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral. p.17, 2018.

[32] SOBOLL, Lis Andrea Pereira; GOSDAL, Thereza Cristina. Assédio moral interpessoal e organizacional: um enfoque interdisciplinar. São Paulo: Editora LTr, p. 152, 2009.

[33] SOHSTEN, Erika R. V. Os servidores públicos e o assédio moral. Uma luta perdida? Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.

Capítulo 6

A ciência e o uso da televisão na produção de sentidos de obesidade

Fabiano Marçal Estanislau
Ângela Maria Machado de Lima Hutchison

Resumo: Considerada um problema de saúde pública desde o final da década de 1990, a obesidade ganhou destaque em muitos países com a chamada "inversão nutricional": a subnutrição como condição a ser tratada perdeu espaço para o sobrepeso ou para o excesso de peso em geral. Embora esses sejam problemas de Saúde Coletiva, o manejo dessas condições torna-se um problema clínico que recai fundamentalmente sobre o controle do comportamento dos indivíduos que estão "acima do peso". Nesse deslocamento, diversos sentidos se produzem no contexto social relacionados ao aumento de massa corporal para um número cada vez maior de pessoas. Para entender algumas dessas produções de sentidos na sociedade brasileira, analisamos três episódios do programa televisivo "Bem Estar", da Rede Globo. Percebemos uma aliança entre ciência e mídia para uma comunicação científica, construindo a noção hegemônica de obesidade: patológica, negativa e polarizada do sujeito considerado obeso (o infeliz, que não realiza as tarefas rotineiras, e o feliz pós-emagrecimento). Portanto, criam discursos voltados para orientar e disciplinar os comportamentos do público, ao responsabilizar indivíduos pelo eventual sucesso ou fracasso em seus "tratamentos", em uma evidente relação de poder.

Palavras-chave: obesidade; discurso; produção de sentidos; ciência; mídia.

**Este texto é parte da dissertação de mestrado "Produção de sentidos na balança: as relações entre ciência, mídia e cotidiano nos discursos de obesidade", do Programa de Mestrado em Estudos Culturais da EACH-USP. O trabalho completo pode ser acesso em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/tde-17122014-194230/pt-br.php;

1. CONCEBENDO A ARENA

No mês de março de 2014, um fato acontecido no Estado de São Paulo repercutiu nos noticiários do país. A professora em sociologia, Bruna Giorjiani de Arruda, de 28 anos, passou em segundo lugar na regional de São José do Rio Preto no concurso público da Secretaria Estadual de Educação. Porém, foi impedida de assumir o cargo de professora, por ser considerada obesa mórbida pelo médico perito que avaliou seus exames admissionais[12].

Bruna fez todos os 12 exames médicos solicitados, dentre eles de sangue, urina, eletrocardiograma e laringoscopia. A perícia em Rio Preto foi feita por uma clínica que presta serviços para o Estado. O médico fez perguntas sobre o seu histórico de saúde e sobre o seu peso e altura. Não tinha balança no local, ele apenas anotou e elaborou um relatório, o qual foi enviado para a capital paulista. De posse do relatório (contendo os exames e as anotações), outro médico perito, já no município de São Paulo, calculou o Índice de Massa Corporal (IMC)[13] de Bruna (que não participou nesse procedimento). Nos dados utilizados, constava que a professora tinha 110 quilos e media 1,65 metros. Portanto, o IMC foi de 40,4 kg/m2, o que é considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma condição patológica do sujeito, a obesidade mórbida.

Bruna relatou, em entrevistas concedidas à mídia, que nunca achou que seu peso seria problema para assumir o cargo, mesmo porque atua há sete anos como professora substituta na rede pública e privada de ensino, alegando que nunca foi afastada por problema de saúde. Por isso, solicitou outra perícia e, um mês depois, passou por nova consulta, na sede do Departamento de Perícias Médicas do Estado, em São Paulo. Desta vez, ela foi medida com 1,62 metros de altura e 104 quilos (três centímetros e seis quilos a menos), com IMC 39 kg/m2. Conseguiu ser aprovada no exame médico e assumiu o cargo de professora na cidade de Mirassol (SP).

Podemos observar que há uma relação direta entre trabalho (possibilidade em exercer uma tarefa) e saúde/doença (utilizando uma visão determinista) que visa à classificação dos sujeitos aptos e não aptos. Mas como são produzidas essas relações? Como e quem produz tais características? Como os sujeitos atuam nesse processo de construção de sentidos do corpo? Essas são algumas perguntas que nos guiaram para o desenvolvimento deste estudo. Defendemos que esse exemplo é oportuno para a discussão que propomos. A obesidade ganhou um estatuto privilegiado nas últimas duas décadas e na vida cotidiana assume vários sentidos, sendo um deles a mudança da noção de "pessoa gorda" para "obesa".

Podemos apontar vários sentidos sobre a obesidade a partir desse fato. Primeiro, ao ser considerada "portadora" de obesidade mórbida, a professora (enquanto sujeito) foi reduzida a uma das características do seu corpo. A partir do momento que ela recebeu o diagnóstico e não foi aprovada no concurso, a visão do outro prevaleceu, ao demarcar um sentido negativo e considerá-la um sujeito não apto para a atividade laboral. A obesidade, portanto, ajudou a definir o corpo ideal (ou magro), como imagem, sentido, personalidade e experiência de oposição. Não apenas como uma ação imaginada, mas também pela materialização e desvalorização do corpo para o desenvolvimento da efetiva atividade produtiva em questão. Este caso exemplifica o cerne da questão inscrita no estudo que desenvolvemos e apresentamos a seguir.

Neste trabalho, tomamos a obesidade como parte integrante do projeto de civilização e da cultura ocidental da materialidade, constituída como uma ideologia. A obesidade é a expressão de uma prática discursiva, a qual se referencia em imagens, noções, instituições, saberes, burocracias e doutrinas.

O que queremos propor é que a questão da obesidade é complexa e seus sentidos são produzidos socialmente e de modo interdependentes. Essas produções são negociadas e posicionadas, podendo ser aceitas, refutadas ou reformuladas em diversas áreas da vida social pelos sujeitos individuais ou coletivos. Destacamos, porém, que o sentido produzido pela ciência da vida e incorporado em práticas hegemônicas de saúde tende a conformar outros sentidos de obesidade ao formatar uma espécie de matriz fundadora

[12] Uma das coberturas jornalísticas sobre o fato pode ser vista no endereço eletrônico do Portal do G1: http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2014/03/professora-e-impedida-de-lecionar-por-ser-obesa-morbida-em-sp.html.

[13] O IMC é obtido pela divisão do peso do indivíduo (em kg) pela altura ao quadrado ou altura x altura (em metros). Obtém-se assim um número seguido de kg/m2 que deve ser interpretado da seguinte maneira: menor que 18 Kg/m2 = subnutrido; de 18 a 26 Kg/m2 = normal; de 26 a 30 Kg/m2 = excesso de peso; acima de 30 Kg/m2 = obeso; valores superiores a 40 Kg/m2 = obesos mórbidos (devido à grande morbidez, isto é, doenças graves relacionadas com este grau de obesidade, este índice se enquadra como condição patológica).

que naturaliza e universaliza a ideia. Podemos afirmar, portanto, que o sentido biomédico modula os outros sentidos. Os especialistas em obesidade, seja endocrinologista, geneticista, neurologista, nutricionista, sanitarista, enfermeiro, psicólogo, educador físico, etc. contribuem para o fortalecimento do sentido biomédico de obesidade, principalmente por meio de suas teses, pesquisas e doutrinas. Vale dizer, números, estatísticas, estudos, testes, negações, generalizações, reducionismos, comparações, classificações, catalogações, tudo é validado pelo saber biomédico dominante para provar os sentidos, negativos, de obesidade.

Outro sentido de obesidade é apresentado para ilustrar as dificuldades da vida cotidiana. A obesidade é tida como consequência da vida moderna, que conta com tecnologias mais avançadas, diferentes formas de mobilidade, maior acessibilidade a produtos alimentícios industrializados, sedentarismo e estresse. Ou seja, é aceitável que o estilo de vida produza a obesidade e por isso deveria ser reestruturado, reeducado, com modificação dos costumes, hábitos e comportamentos das pessoas. Com isso, há a abertura para que se elaborem as mais diferentes narrativas como teorias, relatos sociais, ficções, romances, produtos midiáticos formulados por diferentes atores sociais, tais como filósofos, cientistas políticos, administradores públicos, economistas, ficcionistas, jornalistas e profissionais de saúde.

2. DISCURSOS MIDIÁTICOS DE OBESIDADE: ALIANÇA CIÊNCIA E MÍDIA

> Há um dado no artigo de Monteiro e Conde que nos permite inferir que esta luta pode ser proveitosa: a diminuição da prevalência da obesidade nas mulheres de classes mais favorecidas do Sudeste. É amplamente provável que tal diminuição se deva (como sugerido pelos autores) ao **maior acesso a informações** obtidas por esta população feminina, informações estas **veiculadas principalmente pela mídia** sobre os problemas da obesidade, da alimentação desequilibrada e do sedentarismo. Podemos então prever que **campanhas dirigidas às populações de todas as classes sociais possam reverter** este quadro alarmante de aumento da obesidade em nosso país. **Cabe a nós**, principalmente, **profissionais que lidamos com o problema**, difundir estes conhecimentos por **todos os meios possíveis** (HALPERN, 1999, p. 176 – grifo nosso).

Fica mais do que evidente, que o autor propõe o uso dos meios de comunicação pelos especialistas de obesidade para transformar a realidade "alarmante" da "epidemia" causada pelos hábitos atuais da população. Ao afirmar isso, Halpern expõe que a ciência necessita estabelecer uma aliança com a mídia, uma parceria na qual os meios de comunicação servirão como instrumentos para mudar os hábitos e costumes das pessoas e contribuir para o progresso da ciência.

Mas, surgem algumas questões a partir dessa constatação: como se dá essa parceria ciência e mídia? Como são utilizados os meios de comunicação para a educação em ciência e a divulgação científica? A partir de que elementos os discursos construídos na mídia são elaborados e como é a dinâmica de negociação dos atores sociais nesses discursos?

Em 1973, Raymond Williams se ocupou em estudar a televisão como um novo meio de comunicação que tinha entrado na esfera doméstica de modo generalizado e publica a obra Televisión: Tecnología y Forma Cultural, em que são delineadas suas principais contribuições para o estudo das tecnologias de comunicação. A ideia que postula ao uso das tecnologias como a verdadeira síntese de seu sentido aparece pela primeira vez como uma premissa preponderante que marca o caminho para uma das áreas de pesquisa dos Estudos Culturais.

> La gente dice: "La televisión ha alterado nuestro mundo", o "la radio alteró el mundo" o, para remontarnos aún más en el tiempo, "la imprenta alteró el mundo". Y, por lo general, sabemos, al menos inicialmente, qué significan estas afirmaciones. Sin duda, todos estos inventos han producido efectos sociales amplios y evidentes. Pero, al extender las afirmaciones en este sentido, hemos introducido -a veces sin saberlo- una categoría más: la de los "usos". El argumento puede, entonces, tomar distintas direcciones. Se puede decir que lo

> que ha alterado nuestro mundo no es la televisión, ni la radio, ni la imprenta como tales, sino los usos que se les da en cada sociedad (WILLIAMS, 1992, p.183).

Williams (idem) postula vislumbrar as instituições que tornam possível a televisão como a conhecemos e os usos sociais que dela fazem os telespectadores. Estudar as bases que se relacionam a Economia Política da Comunicação e os Estudos Culturais, entendendo que este último ultrapassa o sujeito decodificador como um índice essencial para entender os meios de comunicação.

A sagacidade de Williams é tal que seus postulados para a televisão, no início dos anos 1970, podem ser usados para entendermos o fanatismo tecnológico do novo milênio. A televisão neste momento como a Internet, a telefonia móvel e jogos eletrônicos na atualidade (as constantes "novas tecnologias") abrem novamente o debate sobre o seu papel na sociedade e na capacidade de agenciar os sujeitos ante estes dispositivos oniscientes, preliminarmente vistos como regulados e prescritivos.

As tecnologias, como meios de expressão, definitivamente oferecem novas formas de comunicação dos sujeitos. Elas vão depender das habilidades e criatividade de seus usos. Portanto, seguindo a lógica desse estudo, cabem as seguintes perguntas: a) Como a televisão está sendo utilizada para realizar a comunicação científica ou a educação em ciência sobre a saúde? Qual a formação discursiva dos sujeitos que se apropriam da televisão para falar sobre obesidade? Quais as noções de obesidade são construídas e quais são as consequências dessas falas?

3. A MÍDIA NA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A OBESIDADE: NEGATIVAÇÃO E CORREÇÃO DO SER OBESO

A grande mídia exerce uma influência central na sociedade contemporânea. Não se pode mais analisar e interpretar os acontecimentos históricos, as relações sociais e o senso comum sem se ater aos meios de comunicação. Para Hall (2003), esse processo, que ele chama de “deslocamento” e “superposição”, ocorreu precisamente porque a grande imprensa do século dezenove foi se constituindo à medida que deturpava a imprensa construída pela classe trabalhadora, colocando-a à margem da sociedade e extirpando seu papel e seu principal objetivo: denunciar as relações sociais desiguais entre as classes.

Ora, esse “deslocamento” proporcionou à grande mídia um dos papéis protagonistas na sociedade: agendar fatos e torná-los públicos, criando uma arena de disputas entre o dito e o não dito. Por isso, é tão importante dizer que ela cria e recria imagens que influenciam as representações sociais, expondo, ocultando, acrescentando e reelaborando acontecimentos. Para Douglas Kellner (2001), existe uma cultura da mídia em nossa sociedade. Neste espectro, a dinâmica desse processo possibilita que a mídia seja usada para dizer como as pessoas devem se comportar e devem agir, mudar hábitos, costumes, criar sentidos e subjetividades. “Define o que é bom ou mau, positivo ou negativo, moral ou imoral” (p. 9). Essa cultura segue a lógica industrial, com um formato comercial, fabricando mercadorias na busca de obter cada vez mais lucros.

Por isso, investe em produzir para uma grande audiência, absorvendo assuntos e temas que estão na agenda da sociedade. Para essa produção, faz um recorte dos assuntos, do cotidiano, das vidas das pessoas, das falas e cria um novo cenário, no qual a dramatização e o espetáculo são fundamentais para disseminação de sua ideologia e para ajudar na manutenção de uma hegemonia social. Como também participa das relações de poder, a mídia abre espaços para que também haja uma resistência, uma luta pelo poder cultural. A produção de sentidos não é unilateral, pois os sujeitos também têm a capacidade de negociar com as outras organizações como a ciência e a mídia as noções e os sentidos produzidos nestas relações (idem).

Se analisarmos o tema obesidade, percebemos claramente as características apontadas por Kellner na produção de sentido negociada pela ciência e pela mídia: as pessoas são responsáveis pela saúde de seu corpo. Essa responsabilização gera, nada mais, que julgamentos e classificações de condutas individuais e/ou de grupos sociais. Por isso, somos bombardeados com estudos, matérias e propagandas relacionadas ao corpo, à vida saudável, à busca do equilíbrio, do corpo sarado, da boa forma. Somos levados a acreditar que temos que ter um autocontrole de nossos corpos e somos os únicos responsáveis por ele.

Podemos dizer que os aspectos da corporeidade passam por uma equação social: quanto maior o seu corpo menor visibilidade positiva ele terá na mídia, sendo incutidos vários valores morais sobre os obesos, principalmente ligados à saúde, estigmatizados como sendo portadores da doença do século, os pecadores de nossa geração. Nesse processo de cultura da mídia, os produtos elaborados para falar sobre a obesidade utilizam do formato do espetáculo: os reality shows ("Além do Peso", da Tv Record; "Medida Certa", da Rede Globo; The Biggest Loser, ou no português "O Grande Perdedor" - franquia que iniciou programas nos Estados Unidos e Canadá e agora está em vários países).

Todos esses elementos serviram como incentivo para analisar o programa de televisão da Rede Globo, Bem Estar[14], exibido diariamente (segunda a sexta-feira), às 10h, ao vivo, apresentado pelos jornalistas Fernando Rocha e Mariana Ferrão. O objetivo do programa, que iniciou suas produções em 21 de fevereiro de 2011, é abordar assuntos relacionados à área da saúde e qualidade de vida.

Vaz (2012) empreendeu um estudo sobre o mesmo programa para verificar qual o gênero jornalístico ele era formatado. Ao analisar cinco programas, argumentou que o Bem Estar encaixa-se no gênero utilitário:

> De fato, este tipo de jornalismo pode ser visto como uma consequência natural do jornalismo enquanto responsabilidade social, uma vez que oferece opções, propostas, soluções e variados tipos de informações úteis para se enfrentar a vida cotidiana (TEMER apud VAZ, 2012, p.9).

A pesquisadora define o programa ¨como uma espécie de consultório¨ (Vaz, 2012, p.10). Além dos apresentadores, o programa é composto por vários especialistas na área da saúde – médicos, nutricionistas, psicólogos e educadores físicos. Todo dia, um ou vários especialistas participam do programa, tanto respondendo dúvidas dos telespectadores tanto como informando e instruindo sobre temas de suas especialidades, principalmente na prevenção de doenças e o que as pessoas devem fazer para melhorar suas vidas, numa espécie de orientação:

> Muitas matérias de serviço não só oferecem a possibilidade de consumir como a de consumir melhor, exercendo a função de 'orientadora' para os receptores que não tiveram acesso à informação por meio do sistema de ensino institucionalizado ou das vias de comunicação pública [como seria o caso das instruções do governo para o preenchimento dos formulários] (ibidem).

Selecionamos três episódios com a questão da obesidade como tema central. A escolha foi feita de forma aleatória, colocando no campo de busca do site do programa a palavra "obesidade" e elegendo os primeiros que apareceram. Os temas foram:

- **Episódio 1:** "Obesidade na adolescência", de 7 de novembro de 2012 – participam os apresentadores/jornalistas Fernando Rocha e Mariana Ferrão, dois endocrinologistas - Alfredo Halpern e Josefina Matielli;

- **Episódio 2:** "Mudanças na sociedade causaram aumento da obesidade no Brasil", de 30 de julho de 2012 – participam os apresentadores/jornalistas Fernando Rocha e Mariana Ferrão, o médico José Bento, o sanitarista Nelson Arns e a nutricionista Lara Natacci;

- **Episódio 3:** Perder peso ajuda na prevenção e no tratamento de câncer", de 21 de outubro de 2013 – participam os apresentadores/jornalistas Fernando Rocha e Flávia Freire, o endocrinologista Alfredo Halpern, o oncologista Fernando Maluf e o médico Paulo Saldívia.

14 Bem Estar foi o primeiro programa de televisão aberto brasileiro voltado a temáticas de saúde exibido pela Rede Globo entre 21 de fevereiro de 2011 e 5 de abril de 2019.

Depois de assistir várias vezes aos vídeos e realizar uma decupação na íntegra de todos eles, percebemos que o formato e a linguagem eram similares e que poderíamos realizar a análise a partir de alguns critérios, que podemos chamar de assuntos embasadores. Por esse motivo, iremos expor os discursos a partir das seguintes temáticas:

a) Políticas públicas de saúde e determinismos científicos

Programa 2: Mariana – "Dr. Nelson, hoje em dia, quando a gente vê uma criança acima do peso..."

Dr. Nelson Arns – "Preocupa. A gente trabalha na Pastoral da Criança também e tinha muita criança desnutrida, pequenininha. O que a gente viu, **criança que é desnutrida até os dois anos de vida, ela tem o que a gente chama de efeito rebot, ela tem uma tendência muito maior de ser obesa no futuro.** E também **se a criança passou fome na gestação**, até a gente vê, às vezes, no shopping aquela mãe esbelta e aquela criança do lado mais obesa. O que acontece? **Você treina o seu organismo a ser um organismo poupador**, a guardar energia. Então, tudo que aquela criança come ela vai guardar. E mais, se a mãe teve problema na gestação ou a criança teve retardo de crescimento dentro da barriga da mãe também nasce com menos músculos. Dai você pega um organismo poupador que nasce com menos músculos, a **criança não vai ter toda aquela vontade de fazer exercícios e já tem a tendência mais sedentária** . Você tem o pior dos mundos. Mas, graças a Deus tem como a gente contornar isso."

Programa 3: Fernando – "**Obesidade causa câncer**. Isso mais do que uma condenação, é, principalmente, uma informação".

Percebemos que as falas acima se enquadram no chamado discurso competente, os médicos e os apresentadores/jornalistas realizam discursos deterministas sobre a condição de ser obeso, a qual a pessoa está fadada a ter uma vida mais curta do que as outras pessoas, ter doenças que levarão a uma morte certa e uma vida infeliz. O problema é que ao fazer esta afirmação, esses médicos transpõem para os indivíduos o risco que pode ser observado e, portanto, atribuído apenas a conjuntos populacionais específicos tais como os obesos. No nosso entender trata-se de falácia estatística que pode induzir à culpabilização dos indivíduos pelos destinos do seu mal ou bem viver.

Programa 1: Alfredo Halpern: **"Ela tinha diabetes com essa idade, imagina o futuro dela".**

Neste discurso, o endocrinologista reforça como a possibilidade de deixar de ser uma pessoa fora dos padrões e tomar um rumo reto e correto pode mudar completamente a vida do sujeito. Fazer coisas normais torna-se um aspecto bonito e emocionante. E mais uma vez, usa de argumentos deterministas biomédicos para prever o futuro negativo da adolescente se ela continuasse a ser obesa.

Programa 1: Alfredo Halpern: "Você viu o Douglas. Agora o pai dele... **de vez em quando eu faço um diagnóstico (pela televisão)... ele tem apneia de sono evidentemente. Tem aquele pescoço grande (...) tem aquela voz meio (...) ele tem apneia de sono. Pode escrever. Se não tiver me avisa. Mas ele ronca à noite, acorda sufocado.** Isso também dá desânimo. Então, fica num círculo vicioso. **Ele ronca à noite, não dorme direito e durante o dia fica desanimado. Aí, ele continua obeso e vai piorar cada vez mais.** Meu conselho: com um filho desse, aproveita o exemplo".

Neste momento, o endocrinologista chega a fazer um diagnóstico à distância, apenas com observações visuais de algumas características estéticas do pai do adolescente. Mesmo sem ter tido contato com o "paciente" e não ter nenhum resultado de exames do mesmo, ele diagnostica o sujeito com várias doenças e ainda pontua que o mesmo só irá piorar. E reforça que o comportamento do filho é exemplar e correto.

b) Fator de risco

A origem da Saúde Pública está ligada à redução da incerteza e do medo, ou seja, a segurança. A preocupação gerada no século XIX, entre as classes dominantes, pelo crescimento das cidades, pós-revolução industrial, com as consequências de problemas de saúde pública e aglomerações, começa a levantar a necessidade em ter regulamentos e políticas de saúde pública (FOUCAULT, 2002).

Higiene Social, Medicina Social e Saúde Pública (nomes diferentes adotados nesta área de conhecimento e intervenção ao longo de sua história) têm duas funções intimamente relacionadas: prevenir e controlar o surto de epidemias e monitorar hábitos perigosos atribuídos a classes trabalhadoras (alcoolismo, violência, degeneração, a desordem moral, etc.), fornecendo também orientações para a conduta de higiene através da educação e os estímulos positivos e negativos para a mudança de hábitos (ROSE, 2007).

O controle das principais doenças infecciosas, em meados do século XX, deixou a função da Polícia Sanitária e do envolvimento de saúde pública e higiene no planejamento urbano em segundo plano. Os médicos já não eram tão necessários na disciplina e ordenamento das cidades. Os problemas de saúde eram diferentes (doenças crônicas, cardiovasculares e câncer) e não eram relacionados à microbiologia. Além disso, o desafio de combater estas novas "epidemias" com as ferramentas clássicas farmacológicas eram ineficazes (FOUCAULT, 2002).

Do desenho determinista da doença (em cima de sua causa), utilizado pela microbiologia, agora é requerido um conceito probabilístico, com base na estimativa da probabilidade de que a presença ou ausência de um fator (de risco) influencia a ocorrência de um evento (doença ou problema de saúde). Ou seja, o risco como sinônimo de perigo, passa para estimar a probabilidade deste perigo ocorrer: o risco e a probabilidade. O conceito de risco de probabilidade estatística é incorporado e estreita a relação preexistente entre Estatística e Saúde Pública (ambos relacionados com o estado) e as relações entre Estatística e Medicina Clínica começa - Epidemiologia Clínica (ALMEIDA-FILHO, 2000).

A associação estatística cada vez mais evidente de doenças crônicas com estilos e condições de vida levou à necessidade de reforçar a prevenção desses problemas de saúde e promover estilos e condições favoráveis à saúde. Depois de um período em que a sua resistência é testada, estratégias de aconselhamento individuais e educação para a saúde são elaboradas.

A realidade é que hoje o risco tornou-se um conceito central na Saúde Pública. Profissionais dessa área medem o risco de doença ou morte de dada população. Com base em medições do risco de morte em cada grupo, são traçadas estimativas que comparam a expectativa de vida de habitantes de uma área ou país em detrimento de outro. Isolam e identificam os fatores de risco, tais como consumo de tabaco, a hipertensão ou a obesidade. Definem-se comportamentos de risco (por exemplo, relações sexuais sem uso de preservativo) e até mesmo coletivos que costumamos chamar de "grupos de risco" e "populações de risco".

A ciência e a mídia têm um papel importante na sociedade de riscos. Com autoridade científica e legitimidade social há um investimento dessas áreas para definir comportamentos que são mais adequados para que as pessoas evitem ou minimizem esses riscos. Isto é, a Saúde Pública recria padrões, com uma grande influência sobre os comportamentos e usos sociais de uma parte importante da população. Regulamentos reverberam nos meios de comunicação, uma vez que os grupos que os controlam estão cada vez mais conscientes do interesse público relacionado a notícias e conteúdos sobre saúde, cuidados com o corpo e a busca da beleza (ROSE, 2007).

Programa 2: Mariana – "Dr. José Bento, em comparação aos anos 70, hoje o problema da obesidade é mais frequente para as mulheres?"

Dr. José Bento – "E muito mais frequente. Hoje a **obesidade é um problema para as mulheres**. Por que? Com a obesidade começou a aparecer mais **câncer de mama**. Com a obesidade começou a aparecer **mais infertilidade**. Hoje, **15% dos casais têm mais dificuldade para engravidar**. Com a obesidade começou a aparecer mais **endometriose**. Por que? O que alimenta a endometriose é o estrogênio e o tecido gorduroso [apontando a região da barriga] é rico em estrogênio. É um depósito de estrogênio. Então, por isso que você vai aprender a como perder essa barriguinha do seu abdômen."

c) Prevenção e mudança de hábitos

Nossas revistas, rádios e canais de televisão estão cheias de conteúdos que buscam estimular as pessoas na procura de evitar os riscos à saúde. As academias e parques estão lotados de pessoas suadas, que correm ou caminham, não só por razões estéticas, mas para acalmar as preocupações sobre o risco de doenças. Esta preocupação estende-se a escolher os alimentos que comemos ou o bairro onde vamos morar. Também, para assegurar acesso a cuidados médicos.

Em nossa sociedade o risco à saúde está mais associado a comportamentos individuais (especialmente aqueles relacionados à atividade física e dieta). E que as desigualdades sociais determinam risco de doença intensamente. Consequentemente, a partir de uma perspectiva global de desigualdades sociais, percebemos uma relação dos principais riscos da sociedade com a questão de classes sociais. E os principais remédios para superar estes riscos são: migração/imigração e mobilidade social.

Por que há essa dicotomia ou distorção na percepção de riscos da saúde da população? Como apontado no capítulo anterior, podemos dizer que está relacionada com a sobrevivência da dominância de uma visão reducionista, biomédica e individualista da doença na medicina, que prioriza um tipo de investigação clínica e de intervenção mais individual. Também com a transmissão de mensagens e argumentos por parte das autoridades públicas, que enfatizam a responsabilidade individual para a preservação da saúde, contra a responsabilidade dos governantes, com base no impacto das políticas públicas de saúde, bem como a importância do aumento ou da redução das desigualdades sociais no estado de saúde de um país.

E, finalmente, os nossos meios de comunicação que sustentam essas visões de saúde individualista, tornando-se intencionalmente os porta-vozes dos discursos do medo de ser uma pessoa doente e moribunda, medo de não ser capaz de pagar por medicamentos e médico, e preocupação com o envelhecimento ou o excesso de peso, perdendo a beleza e deixando de ser um objeto de desejo.

Programa 2: Mariana – "Que beleza. **Como viver mais leve, como emagrecer? Cinco dicas**. A Lara Natacci, **nutricionista**, tá aqui para dar a primeira delas. Uma maça."

Lara Natacci – "É. Tem um estudo recente que diz que comer uma maçã antes da refeição a gente já come menos. A maçã tem pectina, que é uma fibra que se associado ao líquido, e a maçã é rica em líquidos, ela vai fazer com que a gente coma menos na refeição. Diminui um pouco a fome incontrolável da refeição."
Mariana – "E quanto tempo antes da refeição a gente deve comer a maçã?"

Lara Natacci – "Uns 20, 30 minutos antes já é o suficiente."

Dr. José Bento – "Mas se não tiver a maçã, pode ser um copo d'água, não pode?"

Lara Natacci – "Sim, água junto com alguma fibra. O mamão ou abacaxi que vai ajudar na digestão depois."
Dr. José Bento – "A tangerina que tem bastante fibra."

Lara Natacci – "A laranja com bagaço. Tudo isso vai ajudar na saciedade."

Fernando – "Dica dois. Prepare a mesa. Coma como gente. Eu to sozinho, to com pressa. Não... sente-se à mesa e pode ficar mais tranquilo. Você vai comer, no mínimo, com mais elegância."

Mariana – "**Isso faz diferença**?"

Lara Natacci – "Sim e vai comer mais devagar também. Se a gente come rápido, a sensação de saciedade vai demorar para chegar ao cérebro e a gente come muito mais do que comeria."

Percebemos que há uma dicotomia ao indicar o comportamento dos sujeitos utilizando os termos "correto/certo" e "errado", determinando aos telespectadores o que deve ser feito para se tornar magro e perder peso por meio da alimentação. O hábito/costume é a matriz do comportamento e os especialistas focam nas mudanças individuais e esquecem todo o contexto cultural, social, político e econômico em que esse sujeito está inserido.

d) Responsabilização do sujeito - o uso de histórias individuais e a construção do sujeito obeso

Trazendo a discussão para as questões sobre obesidade, podemos perceber como a grande mídia reforça representações negativas, elevando o problema da discriminação sobre os corpos desviantes à normalidade, buscando disseminar o mito da saúde perfeita. O discurso midiático tem uma lógica própria de constituição e transmissão, construindo assim representações identitárias, como das pessoas obesas, que influenciam decisivamente na constituição de uma alteridade coletiva. A alteridade é o processo de constituição e reconhecimento do Outro, princípio da diferença na relação com o outro. Portanto, os meios de comunicação de massa com suas representações sociais determinam o processo de alteridade e buscam torná-lo natural, descaracterizando sua dinâmica histórico-social.

Hall (2004) se utiliza de outro exemplo para exemplificar o que ele chama de "jogo das identidades" que os detentores do bloco do poder sabem utilizar para buscar a manipulação da opinião da população. Para recompor novamente uma maioria conservadora na Suprema Corte estadunidense, o presidente Bush, em 1991, indicou um juiz negro, conservador em seus pensamentos. Primeiro, porque os eleitores brancos (até mesmo os racistas) aprovariam o juiz pelo fato de seu conservadorismo e não alteraria decisivamente a legislação de igualdade de diretos; segundo, os eleitores negros que almejam uma mudança radical na legislação apoiariam a indicação pelo juiz ser negro.

O que importa para a grande mídia é posicionar os grupos em locais dentro da sociedade, proporcionando visibilidade ou invisibilidade, elevando ou ocultando, positivando ou negativando. Esse também é o "jogo das identidades", a mídia vem ensinar aonde é o seu lugar, o meu lugar e o nosso lugar (enquanto grupo).

Essa maneira de representar socialmente as pessoas e os grupos acaba contribuindo para novas formas de objetivar as desigualdades sociais e impor práticas nos sistemas simbólicos de exclusão desses grupos, como é o caso das pessoas obesas. Os meios de comunicação de massa já têm determinado todos os locais que serão ocupados simbolicamente nos espaços midiáticos. Para reforçar tais locais, utilizam-se de estratégias como a imagem televisiva, principalmente as propagandas mostram exclusivamente famílias felizes, harmoniosas e estruturadas com pessoas magras, um modelo ocidental de beleza. Se analisarmos a construção da representação social pela televisão, podemos perceber que nos programas de maior audiência, como em noticiários e novelas, a imagem das pessoas obesas têm características, estereótipos fixados e espaços definidos. Nos telejornais e novelas, há uma presença ínfima dos profissionais "acima do peso".

Outro importante fator que constitui a grande mídia é sua estratégia de representar a pessoa obesa (enquanto indivíduo) na sua coletividade, ou seja, o que acontece a um indivíduo, principalmente em aspectos negativos, é representado a toda a coletividade que ele pertence. São os estereótipos sociais criados para impor os lugares de referência dos grupos étnicos, sexuais, feministas, remetendo, portanto, aos pensamentos discriminatórios, como a representação da sociedade que todas as pessoas obesas são doentes, desleixadas, preguiçosas e lentas. A grande mídia, por conseguinte, é branca, magra, segue o modelo euro americano, ideologicamente hegemônica e, principalmente, discriminatória.

Programa 1: Mariana Ferrão anuncia a primeira história: "pensa aí numa pessoa feliz, numa pessoa alto astral – é a Jhenifer. Uma menina, uma jovem que sonhava com coisas bem simples".

A matéria inicia dizendo que o sonho de Jhenifer era ter uma festa de princesa nos seus 15 anos, usando sapato de salto. Aos onze anos, a menina pesava 100kg. Jhenifer conta que comia por tudo, porque estava feliz, triste, alegre, etc.

A repórter pergunta ao pai o que ele pensava ao ver a filha comendo daquele jeito e ele diz: "Filha, **aonde você vai parar**?".

Aos 16 anos, ela estava chegando aos 160kg.

A mãe de Jhenifer diz, emocionada e chorando, que o que mais incomodava era os olhares assustados das pessoas para a menina. "Isso não é uma doença contagiosa. **É uma doença... da pessoa**".

A repórter pergunta à mãe como é ver a filha cada vez mais magra e esta responde que ¨é uma felicidade que não tem tamanho¨.

Em dois anos, ela emagreceu 45 kg. Agora, consegue cruzar as pernas e até usar sapato de salto alto. Conta que no dia em que conseguiu experimentar um sapato na loja, ficou emocionada, toda a família começou a chorar.

"**Mais magra, feliz, em cima do salto, ela comemorou os 18 anos**", enfatiza a repórter.

Aqui, o médico acaba entrando em campo paradoxal – se por um lado argumenta que a obesidade é proveniente de estruturas neurológicas e genéticas, de outro ele aponta que a pessoa deve lutar para se tornar magra e somente aponta como ajuda a cirurgia, esquecendo que a pessoa pode contar com ajuda de outras áreas, como a Psicologia e Nutrição.

Podemos perceber a representação sobre a pessoa obesa nas falas dos pais da adolescente. O pai leva a entender que a questão da filha engordar é de responsabilidade dela mesma, pois quando utiliza "aonde você vai parar?", culpabilizando a adolescente pelo caminho percorrido em seu hábito alimentar. A mãe está preocupada com o olhar do outro, a identidade da filha é construída no reflexo da visão das outras pessoas e também responsabiliza a adolescente por ser obesa, pois ressalta que a obesidade não é uma "doença contagiosa" (que não é tão fácil ser controlada).

Além disso, a adolescente expõe, a partir de sua última fala, que o excesso de peso pode condenar as pessoas à prisão, ou seja, à exclusão social.

Também, há uma reprodução tanto das pessoas obesas quanto dos profissionais sobre a imagem do obeso, antes e depois de emagrecer. A tristeza, a infelicidade, a depressão é oriunda do excesso de peso e da exclusão social em que a pessoa é submetida. De modo geral, podemos afirmar que a mídia cria uma representação em que a pessoa somente poderá ser feliz se for magra, selecionando histórias que se encaixem neste perfil (Grejanin et all, 2007). Ao permanecer "acima do peso", a pessoa é colocada em um cenário de desvalorização, no qual pode influenciar em suas perspectivas de vida, em uma escala simbólica variável, ou seja, de pessoa fracassada à anulação do sujeito, em uma espécie de "eutanásia social"[15], em que se propõe uma abreviação da vida socialmente possível.

4. CONCLUSÕES

Nosso propósito foi discutir sobre a produção de sentidos tecidos nas relações e formações discursivas sobre a obesidade, entre ciência e mídia, com foco no caso do Brasil. No século XXI, os artigos que abordam a obesidade são, de longe, mais frequentes que em séculos anteriores e muitos deles enfocam uma nova discursividade que passa a estampar a revista, os jornais impressos ou os noticiários televisivos, e a ser objeto de pesquisa dos diversos profissionais da área da saúde e correlatos. A participação desses profissionais nessa discursividade proporcionou a inclusão da obesidade como questão em um novo campo de saber. Esse processo apresenta a modernidade como responsável por proporcionar estilos de vida que favorecem o desenvolvimento da obesidade; são destacados os discursos relacionados com a importância de se ter um corpo magro e esteticamente desejável, provavelmente influenciado pela cultura da aparência, característica de nossa época.

Para nós, os discursos produzidos pela mídia dialogam, de modo direto, com os discursos biomédicos de enfermidades, por meio da utilização de imagens e textos dos especialistas em obesidade, influenciando nos efeitos de sentido criados pela grande mídia. O tratamento dado pela mídia à obesidade no processo de construção da notícia e os efeitos de discurso produzidos abrange a espetacularização como conceito-chave para compreender certo sensacionalismo na produção jornalística em contextos de epidemia.

Defendemos que a mídia contribui para que o projeto de modernidade, construído no século XVIII, ganhe força ao disseminar a ideia que: para ser um cidadão a pessoa tem que ser responsável pelo seu corpo e precisa mantê-lo em peso "adequado", evidenciando a construção da imagem negativa da pessoa obesa. Os discursos biomédicos e midiáticos de obesidade estão embasados na noção de epidemia, portanto, a obesidade é uma doença. Porém, para a principal detecção de obesidade, o IMC, são utilizados vários graus e apenas o último é considerado como doença: a obesidade mórbida. Os outros graus são considerados

[15] A ideia de "eutanásia social" vem sendo utilizada em comunicações orais, no campo da Gerontologia, pela Profa. Elizabeth Mercadante em discussões sobre longevidade e subjetividade no contexto brasileiro.

fatores de risco para o desenvolvimento de doenças, como a diabetes, câncer e doenças relacionadas ao coração.

Vale dizer, o imperativo do corpo magro ou, em linguagem mais informal, "em forma", na cultura ocidental é um dos principais fatores que contribuem para essa importância dada à imagem corporal. É possível afirmar que a mídia, da qual faz parte as revistas científicas, desempenha um importante papel na constituição desta identidade moderna. Seus conceitos compõem um jogo de poder que atua disciplinarmente nos corpos. As nossas análises também remeteram ao sentido de sujeito que seria capaz de autogovernar sua conduta, principalmente no que se refere ao cuidado da saúde, nesse caso, prevenir-se/tratar a obesidade cabendo ao indivíduo o ônus ou o bônus dos resultados alcançados nessa empreitada. Dessa forma, o indivíduo é subjetivado também pela mídia, além de outros dispositivos de interações sociais, para ter "bom comportamento". Essa disciplinarização se manifesta por um autocontrole por meio das técnicas de si, as quais compõem os modos como nos constituímos como certo tipo de pessoa. Os indivíduos aprendem que para que alcancemos esse ideal de corpo é necessário um trabalho obstinado e contínuo sobre si próprio. Se malograr, em contraposição o sujeito obeso precisará conviver e/ou desenvolver enfrentamentos para lidar com a negatividade atribuída ao seu corpo "fora de forma", indisciplinado, abjeto e a ser corrigido.

REFERÊNCIAS

[1] ALMEIDA-FILHO, N. A ciência da saúde. Hucitec, São Paulo: 2000;

[2] ESTANISLAU, Fabiano Marçal. Produção de sentidos na balança: as relações entre ciência, mídia e cotidiano nos discursos de obesidade. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

[3] FOUCAULT, Michel. Vigilar y Castigar. El Nacimiento de la Prisión. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

[4] GREJANIN, DKM; PEZZO, TH; NASTRI, V; SANCHES, VPP; NASCIMENTO, DDG;

[5] QUEVEDO, MP. As percepções sobre o "ser obeso" sob a ótica do paciente e dos profissionais da saúde. Rev Brás Crescimento Desenvol Hum. 17(3), 2007, pp. 37-47.

[6] HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais; Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende (et al). Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

[7] . A identidade cultural na pós-modernidade. 9ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

[8] HALPERN, Alfredo. A epidemia de obesidade. Arq Bras Endocrinol Metab, São Paulo, v. 43, n. 3, June 1999. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-

[9] 27301999000300002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 28 fev. 2014.

[10] KELLNER, Douglas. A cultura da mídia – estudos culturais: identidade política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, SP: Edusc, 2001.

[11] MENEGON, Vera Sonia M. Menopausa: imaginário social e conversas do cotidiano. São Paulo. 237p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), PUC/SP, 1998.

[12] ROSE, Nikolas. The politics of life itself: biomedicine, power, subjectivity in the twenty-first century. Princeton: Princeton University Press, 2007.

[13] SPINK, Mary Jane P. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais. In: JOVCHELOVITCH E GUARESH (orgs.) Textos em Representações Sociais. 2a. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

[14] VAZ, Tyciane Cronemberger Viana. Jornalismo utilitário na TV: análise da produção do gênero no programa Bem-Estar da Rede Globo. XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2012. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/navegacaoDetalhe.php? option=trabalho&id=50740> Acessado em 30 mar. 2013.

[15] WILLIAMS, Raymond, "Tecnologías de la comunicación e instituciones sociales", em Williams, Raymond (ed.), Historia de la comunicación. Vol. II, Barcelona, Bosch Casa Editorial, S.A, 1992.

Capítulo 7

Agir comunicativo na negociação integrativa

Regina Rossetti
Murilo Furtado de Mendonça Junior

Resumo: O objetivo de estudo é compreender a negociação a partir da teoria do agir comunicativo de Habermas. Para tanto, por meio de pesquisa bibliográfica, conceitua os dois tipos de agir elaborados por Habermas: o estratégico e o comunicativo. Depois, distingue dois tipos de negociação: a distributiva e a integrativa. Os resultados indicam que o agir estratégico é típico da negociação distributiva e o agir comunicativo está mais presente na negociação integrativa.

Palavras-chave: **C**omunicação e inovação; negociação; Habermas

*Trabalho apresentado no GP Teorias da Comunicação, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

1. INTRODUÇÃO

No processo de negociação o papel da comunicação é fundamental, a tal ponto que a qualidade da comunicação pode indicar qual será o resultado da negociação. A preparação da negociação, a troca de informações e o entendimento mútuo devem ser exercidos com técnicas e sabedoria. A habilidade e conhecimento definem a complexidade desta arte de negociar que em sua forma mais rudimentar caracteriza-se como negociação distributiva ligada ao "agir estratégico" com seus atos perlocutórios na ausência de linguagem consensual. Todavia, a forma mais exuberante da negociação está na intersubjetividade partilhada e no entendimento mútuo que busca o consenso, exponencialmente lucrativo para as partes envolvidas na negociação, com seus atos ilocutórios em busca dos interesses comuns e da superação das metas pré-estabelecidas.

O objetivo de estudo é compreender a negociação a partir da teoria do agir comunicativo de Habermas. Para tanto, primeiro, conceitua os dois tipos de agir elaborados por Habermas: o estratégico e o comunicativo. Depois, distingue dois tipos de negociação: a distributiva e a integrativa. Os resultados indicam que o agir estratégico é típico da negociação distributiva e o agir comunicativo está mais presente na negociação integrativa.

2. AGIR ESTRATÉGICO E AGIR COMUNICATIVO EM HABERMAS

Ao tratar da ação humana no mundo da vida, Habermas distingue o agir estratégico do agir comunicativo.

O agir estratégico está presente nas comunicações unilaterais, aquelas que ficam caracterizados apenas a transmissão de informações sem que haja a preocupação do entendimento da outra parte. Para tanto, se faz necessário uma hierarquia ou mesma superposição dos atores envolvidos ou dos interesses em jogo. Segundo Habermas, no agir estratégico,

> as forças ilocucionárias de ligação enfraquecem; a linguagem encolhe-se transformando-se num simples meio de informação [...] a linguagem debilitada passa a preencher apenas as funções de informação, que restam, quando se retira do entendimento linguístico a formação do consenso (HABERMAS, 2002, p.74).

O agir estratégico é próprio da ação teleológica, isto é, a ação que busca alcançar um resultado. Para tanto, se utiliza de atos de fala perlocutório, ou seja, atos de fala que visam causar uma determinada reação performática do interlocutor buscam produzir reações e comportamentos no ouvinte. O agir estratégico se baseiam em planos individuais de ação em que a cooperação mútua e o reconhecimento intersubjetivo são descartados. O monólogo lhe é peculiar e a questão do entendimento em segundo plano. Também presente em apresentações sem a preocupação de entendimento e com interpretações casuais e duvidosas já que o alinhamento de objetivos sequer é questionado. Tudo isso é percebido em grandes discursos, por vezes eloquentes, mas sem nenhum espectro de abrangência com palavras soltas ao léu.

No conceito de agir comunicativo formulado por Habermas está cristalizado o entendimento, a compreensão e a participação efetiva no meio linguístico. Pode-se identificar este "agir" num debate de ideias com múltiplos argumentos a serem refletidos pelos atores envolvidos com vistas a alcançar o consenso esperado.

Segundo Habermas (2004, p.118) o agir comunicativo possui dois sentidos, um mais fraco e outro mais forte. O sentido fraco se dá quando o entendimento mútuo se estende a fatos e razões dos agentes para suas expressões de vontade unilaterais. Já o sentido forte ocorre quando o entendimento mútuo se estende às próprias razões normativas, que baseiam a escolha dos fins. Os envolvidos fazem referência a orientações axiológicas (valor) intersubjetivamente partilhadas, que determinam sua vontade para além de suas preferências. Em ambos os casos observados de expressões da vontade não inseridas num contexto normativo, as proposições de intenção e solicitação já são empregadas comunicativamente, ou seja, com a meta ilocucionária de levar o ouvinte a um assentimento racionalmente motivado.

O objetivo do agir comunicativo é promover o entendimento mútuo, isto é, entender-se com alguém a respeito de algo. "Com seu ato de fala, o falante procura atingir o seu objetivo de conseguir a comunicação com o ouvinte a respeito de algo" (HABERMAS, 2002a, p.193). Habermas chama este objetivo de ilocutório e atribui a ele dois níveis: a compreensão e a aceitação. Primeiro, o ato de fala deve ser compreendido pelo ouvinte; segundo, e se possível ser aceito pelo ouvinte. Portanto, o sucesso ilocutório do falante depende

do ato de fala ser suficientemente compreensível e aceitável pelo ouvinte.

> O falante gostaria que o interlocutor aceitasse aquilo que ele diz como válido, o que é decidido pelo "sim" ou "não" do interlocutor à pretensão de validade daquilo que é dito, suscitada pelo falante através do seu ato de fala. Aquilo que torna a proposta do ato de fala aceitável são, em última análise, as razões que o falante poderia apresentar, no contexto dado, para a validade daquilo que é dito. A racionalidade inerente à comunicação reside assim na ligação interna entre (a) as condições que tornam o ato de fala válido, (b) a pretensão apresentada pelo falante de que estas condições estão satisfeitas e (c) a credibilidade da garantia emitida pelo falante para que o fato de poder, se necessário, justificar discursivamente a pretensão de validade. (HABERMAS, 2002a, p. 194).

Habermas também observa que o objetivo do falante não é alcançado de modo causal, pois os participantes na comunicação têm a liberdade de, mesmo compreendendo, poder dizer não ao que é dito, ou seja, o ouvinte tem a liberdade de não aceitar o que é dito pelo falante. O sucesso ilocutório de um ato de fala, indica a racionalidade da utilização da linguagem orientada para se conseguir um entendimento, também indica a responsabilidade dos participantes da interação nos processos de entendimento:

> o que está em jogo nos processos de intercompreensão é a questão ética de *reconhecimento* recíproco dos participantes da interação, de forma que o sentido da prática comunicativa estaria situado sob um pressuposto geral de responsabilidade. (FERRY, 2007, p. 41).

A intenção comunicativa da racionalidade, naturalmente, busca alcançar o entendimento mútuo porque pressupõe a dimensão social da intersubjetividade inerente a todo agir comunicativo: com seu ato de fala, o falante procura se entender a respeito de algo com o ouvinte. "Esta *racionalidade comunicativa* se expressa na força unificadora do discurso orientado para o entendimento, que assegura aos falantes participantes no ato de comunicação um mundo da vida intersubjetivamente partilhado" (HABERMAS, 2002a, p.192). Segundo Luís Carlos Lopes entendimento mútuo "significa um diálogo aceito por todos os partícipes, por meio da negociação, o que Habermas chama de entendimento mútuo, baseado no respeito entre as parte envolvidas" (LOPES, 2003, p.169).

O entendimento mútuo busca o consenso. É importante notar que não se trata de um consenso absoluto e universal em que toda a sociedade está em acordo, mas de consensos estabelecidos por pessoas, grupos, comunidades e setores da sociedade em determinados momentos, segundo determinados interesses e de forma dinâmica e dialógica. "Consenso que se põe como uma tarefa infinita, um processo constante de sua realização" (DUTRA, 2005, p. 10).

O entendimento mútuo pressupõe o reconhecimento das pretensões de validade em um mundo social e também objetivo. Segundo Souza, "Habermas vai buscar apoio no mundo da vida cotidiana (*Lebenswelt*), onde aquele alcance (verdade) seria assumido "na prática", e onde ele seria imprescindível e inevitável para o funcionamento dos negócios humanos" (SOUZA, 2005, p. 20).

É importante notar que há uma sutil diferença entre o entendimento mútuo e o acordo. O entendimento mútuo acontece quando o ouvinte reconhece que as razões do falante são boas para ele (o falante) sob certas circunstâncias dadas, entretanto, não se apropria delas como sendo as suas (do ouvinte). O acordo ou consenso somente é alcançado quando os participantes do ato de comunicação aceitam uma pretensão de validade pelas mesmas razões. Então, o acordo somente surge quando as razões de justificação da validade são compartilhadas pelos envolvidos no ato de fala. O reconhecimento intersubjetivo motivado pelas mesmas razões faz surgir um acordo sobre um fato, estabelecendo-se, assim, o consenso.

> O falante apresenta uma pretensão de verdade relativamente àquilo que é dito. O ouvinte apenas assumirá então uma posição afirmativa a este respeito (não interessa quão implicitamente) se considerar aquilo que é dito como justificado ou, pelo menos, encarar a garantia do falante como credível no sentido em que, se necessário, poderia convencer do fato declarado com base em razões sólidas. (HABERMAS, 2002a, p. 198).

Por fim, a comparação entre os dois agires, o estratégico e o comunicativo, está na eficácia da arte de comunicar, já que o estratégico significa apenas a transmissão de uma informação, sem nenhuma preocupação com o seu entendimento e o comunicativo denota não somente a compreensão como a integração social das ações envolvidas. Comparar estes dois conceitos remete ao resultado, pois enquanto uma ação se limita a transmitir uma informação a outra considera o entendimento intersubjetivo.

> Falamos então de agir comunicativo quando agentes coordenam seus planos de ação mediante o entendimento mútuo linguístico, ou seja, quando eles o coordenam de tal modo que lançam mão das forças ilocucionárias próprias dos atos de fala. No agir estratégico, esse potencial de racionalidade comunicativa permanece inutilizado, mesmo quando as interações são linguisticamente mediadas. (HABERMAS, 2004, p. 118).

Um acordo não pode ser imposto nem forçado por uma das partes, ele deve ser negociado. “Aquilo que se obtém *visivelmente*” através de gratificação ou ameaça, sugestão ou engano, não pode valer intersubjetivamente como acordo; tal intervenção fere as condições sob as quais as forças ilocucionárias despertam convicções e geram “contactos” (HABERMAS, 2002, p.72). Estas condições se aproximam mais do agir estratégico e seus atos de fala perlocutórios.

3. NEGOCIAÇÃO: CONCEITO, PROCESSO, PREPARAÇÃO E TIPOS

Negociação para Cohen (1980) é o uso da informação e do poder com o fim de influenciar o comportamento dentro de uma “rede de tensão”. O poder é circunstancial. Ora estamos com ele, ora sem ele. Pode-se nascer poderoso numa família abastada ou estar momentaneamente travestido de poder, todavia a variável – informação faz toda a diferença, pois este substantivo feminino provoca deslocamentos num jogo de poder; haja vista que quem detém o conhecimento implicitamente exerce o poder, mesmo que de maneira disfarçada ou sutil.

Guirado (2008) define negociação como um processo de comunicação interativo estabelecido quando duas ou mais partes buscam um acordo, durante uma transação, para atender a seus interesses. Nesta definição, fica claramente demonstrado a importância da comunicação no processo de negociação e a sua dinâmica na apresentação das controvérsias laterais. A dialética num processo negociativo pode ser diluída com mediações profissionais na busca do senso comum. Na mesma linha, Fisher e Ury (1985) indicam que negociação é um processo de comunicação bilateral, com o objetivo de chegar a uma decisão conjunta. E para Acuff (1993) negociação é o processo de comunicação com o propósito de atingir um acordo sustentável sobre diferentes ideias e necessidades.

Nos processos, enfaticamente mencionados acima, ficam evidenciados a importância de uma lógica, um roteiro, uma trilha de uma sequencia contínua deste procedimento.

Toda negociação envolve um processo para efetivar-se. Esse processo de negociação compreende 04 fases: (a) preparação, (b) troca de informações, (c) propostas de solução e (d) fechamento do negócio (SHELL, 2001, p. 143).

(a) Preparação indica a importância de se considerar inúmeras variáveis antecipadamente. Ao se conscientizar da importância da adoção desta prática convergimos para seus benefícios. É lugar comum entre os estudiosos deste tema, que não se recorre a esta prática cotidianamente sacrificando então o processo e contaminando seus objetivos e resultados. Partindo dessa premissa tomo a liberdade de concluir que aquele que se prepara, minimamente, para uma negociação já se apresenta em melhores condições em suas linhas de argumentação. Isto implica naturalmente num equilíbrio emocional e uso da razão, já que a previsibilidade foi contemplada, para a adoção da estratégia mais adequada. Outro fator recorrente é a segurança proporcionada quando as possibilidades são consideradas antecipadamente dando margem às iniciativas contundentes na apresentação de soluções. Sabe-se também que quando se está convicto das proposições, o conhecimento da causa expande expectativas configurando-se em credibilidade de imagem e que seu produto é a crença do verdadeiro (confiança). O exercício de se antecipar aos prováveis fatos nos proporciona uma melhor gestão do tempo evitando também pressões e principalmente surpresas.

(b) Troca de informações é tão fundamental quanto o ar que respiramos, pois sem esta dinâmica creio que não saímos do lugar evitando qualquer tipo de acordo. É nesta fase que se definirá a qualidade do acordo. Considero, no exercício da negociação, a palavra de maior relevo e sua pratica se faz mister no cenário colaborativo. O esmero nesta ação nos conduz a resultados exponenciais e porque não dizer ao "*state of arts*" desta prática.

- O que é importante para você? Indagação caracteristicamente aberta com objetivos claros e transparentes de se apurar os verdadeiros interesses subjacentes, que permeiam a situação momentânea. Instala-se um clima rapportiano uma vez que o outro lado se considerará parte do processo e da solução. A partir daí a fluidez se configura e o acordo se aproxima.

(c) Propostas de solução se configuram a próxima etapa como a resultante da fluidez dos dados transformados em informações. Esta depuração conduz naturalmente à criação de valor quando percebida a conectividade dos interesses comuns.

(d) Fechando acordos e obtendo compromissos são lugares comuns para aqueles que seguem as melhores práticas no processo de negociação. É a conclusão de uma sequência continuada e metodológica redundando na construção de cenários sólidos tornando-os mais perenes.

Uma negociação bem-sucedida exige preparação. Na preparação de uma negociação deve-se considerar 07 fases a serem percorridas:

(1) Problema ou objeto: No início do processo precisa-se definir, pois são situações diametralmente diferentes e como tal devem ser tratadas. Um problema pode se configurar como um assunto controverso ou mesmo um conflito, que denota uma carga emocional presente e de delicada situação. Um objeto me parece mais material e embora possa ter uma relativa dosagem emocional não se equivaleria à situação anterior.

(2) Cenário: é o conjunto de acontecimentos mercadológicos, ambiente interno e externo ao seu contexto a ser interpretado, analisado e se possível depurado. Esta leitura possibilita ter uma visão holística dos fatos e estabelecer suas conexões, pois é sabido que realidades transcendentais ocorridas num dos quatro cantos do mundo tem poder de produzir efeitos locais.

(3) Estratégia: saber para onde se vai indicar considerar variáveis possíveis de serem adotadas. Prevê-se numa administração de conflitos cinco posições básicas dependendo da tarefa, situação e até a personalidade do negociador do outro lado conforme mencionado por Blake e Mouton (1966, p.31). São elas: evitação, acomodação, conciliação, competição e acomodação.

(4) Interesses: neste ponto inicia-se uma mudança significativa uma vez que em se tratando de interesses comuns considera-se de suma importância apontar os interesses da outra parte em primeiro lugar e somente depois enumerarmos os nossos interesses.

(5) Critérios: aqui se define como parâmetros de mercado ou precedentes internos evitando-se a consideração de aspirações pessoais.

(6) Opções: Devem-se buscar soluções em conjunto e não a inflexibilidade. Acordos possíveis de serem alcançados.

(7) Comprometimento: Fechamento do acordo com a satisfação instalada em ambos os lados. Resultados percebidos com superação das expectativas.

A negociação pode ser classifica em dois tipos: uma negociação distributiva e outra negociação integrativa.

"Uma negociação distributiva geralmente envolve apenas uma questão – a "torta fixa" – na qual uma pessoa ganha à custa da outra. Por exemplo, pechinchar o preço de um tapete em um bazar é uma negociação distributiva" (BAZERMAN; NEALE, 1998, p.33). O significado da "torta fixa", mencionada em destaque é preço. Uma negociação em que há uma única questão (preço) é considerada distributiva, pelo simples fato de distribuir a faixa de preços (alvo e reserva) das partes implicadas. Aí se verifica um tamanho estático da mencionada "torta" o que configura determinar que o ganho de uma das partes implica consequentemente na perda da outra parte. Esta é a forma mais comum de negociação, mas não a única.

A negociação integrativa é marcada pela cooperação e a busca de um acordo. Nela o papel da comunicação é mais premente. Em uma negociação integrativa, as partes competem para dividir o valor e, ao mesmo tempo, cooperam entre si para obter o máximo de benefícios, conjugando seus interesses num acordo. Nesse tipo de negociação, é preciso ser bom tanto na criação de valor quanto em reivindicá-lo. (WATKINS, 2006, p.17). Os cinco pressupostos para se alcançar o "state of arts" da negociação integrativa são: os negociadores estarem dispostos a trocar informações; entender as necessidades, interesses e objetivos das partes; enfatizar interesses comuns e minimizar diferenças; buscar soluções que atendam as partes envolvidas; e finalmente criar valor explorando os interesses subjacentes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de agir estratégico é mais adequado à negociação distributiva quando a comunicação perlocutória, baseada em planos individuais de ação e transmissão de informação unidirecional, produz uma fala sem entendimento crível caracterizando aí a negociação competitiva ou distributiva com posicionamento exacerbado e sem a busca dos interesses comuns. Neste caso fica evidente a ausência de um consenso já que a comunicação é unilateral sem evidências de pactos e/ou acordos. Exceto em sociedades hierarquizadas o agir estratégico não encontra eco, pois vivemos num ambiente globalizado em busca de soluções compreendidas e compartilhadas. A inexistência da troca de informações limita o entendimento das partes induzindo a resultados de pouca significância.

O conceito de agir comunicativo é mais adequado à negociação integrativa partindo-se do pressuposto que a consideração dos interesses alheios se sobrepõe de maneira absoluta na construção de soluções que atendam as partes envolvidas. E isto só será possível considerando-se a dialética intersubjetiva. Os atos de fala ilocutórios produzem nos ouvintes o assentimento racional necessário à um acordo mais elaborado sob uma concepção de geração de valor. Enfatiza-se aqui o alcance da negociação colaborativa, ou integrativa, uma vez que as expectativas de ambos os lados foram superadas, extrapolando as questões iniciais das discussões. A criação de valor permite deixar de lado a questão central de uma contenda ou mesmo uma transação ao produzir inúmeros enunciados baseado na percepção conectiva dos interesses subjacentes em questão para a obtenção de soluções inovadoras. Desta arte podemos esperar uma nova forma de conduzir as negociações através da assunção da ação comunicativa com efeito substancial dos objetivos almejados.

REFERÊNCIAS

[1] ACUFF, F.L. How to negotiate anything with anyone anywhere around the world. New York: American Management Association, 1993.

[2] BAZERMAN, M. H.; NEALE, M. A. Negociando racionalmente. São Paulo: Atlas, 1998.

[3] BLAKE, Robert; MOUTON, Jane S. Managerial Facades. "Advanced Management Journal", Nova York, julho de 1966.

[4] COHEN, H. Você pode negociar qualquer coisa. 8.ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

[5] DUTRA, Delamar, J. V. Razão e consenso em Habermas. Florianópolis: Editora de UFSC, 2005.

[6] FERRY, Jean-Marc. Filosofia da comunicação. São Paulo: Paulus, 2007.

[7] FISHER, R.; URY, W. Como chegar ao sim: a negociação de acordos e concessões. Rio de Janeiro: Imago, 1985.

[8] GUIRADO, F. Negociador da sociedade do conhecimento. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.

[9] HABERMAS, Jurgen. Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

[10] HABERMAS, Jürgen. Racionalidade e comunicação. Lisboa: Edições 70, 2002a.

[11] HABERMAS, Jurgen. Verdade e Justificação: ensaios filosóficos. São Paulo: Loyola, 2004.

[12] LOPES, Luís Carlos. Hermenêutica, teorias da representação e da argumentação no campo da Comunicação. In LOPES, M. I. (org.) Epistemologia da comunicação. São Paulo: Loyola, 2003.

[13] SHELL, G. Richard. O processo de negociação. In: _____. Negociar é preciso: estratégias de negociação para pessoas de bom senso. São Paulo: Elsevier, 2001.

[14] SOUZA, José Crisóstomo. Filosofia, racionalidade, democracia: os debates Rorty e Habermas. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

[15] WATKINS, Michael (Org.). Negociação. Rio de Janeiro: Record, 2006.

Capítulo 8

Os Conselhos e as Conferências da Política de Assistência Social enquanto espaços democráticos de participação na gestão pública e controle social

Valéria Cristina da Costa
Márcia Faraum dos Santos
Priscila de Almeida Souza

Resumo: Esta pesquisa objetiva analisar a participação coletiva no Conselho Municipal e na Conferência Municipal de Assistência Social de Maringá - PR. Para tanto, na 11ª Conferência Municipal de Assistência Social de Maringá - PR realizada em 2017 aplicou-se um questionário com sete perguntas fechadas e duas abertas a todos os participantes durante sua recepção. Com retorno de 55%, os dados revelaram predominância de participantes governamentais da rede municipal, ainda, que os representantes da sociedade civil em sua maioria são da rede de atendimento socioassistencial; quanto ao perfil, predominou como maior público pessoas do gênero feminino com idade entre 21 a 59 anos e que nunca haviam sido ou sem pretensão de tornar-se Conselheiro (a) na gestão subsequente. As questões abertas identificaram como motivação maior para participação, a própria indicação dos gestores das Secretarias e Instituições que representam; quanto às razões para não participação identificou-se: falta de informação, indisponibilidade e falta de incentivo dos órgãos que trabalham.

Palavras-chave: Conferência; Conselho; Assistência Social; Participação.

* Artigo apresentado no congresso da III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL em 2019.

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, ao atender às lutas da sociedade brasileira, via movimentos sociais, trouxe avanços inéditos instituindo a democratização e a participação popular na administração pública.

A partir desse contexto, ganharam destaque os Conselhos e as Conferências, dos quais se constituem em canais que ampliam a participação popular nas decisões públicas e controle social.

Diante dessas premissas, realizamos o presente estudo objetivando analisar a participação coletiva no Conselho Municipal e na Conferência Municipal de Assistência Social de Maringá - PR. Para tanto, realizamos pesquisa na 11ª Conferência Municipal de Assistência Social de Maringá, ocorrida em 19 de julho de 2017.

Os dados apresentados neste artigo foram coletados por meio de questionário entregue durante o evento, a 288 participantes, sendo o seu conteúdo explicado posteriormente. Destes, obtivemos por retorno de respondentes 157, totalizando 55%, número considerado expressivo, proporcionando-nos confortável condição para análise dos dados coletados.

2. DESENVOLVIMENTO

A democratização do poder, conforme aponta Souza (2008, p. 17), "ganha concretude por meio das inovações democráticas de controle do Estado por parte da sociedade civil organizada". A autora afirma ainda, serem as Conferências e os Conselhos de políticas e de direitos[16], "espaços tensos e contraditórios de construção das políticas públicas" (SOUZA, 2008, p. 17).

Sobre os mecanismos de participação social derivados do processo de redemocratização do país, importa situá-los no contexto sócio histórico em que emergiram, envolvidos num amplo processo de reordenamento das relações Estado-Sociedade.

A Constituição Federal de 1988, segundo Braz (2008), inaugurou um ideário sócio-político fecundo para se instaurar um esboço de sistema integrado de proteção social, com elementos democratizantes, norteados pela universalidade, participação popular e controle social.

Ocorre que esse sistema encontrou entraves para plena efetivação diante daquela conjuntura do país que, para o autor, paradoxalmente, objetivava algum tipo de Estado de bem-estar social num país de inserção econômica periférica no sistema capitalista mundial.

> Almejava-se um sistema de proteção social num país de débil e acidentada democracia e de frágil esfera pública e, ainda, num período de hegemonia das forças neoliberais cujos eixos dominantes advinham de um contexto histórico de desconstrução dos modelos de Estado de bem-estar social. Portanto, vislumbrava-se a edificação de padrões de proteção social e de relações democráticas a eles subjacentes num momento do capitalismo mundial fortemente adverso e sob as condições históricas herdadas da autocracia burguesa (BRAZ, 2008, p.7).

Pondera-se que os Conselhos e as Conferências, ainda que em conjunturas adversas, representam instâncias de controle social e de participação na gestão democrática. Sobre Conferências, Petinelli indica que:

> Grosso modo, as conferências constituem espaços integrados de participação, deliberação e representação, que agregam representantes estatais e societais em diferentes esferas da federação, com o objetivo de discutir e tomar decisões em relação a diferentes políticas públicas (PETINELLI, 2014 apud PETINELLI, 2017, p. 617).

[16] A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) instituiu em seu art. 16 como sendo as instâncias deliberativas do Suas, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil: a) o Conselho Nacional de Assistência Social; b) os Conselhos Estaduais de Assistência Social; c) o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal; d) os Conselhos Municipais de Assistência Social.

A disseminação de uma estrutura participativa avançou com as Conferências de Políticas Públicas, assim como pela criação de Conselhos. Souza (2008), sobre os Conselhos, destaca:

> Tratam-se de espaços estratégicos de participação coletiva e de criação de novas relações políticas entre governos e cidadãos, proporcionando um processo de interlocução permanente que ora objetiva a proposição de políticas públicas e a criação de espaços de debate públicos, e ora visa o estabelecimento de mecanismos de negociação e pactuação, permitindo a penetração da sociedade civil na lógica burocrática estatal para transformá-la para, assim, exercer o controle socializado das ações e deliberações governamentais (SOUZA, 2008, p. 18).

A compreensão de Conselhos e Conferências perpassa a temática das Políticas Públicas. Sobre o assunto, há que se destacar a de Assistência Social[17], segundo a qual foi inscrita pela Constituição de 1988 como sendo "política pública no âmbito da Seguridade Social, proporcionando proteção à população brasileira de uma série de medidas públicas contra privações econômicas e sociais" (BRASIL/MDS, 2010, p.36).

As Conferências e os Conselhos no âmbito da Política de Assistência Social, além das características de gestão democrática e de controle social aqui já elencadas, vale destacar que são importantes mecanismos para o aperfeiçoamento e o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

3. RESULTADOS

Conforme introduzimos, os questionários foram aplicados aos 288 participantes da 11ª Conferência Municipal de Assistência Social de Maringá[18], convocada pelo Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS, por meio de resolução, em cumprimento do artigo 5º da Lei Municipal nº 8958/2011.

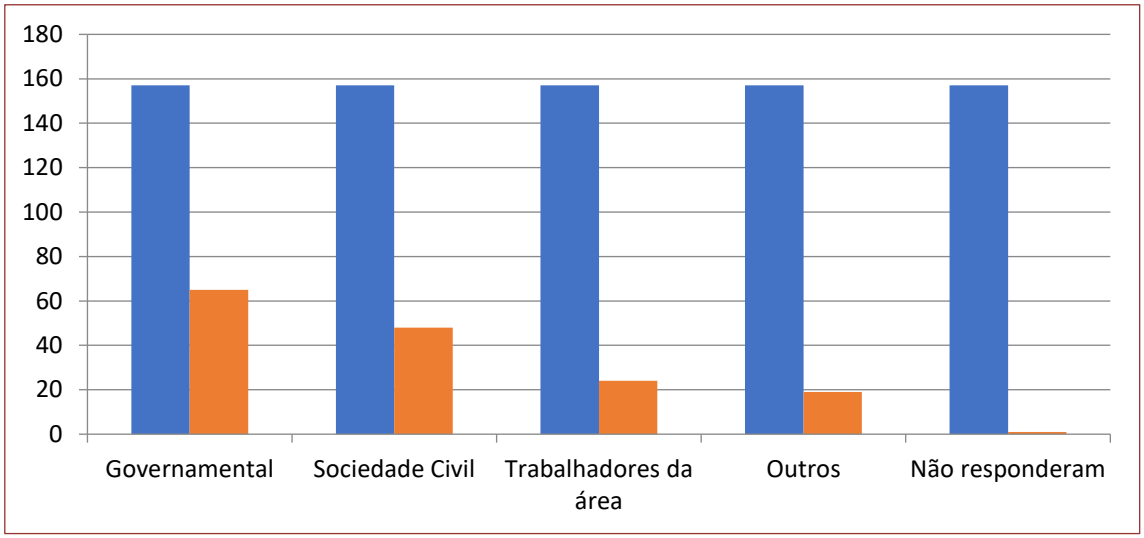
Os participantes foram identificados no credenciamento da seguinte forma: representantes governamentais – funcionários (as) públicos, com cargo de coordenação/gerência/chefia, que atuam na gestão e na rede dos serviços socioassistenciais, bem como representantes das demais políúblicas; representantes dos trabalhadores e organizações de trabalhadores do setor – trabalhadores (as) que atuam na rede socioassistencial pública e privada; representantes das entidades da área da Assistência Social – dirigentes ou voluntarios (as) que atuam em entidades e/ou serviços da política de Assistência Social; representantes de usuários de Assistência Social: pessoas atendidas na rede socioassistencial.

Os gráficos a seguir apresentam comparação entre o número total de respondentes da questão, identificados pela cor azul, e suas respectivas respostas, presentes na cor laranja:

[17] A constituinte inaugurou o status de direito social à Assitência Social e a definiu como política pública integrante da Seguridade Social, ao lado da Saúde e Educação. Para regulamentar a Assitência Social no país conforme preconizado pela Constituição, em 1988, foi publicada a LOAS, por meio da Lei nº 8742 de 1993. Após a LOAS sucederam-se outras regulamentações e normativas que complementam a fundamentação da Assitência Social, cabendo destacar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Lei nº 12.435, de 6.7.2011.

[18] O evento teve por tema a "Garantia de Direitos no Fortalecimento do SUAS", sendo organizado pelos seguintes eixos de discussões: A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais; Gestão Democrática e Controle Social: o lugar da sociedade civil no SUAS; Acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistencias e a Legislação como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais.

Gráfico 1 - Representação dos participantes respondentes

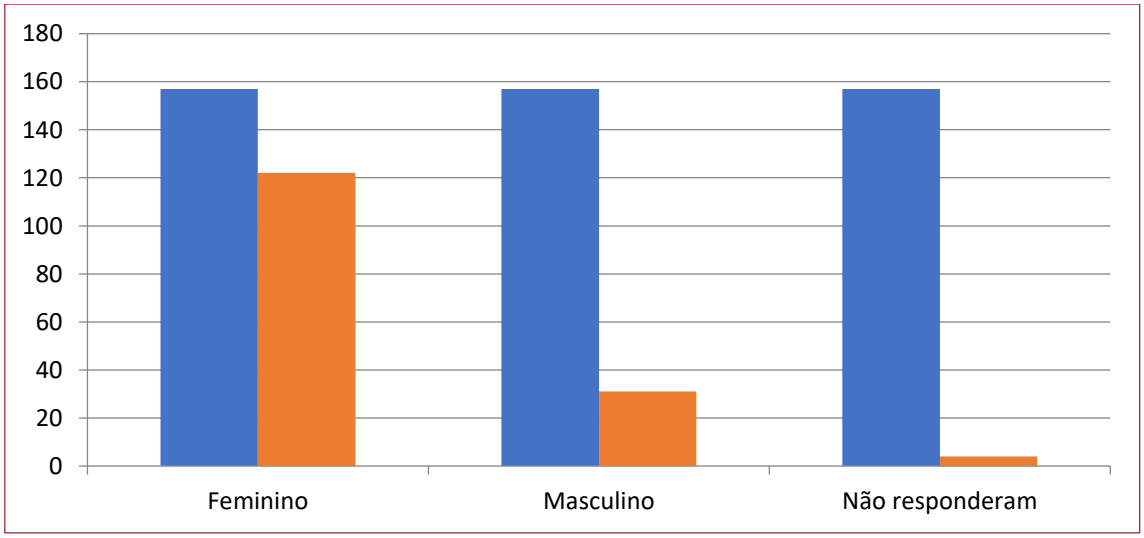


Fonte: as autoras (2017)

O gráfico anterior demonstra que dos 157 respondentes do questionário, 65 são oriundos da rede governamental, sendo 84% da esfera Municipal, 9% Estadual e apenas 1% Federal. Quanto aos representantes da sociedade civil (48 respondentes), estes foram identificados como: 25% de usuários, 49% de entidades da rede socioassistencial, 14% de entidades que representam trabalhadores da área e 12% assinalaram apenas como sociedade civil, porém não identificaram sua representatividade nesse segmento. Comparando esses dados com o montante geral dos participantes, analisamos que a representação de usuários foi de apenas 4,5% do total do público, ficando a sociedade civil representada por 17% do público, número ainda incipiente frente a sua importância.

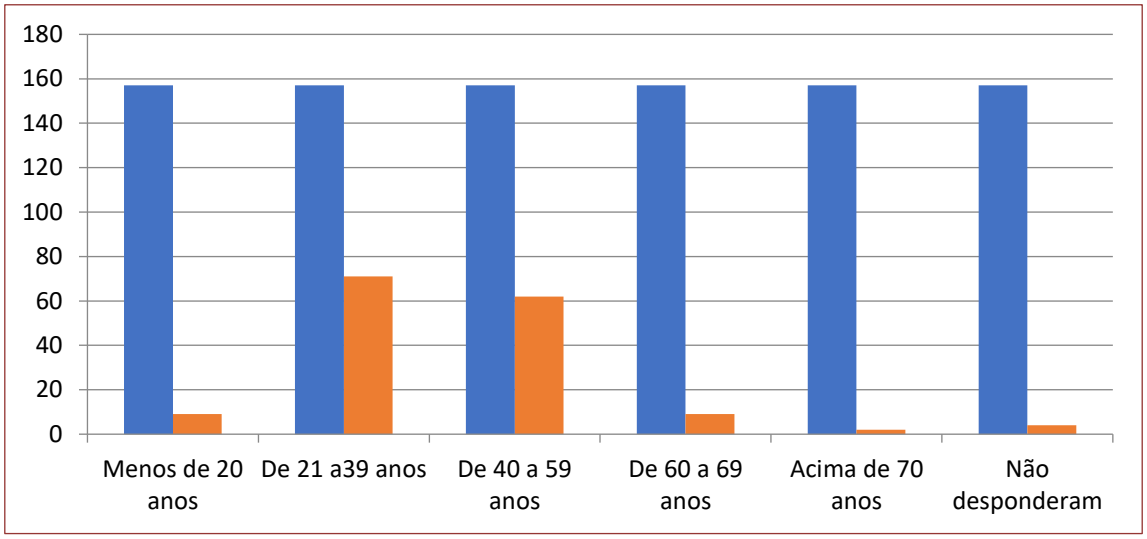
Os próximos gráficos apresentam o perfil dos participantes, quanto ao gênero e faixa etária.

Gráfico 2 - Gênero dos participantes respondentes



Fonte: as autoras (2017).

Gráfico 3 - Faixa etária dos participantes respondentes



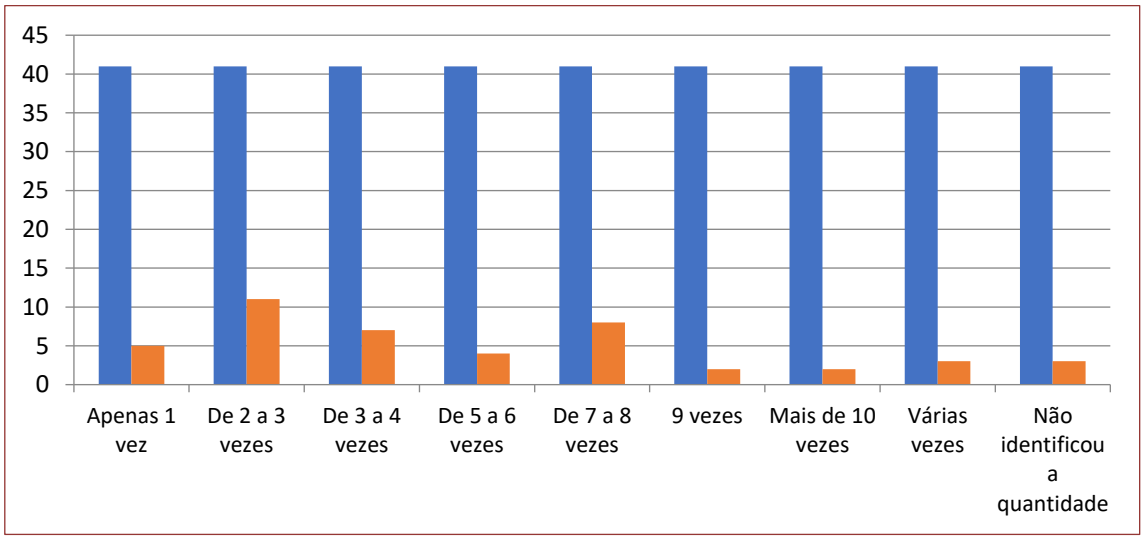
Fonte: as autoras (2017).

Analisando os gráficos 2 e 3, respectivamente, notamos predominância de participantes do gênero feminino, sendo 122 (77%) mulheres respondentes contra apenas 31 (20%) homens. Quanto à faixa etária, sobressaltou-se a participação de pessoas com idade entre 21 a 39 anos, chegando a 71 pessoas respondentes, ou seja, 45% do público, seguido de 62 (45%) na faixa de 40 a 59 anos, 9 (6%) com menos de 20 anos, 9 (6%) entre 60 e 69 anos e 2 (1%) com mais de 70 anos.

Os gráficos seguintes apresentam a frequência dos participantes em Conferências anteriores. Utilizaremos de comparação entre representantes governamentais e da sociedade civil.

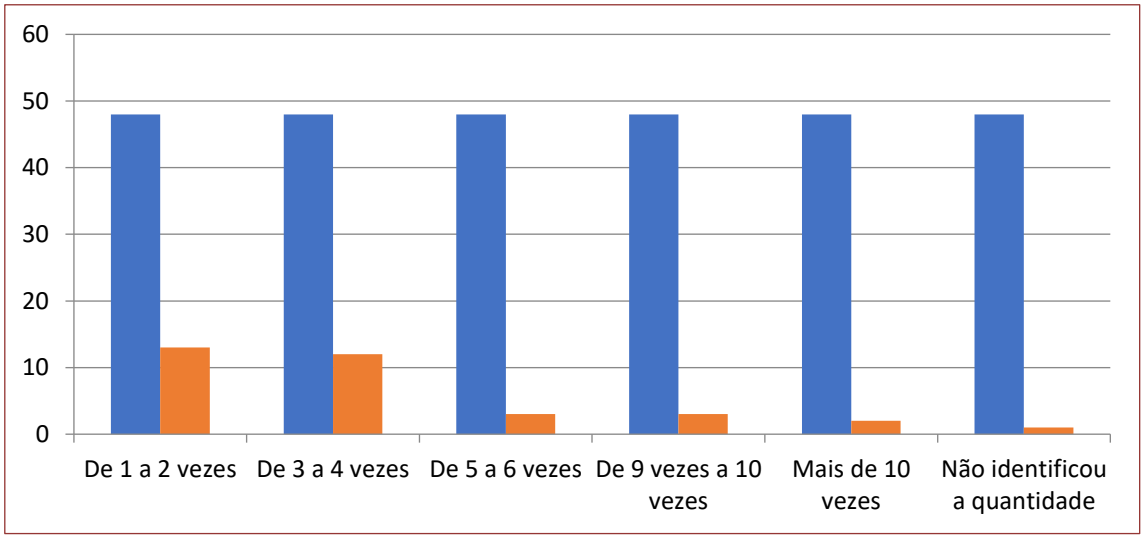
Podemos observar nos próximos gráficos que, dos 41 participantes governamentais respondentes, há predominância de participação entre duas a três participações, totalizando 11 respostas, ou seja, 27%. Já quanto às representações da sociedade civil, vimos que dos 33 respondentes, 13 participaram de uma a duas Conferências, totalizando também 27% deste número.

Gráfico 4 - Quantidade de participação em Conferências - Governamentais



Fonte: as autoras (2017).

Gráfico 5 - Quantidade de participação em Conferências - Sociedade Civil



Fonte: as autoras (2017).

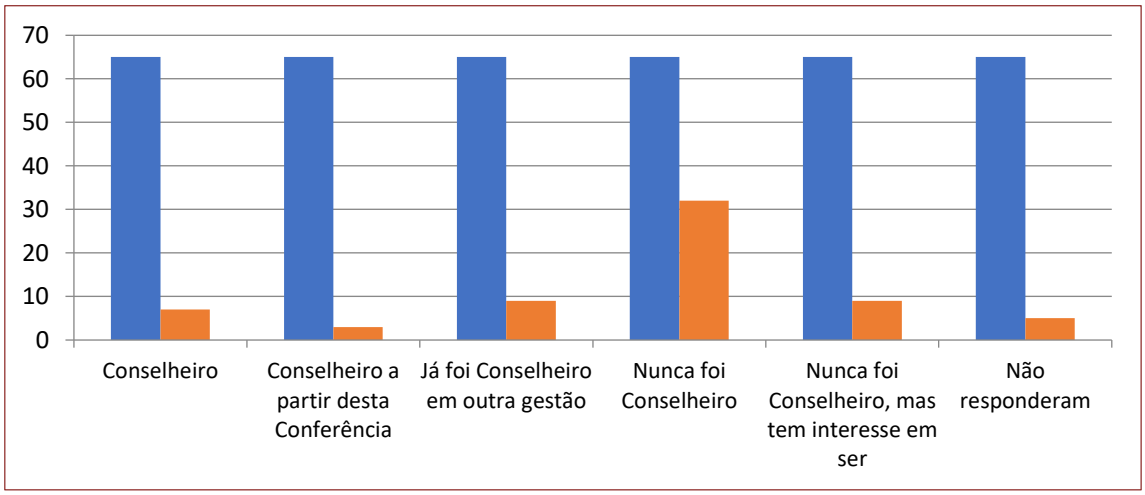
O gráfico a seguir mostra a relação prévia existente entre os participantes respondentes e os Conselhos de Assitência Social. Essa informação é relevante tendo em vista ter sido a Conferência espaço para referendar os novos Conselheiros (as) municipais de Assistência Social da gestão 2017-2019.

Dividimos os dados a seguir também nas categorias de representantes governamentais e da sociedade civil. Dos 65 representantes governamentais respondentes, 32 (50%) afirmaram nunca terem sido Conselheiros (as). Quanto aos respondentes da sociedade civil, dos 48 respondentes, 19 (40%) afirmaram nunca terem sido Conselheiros (as).

Observem nos gráficos que referente à eleição dos Conselheiros (as), que dos 65 representantes governamentais respondentes, 7 (11%) já eram Conselheiros (as), 3 (5%) seriam a partir daquela eleição, 9 (14%) foram anteriormente, 9 (14%) nunca foram e não teriam interesse em 5 (8%) não responderam.

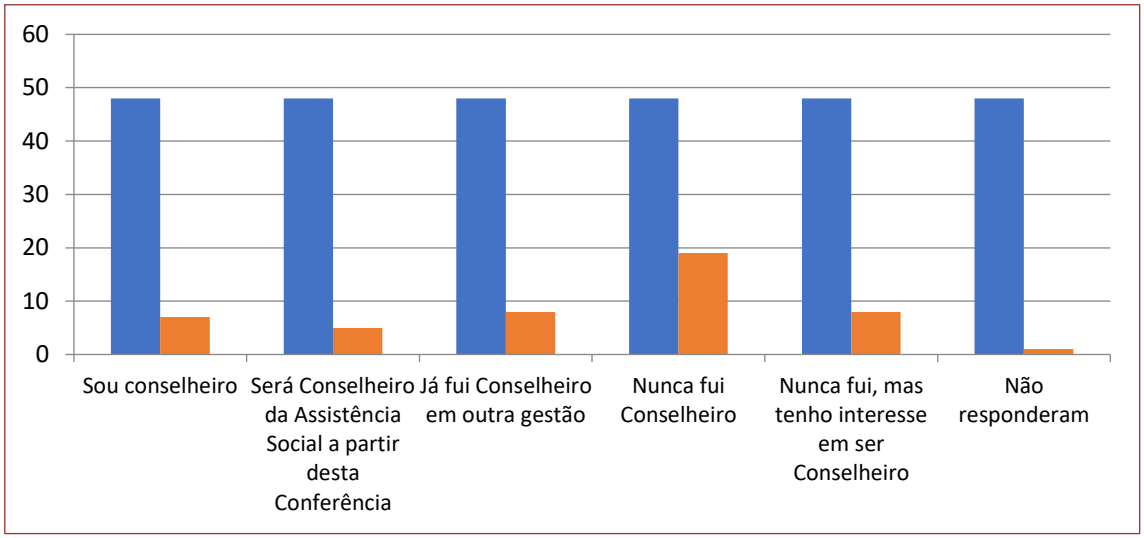
Quanto aos representantes da sociedade civil, dos 48 respondentes 7 (15%) afirmaram já serem Conselheiros, 5 (10%) afirmaram que seriam Conselheiros (as) da Assistência Social com a eleição, 8 (17%) já terem sido Conselheiros (as) em outra gestão e 8 (17%) disseram nunca ter sido, mas tem interesse em ser Conselheiro (a).

Gráfico 6 - Identificação dos respondentes enquanto Conselheiro(a)s da Política de Assistência Social-governamentais



Fonte: as autoras (2017).

Gráfico 7 - Respondentes enquanto Conselheiros(as) da Política de Assistência Social - Sociedade civil



Fonte: as autoras (2017).

Sobre essa questão, ainda durante a pesquisa, os participantes que já foram ou seriam Conselheiros (as) puderam expressar a motivação em compor o COMAS, por meio de questões abertas, na qual, a opção foi a exposição por segmento representacional, conforme tabela a seguir:

Tabela 1 - Motivação em compor o Conselho Municipal de Assistência Social

Governamentais	
1[19]	Minha participação foi em outro município, as motivações foram pessoais e necessidade da gestão local – municipal.
1	A importância do controle social e acompanhamento da Política de Assistência Social local.
4	Indicada pela gestão municipal.
1	Sou servidora da saúde e acho importante a intersetorialidade nas políticas públicas – municipal.
1	Participar de forma efetiva do controle, avaliação, decidir e fiscalizar a distribuição e execução de recursos financeiros na política municipal de Assistência Social, bem como a execução das atividades nessa área.
1	A importância dessa instância de participação e controle social.
1	Como não conhecia a atuação do COMAS e possuía o desejo de atuar neste, ao receber o convite para participar enquanto suplente, rapidamente aceitei.
1	Fui acolhida pela coordenadora do meu Centro de Convivência.
1	Somar, para tentar amenizar as dificuldades existentes em toda região .
1	É pela primeira vez, estou gostando muito. Eu mesma fui atrás para compor o COMAS. Acho que é importante estarmos dentro do Conselho onde podemos ver o trabalho social.
1	Fui indicada pela Secretaria, porém como não é familiar o trabalho da SASC, sinto dificuldades em acompanhar em termo de conhecimento de causa, a questão levantadas pelo Conselho.
1	Devido ter relação com as atividades desenvolvidas com o meu trabalho, ligação direta.
1	Fui conselheira Estadual, designada pela secretaria – estadual.

[19] Os números da coluna 1 referem-se à frequência em que a resposta apareceu.

Sociedade Civil Usuários	
1	Conhecer e acompanhar a Assistência Social enquanto Conselho na execução das ações, sugerir, opinar e aprovar nas decisões tomadas no município.
1	Motivo para que existe o COMAS – para que seja de fato para garantir os direitos.
1	Aprender sobre a política.
1	Porque gosto.
Entidades da Assistência Social	
1	Indicada pela instituição.
1	A oportunidade de poder intervir na implementação das políticas públicas, de forma a poder questionar o seu funcionamento, propor melhorias e alterações.
1	Interesse em participar/colaborar na execução do trabalho da Assistência Social.
1	Trabalho voluntário para melhorar as condições das pessoas que necessitarem da A. Social.
Entidades que representam trabalhadores da área	
1	A necessidade participar de sentir-se pertencente na sociedade.
1	Fui indicada pela entidade por ser assistente social, mas sempre tive interesse em conhecer a atuação do Conselho e poder contribuir de alguma forma.
1	Participar ativamente para conhecer melhor as ações da política de Assistência Social e discutir democraticamente sobre as ações.
1	Contribuir com a rede socioassistencial, fortalecimento de políticas públicas, usuários e serviços.
1	Representei a gestão.
1	Contribuir e agregar conhecimento.
1	O COMAS é um Conselho muito importante e fundamental, que atendia toda a demanda da população. Foi um prazer muito grande ter feito parte.
1	Lutar por direitos da população e fortalecer a política de assistência.

Fonte: as autoras (2017).

Outro questionamento lançado aos participantes foi quanto à frequência de participações no COMAS e neste obtivemos os seguintes dados:

Tabela 2 - Participação em reuniões do COMAS

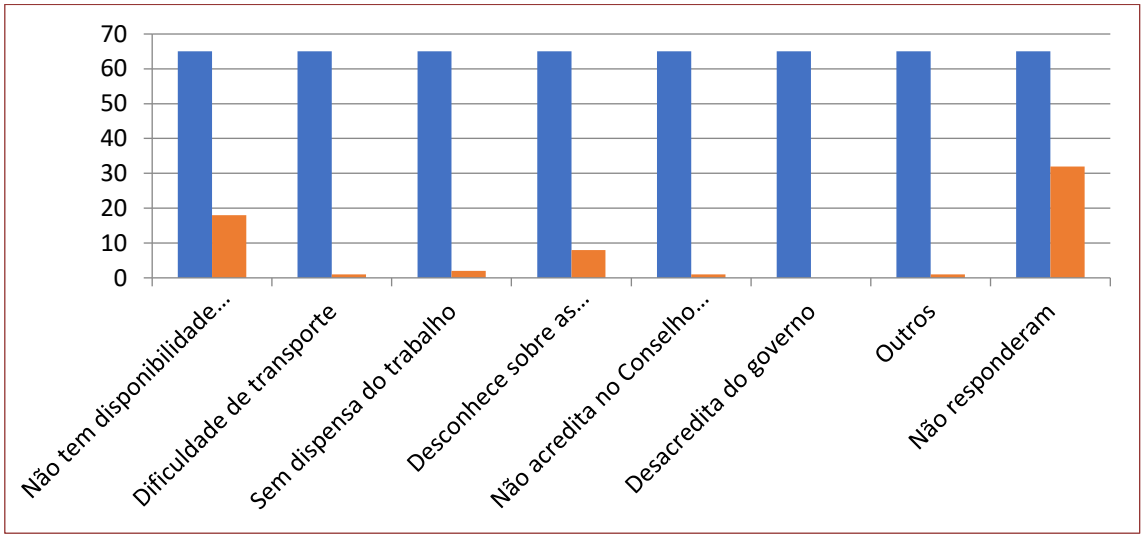
Representação	Participo sempre que possível		Nunca participei		Não responderam	
	Nº de respondentes	%	Nº de respondentes	%	Nº de respondentes	%
Governamentais (65 respondentes)	35	54	23	35	7	11
Sociedade Civil (48 respondentes)	23	48	17	35	8	17
Trabalhadores da área (24 respondentes)	9	38	13	54	2	8

Fonte: as autoras (2017)

Podemos analisar que a maioria dos respondentes expressou participar sempre que possível das reuniões do COMAS. Destacamos que os representantes da sociedade civil que participam pertecem a entidades socioassistenciais. [20]

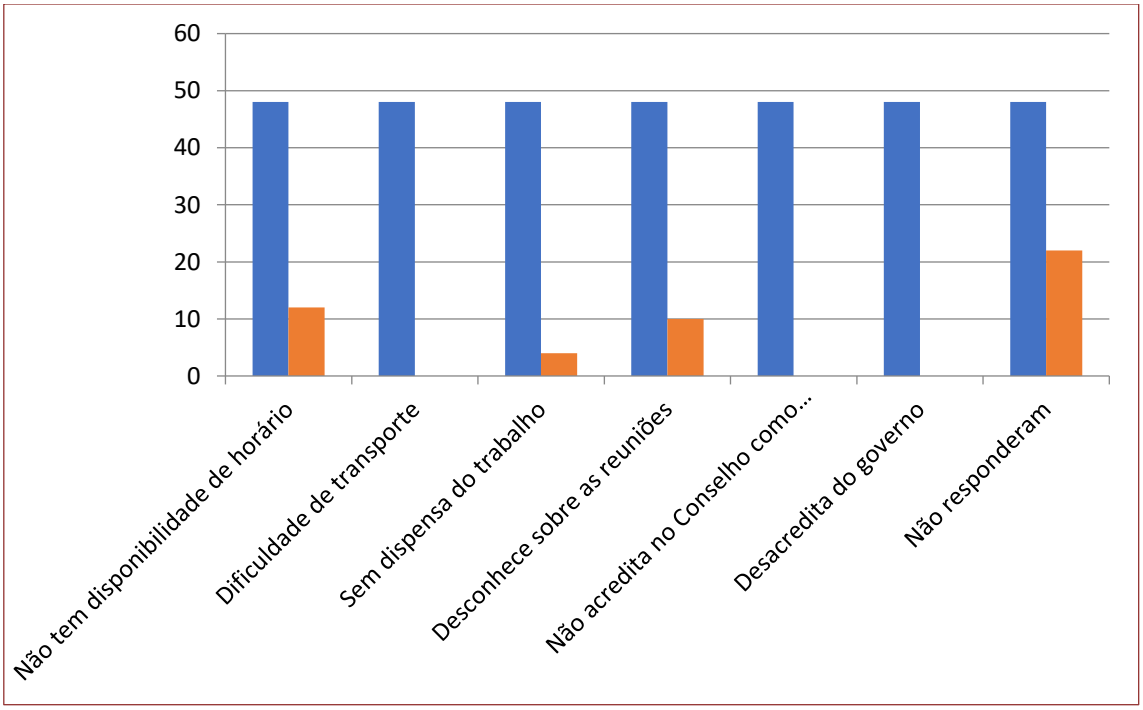
Outra questão levantada foi sobre as razões da não participação nas reuniões do Conselho. Veremos as respectivas respostas no gráfico a seguir:

Gráfico 8 - Razões da não participação nas reuniões do Conselho - Governamentais



Fonte: as autoras (2017).

Gráfico 9 - Razões da não participação nas reuniões do Conselho – Sociedade Civil



Fonte: as autoras (2017).

Podemos compreender então que dentre as principais razões elencadas para a não participação das reuniões predominou-se: a não disponibilidade de horário e deseconhecimento das reuniões, ficando os

[20] No ano de 2017, estavam inscritas no COMAS 38 entidades socioassistenciais - OSCs – Organizações da Sociedade Civil que tem como objeto programas, projetos e serviços que integram a assistência social no município.

respresentantes governamentais com 18 (28%) e dos respresentantes não governamentais com 12 (25%). Na sequencia desta questão, solicitamos, por meio de questão aberta, sugestões de melhorias para maior efetividade de participação nas reuniões do Conselho e recebemos as seguintes respostas:

Tabela 3 - Sugestões de melhorias para maior efetividade de participação nas reuniões do Conselho

Governamentais	
1	Linguajar, mais clareza na comunicação para facilitar a compreensão e atividades conjuntas e coletivas.
1	Ver de acordo com a disponibilidade.
1	O convite tem que ser em geral no serviço público, não haver distinção de cargo do servidor.
1	Formação para Conselheiros.
1	Que vem nascer melhoras para humanidade.
1	Aumentar a capacidade de divulgação.
1	O SISMMAR (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Maringá), que representa os trabalhadores (do SUAS, no caso) poderia levar trabalhadores para discutir, principalmente saúde do trabalhador e CPA (Comissão de Prevenção de Acidentes).
1	Uma maior publicização para formação do Conselho assim como sua divulgação, assim como o comprometimento maior dos Conselheiros para transformar as demandas em Projeto de Lei.
1	Mais divulgação dos dias e horários das reuniões.
1	Manter as reuniões descentralizadas.
1[21]	Reuniões fora do horário de trabalho.
1	Criar apresentação dos serviços ofertados pela Rede SUAS – SASC (Secretaria de Assistência Social e Cidadania), fotos ou folhetos. Fazer estatística dos resultados, realizados pelos serviços (resultados) e a demanda esperando.
Sociedade Civil Usuários	
1	Melhor divulgação, acesso a informação.
1	Tenho que participar de mais reuniões.
2	Para o Conselho ir mais perto da população do bairro.
1	Definir dias e horários mais favoráveis para as reuniões (reuniões são terças e quartas). Conscientizar os Conselheiros na participação efetiva em plenárias e reunião de comissões.
Entidades da Assistência Social	
1	As OSCs (Organizações da Sociedade Civil) com mais recursos e profissionais, maior participação dos usuários. Outro motivo para não participação é que a OSC participa de outros Conselhos: CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) e CMDPC (Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência) e somos em poucos profissionais. Há 4 anos que tivemos êxito em inserir família dos usuários nos Conselhos.
1	Criar ferramentas interativas de comunicação e participação. De novas tecnologias sociais.
1	No período noturno ou finais de semana.
2	Seria ótimo reuniões nos bairros, com a participação efetiva dos usuários – descentralizadas.

[21] A pessoa que respondeu fora do horário de trabalho fez a seguinte justificativa "sou funcionária pública, nem solicitamos, pois, as demandas são grandes para nos ausentarmos do trabalho".

Tabela 4 - Sugestões de melhorias para maior efetividade de participação nas reuniões do Conselho (continuação)

Entidades que representam trabalhadores da área	
1	Preciso me organizar, gostaria de receber o calendário das reuniões por e-mail.
1	As reuniões deveriam acontecer fora do horário "comercial", para possibilitar maior acesso da população que trabalha. Como acontece no Conselho municipal de saúde.
Sem identificação da representatividade	
1	Avisar as entidades sobre as reuniões que as entidades participarem.
1	Colocar no site um calendário com todas as datas.
Trabalhadores da área	
1	Liberação – dispensa.
1	Implementação de reuniões descentralizadas.
2	Se for possível reunião após as 18 horas ou no sábado.
1	Gostaria que tais reuniões fossem divulgadas em todas as unidades da SASC e que os diretores fossem sensibilizados a não dar falta em caso do funcionário desejasse participar das reuniões.
1	Maior divulgação das reuniões em diversos meios informacionais – página da prefeitura, CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).
Outros Estudantes	
1	Que todos eles sejam realizados em horários favoráveis aos trabalhadores, após às 18horas e melhor divulgação.
3	Mais divulgação para sociedade civil, no facebook, meios de comunicação, porque fica restrito mais aos profissionais. etc.

Fonte: as autoras (2017).

Diante do exposto, ressaltamos que o resultado dessa pesquisa será apresentado ao COMAS, de modo que seus atuais representantes analisem e absorvam as sugestões dos respondentes e, assim, possam promover melhorias e ampliação da participação nestes espaços.

4. CONCLUSÃO

Os dados tabulados, além de nos mostrarem informações importantes quanto ao perfil dos participantes das Conferências de Assitência Social e do COMAS, permitiram-nos refletir sobre quais possíveis modos de ampliar a participação dos respresentes governamentais e não governamentais nestes espaços democráticos.

Vimos a partir das próprias respostas obtidas que há a necessidade de flexibilização dos horários de reuniões do COMAS, também dos dias da semana e, especialmente, de descentralização desse espaço aos bairros, para que haja maior oportunidade de participação popular, principalmente dos usuários dos serviços/programas e projetos da Política de Assistência Social.

Outro ponto que merece destaque se remete ao formato da divulgação das informações dos Conselhos e Conferências, em que é sugerido o uso interativo da internet. Vivemos em uma sociedade com tecnologia cada vez mais avançada capaz de conectar o mundo pela rede virtual. Acreditamos, portanto, tratar-se de um espaço frutífero de alcance da população, especialmente pela tendência crescente de movimentos que são fortalecidos com o uso de redes sociais. O desafio está na criação de metodologias ativas para que a população, de forma consciente e democrática, exerça seu papel na gestão pública e no controle social, via Conselhos e Conferências.

Gostaríamos de aprofundar este estudo, porém, esclarecemos que devido a limitação de páginas do artigo foi necessário restringir a análise da pesquisa. Ressaltamos, contudo, que ela será entregue ao COMAS a fim de corroborar com novas estratégias a serem implantadas no Município de Maringá-PR.

REFERÊNCIAS

[1] BRASIL. Presidência da República. Lei Orgânica de Assistência Social. Lei Federal nº- 8742, de 7 dez. 1993, publicada no *Diário Oficial da União*, de 8 dez. 1993. Brasília, DF, 1993

[2] BRASIL; MDS. SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO. Capacitação para controle social nos municípios: Assistência Social e Programa Bolsa Família. Brasília: 2010.

[3] BRAZ, Marcelo. Prefácio. In CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 7ª REGIÃO. O Serviço Social e os Conselhos de Direitos e de Políticas. Revista Em Foco. N.º 4. Agosto de 2008. p. 6-8.

[4] PETINELLI, Viviane. A quem servem as conferências de políticas públicas? Desenho institucional e atores beneficiados. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 23, nº 3, set.-dez., 2017. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/op/v23n3/1807-0191-op-23-3-0612.pdf>. Acesso em: 20/02/19

[5] RAICHELIS, Raquel. Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998.

[6] SOUZA, Rodriane de Oliveira. Antecedentes Históricos do Projeto "O Serviço Social e os Conselhos de Políticas e de Direitos" In CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 7ª REGIÃO. O Serviço Social e os Conselhos de Direitos e de Políticas. Revista Em Foco. N.º 4. agosto de 2008, p.17-21.

Capítulo 9

A Fazenda e o Twitter: Uma análise de conteúdo dos perfis influenciadores

Susyanne Alves de Oliveira
Wellington Gabriel Freitas de Oliveira

Resumo: O programa A Fazenda, desde que começou a ser veiculado na faixa televisiva brasileira, é um reality show que recebe atenção não apenas do público da Rede Record, a emissora de televisão aberta no qual é exibida. O Twitter se revelou, desde aquela época, um reduto de telespectadores. O ato de comentar na rede social o que se está assistindo na TV tornou-se um hábito para muitos. Sabe-se que, para saber o que está passando nos programas televisivos, sequer é preciso ligar a TV. Basta acessar o Twitter ou outras redes sociais e verificar os termos mais comentados, conhecidos como trending topics, ou as postagens listadas na área de destaque dessas plataformas on-line. Uma parcela desses usuários assíduos dos programas televisivos pode ser classificada como influenciador digital, por produzir conteúdo relevante e com alto índice de compartilhamento on-line. Este estudo pretendeu fazer uma análise do conteúdo publicado na rede social sobre esse contexto, com o intuito de entender os motivos pelos quais os seguidores destes perfis influenciadores, desde o início da era de reality show do Brasil, continuam aumentando numericamente e por qual razão o conteúdo publicado pelos próprios influenciadores digitais é tão replicado. Esta pesquisa tomou como base as primeiras temporadas do reality show A Fazenda, principalmente a sétima, para que desse parâmetro a pesquisas futuras sobre mudanças culturais observadas ao longo do tempo e alterações de padrões midiáticos neste campo do entretenimento. Também se buscou dar base a estudos posteriores estendidos a outros programas televisivos de grande repercussão, como Big Brother Brasil, No Limite, MasterChef Brasil, dentre outros, a fim de compreender as motivações que expandem audiência e popularidade dos participantes e do próprio programa, não apenas dos artistas e dos tais influenciadores digitais. Afinal, se se quer entender melhor o presente e o futuro, há de se estudar o passado.

Palavras-chave: A Fazenda, Twitter, perfis influenciadores, conteúdo.

1. INTRODUÇÃO

Os *reality shows* são programas de televisão muito populares na televisão do Brasil. O formato não é originalmente brasileiro, mas as adaptações das emissoras e de seus diretores de programação garantiram características próprias aos programas exibidos no nosso país. Vem sustentando a audiência por quase duas décadas ou mais, apesar das críticas e da concorrência com outras formas de entretenimento.

Durante anos de exibição, *os reality shows* brasileiros conquistaram milhares de fãs, que acompanham, temporada a temporada, as peripécias de personagens, ora anônimos, ora famosos. O programa escolhido para ser objeto de estudo do presente trabalho seleciona personagens que se enquadram numa categoria específica: as "subcelebridades". Pessoas que já tiveram seus minutos de fama em outra época, mesmo que curta, e que concordam em participar desta atração televisiva em busca de mais notoriedade ou um resgate da visibilidade.

O *reality show* estudado no decorrer deste trabalho é A Fazenda. A cada temporada, o programa é exibido diariamente pela Rede Record de Televisão. A Fazenda se passa numa fazenda de verdade, localizada sempre em uma região real rural. São dezenas de câmeras acompanhando a rotina dos chamados "peões", os participantes, que possuem atribuições típicas da vida na zona rural: cuidar dos animais, do jardim e da manutenção do espaço limpo e organizado.

Dentre os telespectadores fiéis de A Fazenda, desde seu lançamento, destacam-se usuários específicos e curiosos da rede social *Twitter* - denominados aqui como "perfis influenciadores" ou "influenciadores digitais". Estes usuários utilizam suas interações na rede social para acompanhar as exibições do programa e, principalmente, narrar os fatos ocorridos, praticamente transmitindo a atração televisiva pela internet em tempo real.

Tais influenciadores conseguem, dessa maneira, arregimentar sua própria audiência: os seguidores. Para manter o público e tornar os tuítes (postagens realizadas na rede social Twitter) populares e com chances de serem retuitados (ou seja, replicados por outros usuários), os perfis influenciadores utilizam linguagem própria (original/criativa), imagens das cenas (*prints* da tela da TV), captura de vídeos dos programas e *hashtags* (hiperlinks bastante comuns no *Twitter* e em outras redes sociais).

Alguns desses perfis influenciadores extrapolam as barreiras da rede social e criam espaços próprios como blogs e websites. Nestes ambientes, eles conseguem amplificar conteúdo que produzem e irem além. Com isso, é possível até monetizar as postagens através da venda de espaços publicitários ou mesmo com a criação de tuítes pagos (postagens feitas pelos influenciadores digitais, mas patrocinadas por marcas).

Após esta apresentação contextual, é possível agora trazer todo esse repertório midiático e interacional causado pelo *reality show*, desde seu lançamento, para analisar a atividade dos perfis influenciadores no Twitter e o conteúdo que eles produzem diariamente quando há temporada ativa do *reality show*. A partir do recorte da sétima temporada de A Fazenda, ocorrido em 2013; de um estudo bibliográfico sobre o *reality show*, os autores que abordam mídia, entretenimento e interatividade e de uma pesquisa exploratória, com a análise das publicações dos perfis influenciadores, foi possível aqui traçar um paralelo entre o conteúdo de cada um desses perfis influenciadores e tentar relacioná-lo com o sucesso obtido por eles na rede social. Assim, buscou-se compreender a continuidade da audiência no decorrer do tempo, inclusive de forma dupla: a audiência dos perfis influenciadores e a audiência do próprio programa A Fazenda.

2. PEÕES, PROVAS E CONFINAMENTO

O *reality show* A Fazenda estreou na televisão brasileira em 31 de maio de 2009 com 15 participantes famosos, apresentados pelo jornalista e apresentador de TV Britto Júnior. A produção e exibição do programa ficou a cargo da Rede Record, que se baseou no formato original sueco "*The Farm*", pertencente à produtora Strix.

No site do programa (https://afazenda.r7.com), a atração é costumeiramente abordada apenas em sua edição atual, sem espaço para resgate das edições anteriores. Mas, em pesquisa sobre blogs e matérias jornalísticas da época, sabe-se que ainda em sua sétima edição, houve uma superprodução de mais de R$ 20 milhões, que mostraria o lado desconhecido de 15 celebridades, com holofote para exibir suas habilidades (ou a falta delas), sendo testadas em tarefas típicas da vida no campo. Os participantes, desde o lançamento do programa, são distanciados de suas rotinas e precisam sobreviver às provas, à rotina e às confusões para conseguirem chegar à final e ao prêmio. É esta análise das edições mais antigas que dará base a qualquer análise posterior sobre edições contemporâneas, em trabalhos futuros.

Naquela época, ainda nas primeiras ações, já se tinha a manutenção da fazenda como objetivo operacional das tarefas. Desde lá, ter a fazendo bem cuidada é uma das principais atribuições dos peões – como os participantes são chamados. Para isso, tomando como base o recorte da sétima temporada do programa, os participantes foram orientados por três profissionais: a zootecnista Fernanda Manelli, responsável pelo ensino no trato com os bichos que habitam na fazenda, as rotinas e tarefas, alimentação, banho e passeios; o agrônomo Juliano Piovezan, que ensinava os peões a lidar com as plantações, cuidar da horta e fazer a manutenção geral da fazenda; e o caseiro Clébis Ribeiro, que supervisionava o cuidado com os animais e corrigia tarefas não resolvidas corretamente.

Vale destacar que a dinâmica da atração gira em torno da escolha do fazendeiro da semana. Este participante tem poder de delegar tarefas aos demais componentes e geralmente fica imune para o momento mais temido em qualquer *reality show:* a eliminação. O método para escolher o fazendeiro já variou muito durante as temporadas exibidas do programa, sobretudo para consolidar as melhores práticas de contenção da audiência. Na sétima edição, recorte esta pesquisa, o procedimento de escolha do fazendeiro foi realizado da seguinte forma:

- Na segunda-feira, ocorre a formação da roça. Três nomes são colocados na disputa através de votação geral, como indicação do fazendeiro anterior e do perdedor de uma das provas realizadas previamente;
- Na terça-feira, acontece a prova do fazendeiro, disputada pelos três indicados à roça (momento de eliminação). O vencedor da prova se salva da roça e se torna o fazendeiro da semana.

Outras provas também são realizadas durante a semana e podem ou não influenciarem tais momentos decisivos de imunidade ou de eliminação. Algumas das competições dentro do programa, desde o lançamento do programa na TV, oferecem prêmios adicionais para os ganhadores, como carros, por exemplo. Esta é também uma forma de monetizar o próprio programas, com oferta de espaço publicitário.

É importante frisar que, desde a primeira temporada, todas as atividades são realizadas sob vigilância total. Os participantes não podem deixar o confinamento, sob pena de eliminação imediata.

> Às 16h do dia 3 de novembro de 1998, entrou no ar ao vivo o primeiro reality show brasileiro: MTV à 4. Com pinta de circuito interno de TV, cinco câmeras captavam o trabalho e o vai-e-vem de funcionários da emissora por alguns minutos. A equipe passou a dar expediente usando máscaras de carnaval e segurando cartazes do tipo "alô mamãe". (BRAUNE & RIXA, 2007, p. 84)

Como pode ser observado na citação acima, a primeira incursão da TV brasileira no universo dos *reality shows*, o MTV à 4, não chega nem perto da estrutura empregada na exibição de programas como A Fazenda. Na edição utilizada como recorte desta pesquisa, a sétima edição, foram 50 câmeras gerando imagens 24h por dia. As imagens já eram monitoradas pela equipe do programa de forma ininterrupta, que nomeava cena por cena e dava título às situações como lembra Mauricio Stycer em artigo ainda no ano de 2014 (https://mauriciostycer.blogosfera.uol.com.br/2014/10/16/uol-ve-tv-mostra-como-e-o-reality-a-fazenda-por-tras-das-cameras/).

As cenas das vidas dessas pessoas confinadas, desde as primeiras temporadas do programa, são nomeadas e rotuladas para serem exibidas em rede nacional. Uma novela da vida real com roteiro pré-determinado, mas que nem sempre sai como o esperado. O resultado depende do comportamento de cada confinado com suas individualidades e vontades próprias.

> No ano de 1949, o escritor inglês George Orwell publicou 1984, obra que retrata uma sociedade totalitária em que os indivíduos eram vigiados através das teletelas – receptores e emissores de dados semelhantes à TV. Na imaginação de Orwell, a figura do "Grande Irmão" – ou Big Brother – representa o Estado, sempre disposto a censurar e punir cidadãos rebeldes ao regime. (BRAUNE & RIXA, 2007, p. 84)

A obra de Orwell aponta o Estado como o "Grande Irmão", com o poder de censurar e punir. No caso dos programas de TV, como A Fazenda, quem pune é o público escolhendo quem fica e quem sai. Pelo menos, é essa a proposta original da atração. Este é o arcabouço básico do funcionamento dos *reality shows*:

apenas um pode vencer no final. E esta vitória está condicionada ao comportamento do participante. Ele precisa seguir regras de convivência dentro daquilo que se espera de um participante, se este desejar realmente ser o vencedor. Sejam essas regras definidas pela audiência ou pela edição que privilegia um ou outro personagem, com as câmeras ao vivo ou na edição do programa posteriormente.

3. ASSISTIR TV PELO TWITTER

Não se está falando de transmissão ao vivo, é mais do que isso. Em março de 2006, Jack Dorsey – um dos fundadores do *Twitter* – criou o esboço inicial da rede social. Poucos dias depois, ele mesmo enviou o primeiro tuíte, no dia 21 de março (https://about.twitter.com/pt/milestones). Pelo seu caráter instantâneo, logo o *Twitter* estava se antecipando aos meios tradicionais de comunicação como fonte de informação. Um exemplo disso foi a foto do acidente com um avião da *US Airways* no Rio Hudson em Nova Iorque, ocorrido em 2009. A notícia circulou no *Twitter* antes de chegar à mídia tradicional.

Dentro de pouco tempo, as pessoas começaram a utilizar a rede social para fazer cobertura de eventos em tempo real. Não demorou também para comentarem aquilo que estavam assistindo na TV, trazendo-nos para a realidade de multiplicidade de telas quevivemos hoje.

A relação *Twitter* x TV ainda não era tão emblemática em 2013 como presenciamos atualmente. Contudo, o Instituto Nielsen, em parceria com o *Twitter*, já lançou na época um novo conceito de medição para a audiência da TV (http://f5.folha.uol.com.br/televisao/1203344-nielsen-e-twitter-devem-lancar-nova-medicao-de-tv-no-ano- que-vem.shtml). O *Nielsen Twitter TV Ratings* mostrava não apenas os tuítes relacionados com os programas de televisão, mas também o grau de engajamento do telespectador com as atrações citadas.

O Nielsen Twitter TV Ratings analisava já na época a audiência das séries e dos eventos esportivos da TV americana, medindo a atividade total no Twitter e o alcance dos tuítes relacionados aos episódios dos programas (http://www.nielsensocial.com/nielsentwittertvratings/weekly/). A partir da análise, eram geradas duas listas: o Top 10 semanal e o Top 5 diário, com os programas mais comentados no Twitter. Por conseguinte, tornaram-se naquele período os índices de audiência mais expressivos.

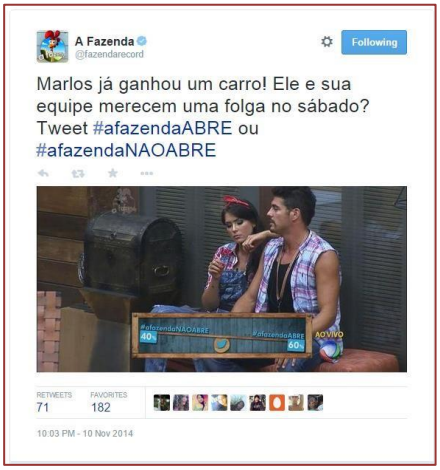
As listas já era organizadas por Audiência Única, incluindo quatro métricas:

- Tuítes – Tuítes atribuídos a um episódio de TV específico;
- Autores únicos – contas de *Twitter* únicas que enviaram pelo menos um tuíte atribuído a um episódio de TV específico;
- Impressões – o número de vezes que os tuítes atribuídos a um episódio de TV foram visualizados;
- Audiência única – o número total de contas diferentes que elevaram a impressão ao menos uma vez de um ou mais tuítes diferentes atribuídos a um episódio de TV.

O processo de identificação dos tuítes "televisivos" também já feito através do monitoramento das *hashtags*. Ramos (2010, pg. 191) afirma que "a *hashtag* serve para marcar uma mensagempostada, dentro de um determinado assunto, permitindo que pessoas interessadas a leiam". Assim, as *hashtags* já eram na época amplamente utilizadas para identificar o assunto de que tratava determinado tuíte, principalmente para facilitar a interação entre os usuários interessados neste tópico.

É importante frisar que os programas de TV já se utilizam de *hashtags* para estimular a interação com os telespectadores. Os produtores desses programas tinham consciência que a audiência estava on-line, tuitando, e que existia a necessidade de que o público tuítasse sobre o programa que estava assistindo, para elevar os índices de audiência. Para isso, a conversa com os telespectadores já era na época frequentemente encorajada, como pode ser observado a seguir:

Figura 1 - Enquete pelo *Twitter*



Fonte: canal do programa A Fazenda no site Twitter
(https://twitter.com/fazendarecord/status/531975360678998016/photo/1)

Figura 2 - Resultado da enquete

Fonte: canal do programa A Fazenda no site Twitter
(https://twitter.com/fazendarecord/status/531981719839444992)

Nas imagens acima, já era possível observar um exemplo de interação estimulada pelo *reality show* A Fazenda. Neste episódio, após o término da enquete, o participante Marlos Cruz foi orientado pelo apresentador Britto Junior a abrir o envelope vermelho e descobrir o benefício da folga pós-festa para sua equipe.

4. OS PERFIS INFLUENCIADORES

Para iniciar este tópico, é preciso conceituar o que é um perfil influenciador. Este termo já foi cunhado diversas vezes com variadas acepções. O presente trabalho considera a definição proposta pelo pela equipe do *Scup* – uma ferramenta do começo da década de 2000 que possibilitava o monitoramento de perfis nas redes sociais. Além disso, considera também o modelo de influência nas redes estruturado pelo PhD em Biofísica Michael Wu, que também é cientista chefe da *Lithium Tecnologies* – uma empresa especializada em melhorar a experiência dos consumidores de seus clientes, através de um software desenvolvido para gerir boas relações nas redes sociais
(https://www.crunchbase.com/organization/lithiumtechnologies).

Mesmo diversas vezes explicando que o conceito de influenciador ainda está em construção, o time do *Scup* forjou na época a definição do termo, afirmando que "o influenciador é aquele que transmite uma mensagem e tem um impacto nas ideias e práticas de outras pessoas. É alguém que passa informações, insights e opiniões que são levados em consideração por quem recebe aquele conteúdo".

A definição acima já se mostrou bastante adequada para a época, sobretudo para a análise dos perfis influenciadores que produzem conteúdo sobre o reality show A Fazenda e que serão detalhados a seguir. Em uma breve análise, foi possível perceber que eles transmitem mensagens consideradas relevantes por seus seguidores.

Já o modelo de influência traçado por Michael Wu obedece alguns critérios. Ele os denominou de "Modelo Simplificado de Influência em Social Media". É mais utilizado no *word-of-mouth* (WOM) *marketing*, que seria traduzido em livre adaptação como marketing de influência com a utilização dos advogados da marca. Mesmo com essa acepção tão específica, o modelo de Wu também se mostrou apropriado para a análise a que este trabalho se propõe. Assim, é possível destacar, de acordo com Wu, que a influência envolve duas entidades as quais ele se refere como influenciador e público-alvo (https://community.khoros.com/t5/Khoros-Communities-Blog/The-6-Factors-of-Social-Media-Influence-Influence-Analytics-1/ba-p/5708):

4.1. O PODER DO INFLUENCIADOR DEPENDE DE DOIS FATORES:

a) Credibilidade – A experiência do influenciador em um conhecimento específico;

b) *Bandwidth* – A habilidade do influenciador em transmitir o seu conhecimentoatravés de um canal de mídia social.

4.1.1. A PROBABILIDADE DO PÚBLICO SER INFLUENCIADO POR UM INFLUENCIADOR ESPECÍFICO DEPENDE DE QUATRO FATORES:

a) Relevância (a informação certa) – Se a informação não for relevante para o público-alvo, ele vai ignorar e encarar como *spam*;

b) Tempo (o tempo certo) – Repassar a informação para o público-alvo no momento em que ele precisa. A informação no tempo errado se torna irrelevante;

c) Alinhamento (o lugar certo) – Se o público-alvo do influenciador estiver num canal diferente, a mensagem pode não impactar devidamente;

d) Confiança (a pessoa certa) – O público precisa confiar no influenciador. Ter segurança nas informações que ele repassa.

Agora que o conceito de perfil influenciador já foi definido e que o modelo de influência nas redes sociais foi devidamente detalhado, é possível apresentar os perfis influenciadores que foram escolhidos para a análise.

4.2. CONHECENDO OS PERFIS INFLUENCIADORES

Os perfis influenciadores que serão conhecidos a seguir foram selecionados através de dos critérios já citados acima – do *Scup* e de Michael Wu. Além disso, também foi realizada observação direta do *Twitter* pelo próprios autores da pesquisa. Por fim, viu-se quais eram as contas mais atuantes durante a exibição de *reality shows* e de outros programas de TV, durante os anos de 2013 e 2014, a partir da investigação sobre o uso de *hashtags* relacionadas a tais programas e softwares de monitoramento, como *Social Mention*. A partir de uma seleção de usuários, chegou-se ao número de sete influenciadores digitais para analisar.

Para afunilar a quantidade de influenciadores analisados, saindo de sete e indo para cinco, foi realizada uma pesquisa preliminar básica nas ferramentas *Twitalyzer* e *Klout*. Apenas os perfis de *Reporter* e *Socialite* com score acima de 40 (especificamente, o segundo) foram considerados influenciadores. Alguns perfis só estiveram presentes em uma das ferramentas por motivos de cadastro próprio.

Figura 3 - Perfil do Philosopop

Fonte: Perfil 1 @philosopop - https://twitter.com/philosopop

O Philosopop entrou no *Twitter* em 2010. Desde então, já acumulava 129 mil tuítes, 14 mil seguidores e mais de 3,756 fotos e vídeos na época do *reality show*. Em um texto no blog Cartas para Pi (http://cartasparapi.com.br/modulo/colunas/big-brother-brasil/a-complexa-teia-de-philo-000-apresentando- o-trabalho--/), ele se definiu afirmando que não sabia ser engraçado. Dizia saber ser espirituoso, ácido, acre, desdenhoso, diminuidor, celebratório, sincero, sensato, confuso e claríssimo. Pedro Tapajós é seu nome de batismo. Dizia ter uma formação acadêmica legal, que o expôs a muitas ideias legais que ele adora repartir. Se dizia muito apaixonado pelo que gosta e que, apesar dereconhecer defeitos e afetos negativos, era caninamente fiel.

Pela linguagem descontraída que Philosopop utilizava para fazer sua descrição, já era possível identificar o estilo peculiar da sua escrita. O simples encadeamento dos adjetivos que ele elencou para si próprio já prenunciam o conteúdo que pode ser encontrado na conta do *Twitter* que ele administrava.

Perguntado na rede social ask.fm se ganhava dinheiro comentando *reality shows* (http://ask.fm/philosopop/answer/107277836113), ele afirmou que comentava os programas por puro prazer de poder repartir informação e ideias. Como estudioso, acreditava em democratizar e multiplicar o que lia e o que aprendia, afirmava ele. Disse também não utilizar *ad-sense* – forma de publicidade ue o *Google* oferece a produtores de conteúdo – ou outros patrocínios, pois prefere ser livre para expressar suas opiniões.

Figura 4 - Perfil do Cartas

Fonte: Perfil 2 @CartasParaPi - https://twitter.com/CartasParaPi

De acordo com a descrição do próprio *blog* (http://cartasparapi.com.br/quem-e-pi/), o Cartas para Pi surgiu com o objetivo de observar o Big Brother Brasil, ficar de olho nas injustiças, rastrear todos os passos do diretor do programa – José Bonifácio Oliveira, o Boninho – e não poder fazer muito a respeito. Ah, e amar e reverenciar o Bial (Pedro Bial apresentador do programa global).

O amor pelo apresentador era tanto que no início o nome do blog era *CartasParaBial*, e, a partir de 7 de outubro de 2010, passou a se chamar Cartas para Pi. A mudança ocorreu por causa do crescimento do *blog*, pela chegada de novos colaboradores e, principalmente, pelo fato de o número de *reality shows* ter crescido. O Cartas para Pi acompanhou muitos deles.

A escolha do nome Pi se deu para homenagear aquele barulhinho que em muitas ocasiões está na boca dos participantes quando eles falam uns palavrões no ar. Na definição dos administradores do blog, "Pi é transgressão, Pi é revolução, Pi é a marca da censura e a quebra dela, é aqui que a gente fala o que os Deuses dos *realities* e os Mr. Edição escondem".

Com o passar do tempo, o Cartas passou de *blog* a revista eletrônica ganhando até espaço no portal R7. O leitor montava sua página principal com as novidades dos *realities* que acompanha. Assim, quem gostava de "Big Brother Brasil", mas não queria saber nada sobre "A Fazenda", poderia deixar os posts sobre a última escondidos e, quando entrasse no Cartas, ia direto às manchetes que interessavam.

O *blog* possuía ainda uma seção que contava toda a história do "Big Brother Brasil", com detalhes de cada edição em um banco de dados multimídia, o Memória. Os leitores poderiam até ganhar prêmios participando de *quizzes* sobre *realities* e provar que entendem do universo desse tipo de programa.

O Cartas para Pi era formado por quatro integrantes: Mari Monteiro, Rafael Urgh, Meli Pi e Nanne. Eles dedicavam boa parte do tempo em acompanhar a programação de TV com ênfase nos *reality shows*. Com tantos anos de atuação, o *blog* já havia chegado ao patamar de monetização e possuía *Media Kit* disponível na página – apesar de o *link* não ter funcionado quando se tentou acessar. Alguns anunciantes da época foram Cacau Show, Budweiser, Pepsi, Oi, Guaraná Antarctica, Lacta, MultiShow, Tic Tac, Oral B, Friboi, Habib's, MTV, Terra, Trident, dentre outros.

Para agradar seus principais comentaristas, os administradores do *blog* criaram uma lista deles, organizados em uma página chamada mural. Nesta seção, eles descreviam com bom humor a aparência física e a personalidade de pessoas que não conheciam pessoalmente, apenas através dos comentários.

Figura 5 - Descrição de comentarista

Fonte: Blog Cartas para Pi - http://cartasparapi.com.br/mural

O Cartas para Pi possuía outras páginas especiais, que ambientam os leitores – fãs ou não de *reality show* – ao mundo paralelo que existia do outro lado da tela da TV. Uma dessas páginas descrevia todos os reality shows que o blog acompanhava, com características e breve histórico. Em outra seção, denominada NetBBB, explicava os diferentes tipos de telespectadores que os *reality shows* costumavam ter, na visão do *blog*. Para os leitores recentes, o *blog* oferecia o Picionário. Um glossário com as expressões utilizadas no conteúdo e que precisavam de tradução para os leigos no assunto.

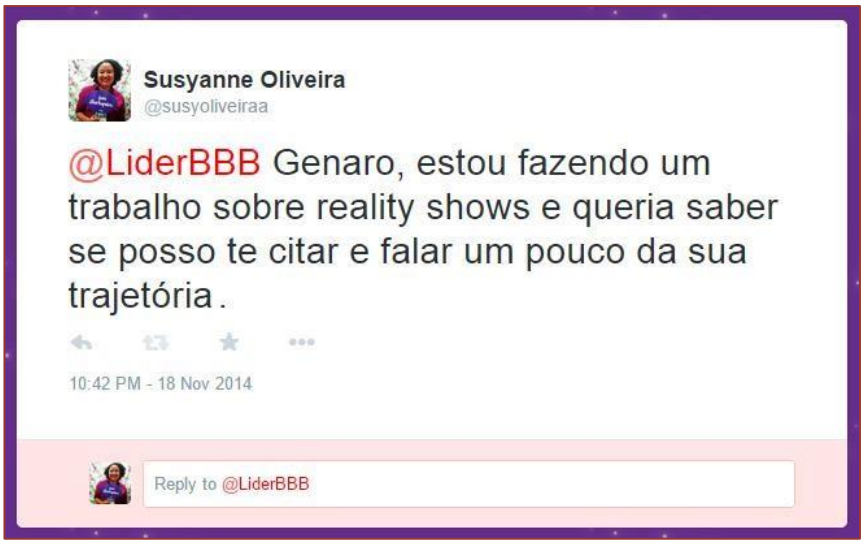
Figura 6 - Perfil do Líder

Fonte: Perfil 3 @LiderBBB - https://twitter.com/LiderBBB

O perfil do Genaro Shinobi – ou Genaro Ninja – era o que menos possuía informações de descrição biográfica. Ele não tinha site, mas mantinha um perfil no Facebook e uma conta no Youtube, freneticamente atualizada com os vídeos capturados dos *reality shows*. Quem seguia o perfil @LiderBBB não precisa assistir à edição de A Fazenda, ao ar na Rede Record,bastava acompanhar os posts do Genaro.

Uma tentativa de contato foi realizada na época, mas infelizmente Genaro não retornou o tuíte enviado. Minutos depois, surgiram tuítes dele respondendo de certa forma a pergunta, mas que ao mesmo tempo pareciam ser algum tipo de represália para alguns usuários que estavam provocando-o pela saída de uma participante que tinha a torcida dele. As imagens abaixo ilustram o momento:

Figura 7 - Tentativa de contato com Genaro Ninja



Fonte: Twitter do próprio autor - https://twitter.com/susyoliveiraa/status/534884473721335 80

Figura 8 - Tuíte de Genaro Ninja

Fonte: Conta do Genaro Ninja no Twitter - https://twitter.com/LiderBBB/status/534887436988723201

Figura 9 - Tuíte de Genaro Ninja

Fonte: Conta de Genaro Ninja no Twitter - https://twitter.com/LiderBBB/status/534888124355452929

Apesar da atitude mais reservada, Genaro prosseguiu ganhando seguidores e postando o conteúdo que a audiência espera dele. Seu perfil no Twitter era praticamente obrigatório para o público e também para os pesquisadores que desejavam estudar o fenômeno dos *reality shows*.

Figura 10 - Perfil do Mauricio Stycer

Fonte: Perfil 4 @mauriciostycer - https://twitter.com/mauriciostycer

Na época, Mauricio Stycer foi classificado como único crítico de TV profissional da lista de perfis influenciadores. Jornalista, repórter especial e crítico do UOL na época (https://mauriciostycer.blogosfera.uol.com.br/sobre-o-autor/). Escrevia uma coluna sobre televisão na Folha de São Paulo aos domingos. Também era comentarista de futebol em seu *blog* e tinha, até o momento, dois livros publicados sobre o assunto: História do Lance! – Projeto e Prática do Jornalismo

Esportivo e O Dia em que Me Tornei Botafoguense.

O *blog* de Mauricio Stycer tratava de assuntos televisivos e expunha a opinião do crítico sobre toda a programação que ele conseguia dar conta de assistir. Isso incluía os *reality shows* eA Fazenda. Ele definia seu *blog* como um espaço para reflexões e troca de informações sobre os assuntos que o interessavam, tanto da alta quanto da baixa cultura, do esporte à vida nas grandes cidades, com humor sempre que possível.

O humor estava presente nos textos de Stycer, mas também a ironia e a rigidez nas críticas, sobretudo, no que dizia respeito aos aspectos técnicos dos programas de TV. No caso dos *reality shows*, ele estendia sua avaliação e/ou reprovação aos participantes e suas atitudes dentro do confinamento. Possuía uma grande capacidade sintética, desenvolvida em suas décadas de carreira, o que possibilitava a criação de análises bastante lúcidas sobre o panorama do programa estudado no presente trabalho. As principais características de seu conteúdo, ressaltados na época, já eram a credibilidade e o conhecimento massivo que ele possuía do assunto.

Figura 11 - Perfil do Thiago

Fonte: Perfil 5 @thiago_p - https://twitter.com/thiago_p

Thiago Pasqualotto, na época, era coautor de um dos *blogs* mais populares da internet brasileira: o Morri de Sunga Branca. O conteúdo do *blog* era dividido com a amiga Bic Muller, que também dividia com Thiago a apresentação do Morri na TV, um programa de comentários sobre a programação de televisão com foco na rede Globo, exibido no portal Globo.com.

O estilo de texto irreverente colocado nas publicações do *blog* era marca registrada também na conta do *Twitter*, sempre repleta de muito humor, referências à cultura *pop* e muitos memes, que poderiam ser uma imagem, uma gíria ou bordão, um vídeo, um traço comportamental, ícones ou caracteres, como descrevia o site YouPix. Além de se espalhar, os memes ganham versões e podem ter o seu significado adaptado a outras cenas, como humor. Por isso, era possível inferir que a maioria dos tuítes do Thiago eram engraçados.

5. METODOLOGIA

Esta foi uma pesquisa exploratória, realizada em 2014, tomando como base dados colhidos na internet e análise em profundidade dos tuítes publicados pelos perfis influenciadores no período, com o método hipotético-dedutivo. De acordo com Silva (2002), este método se fundamenta na observação particular e na experimentação, para somente então se chegar à construção de teorias e leis gerais. A observação do conteúdo produzido pelos perfis influenciadores permitiu a interpretação dos motivos que mantém a fidelidade dos seguidores.

No intuito de tentar entender os dados coletados na pesquisa, seguiu-se a orientação do método qualitativo que busca oferecer uma explicação subjetiva. Assim, houve uma preocupação com um nível de realidade que não pode ser quantificada.

A partir da análise do conteúdo publicado com as hashtags #Afazenda, #Afazenda7 e #TheFarm7 entre os dias 14 de setembro e 14 de novembro de 2014, pretendeu-se traçar um paralelo entre os perfis influenciadores e identificar as razões – ou traços estilísticos – que garantiriam a permanência da audiência deles.

5.1. ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS PERFIS

Para a análise de conteúdo dos perfis foi necessário recorrer a duas ferramentas de pesquisa: a ferramenta avançada do próprio *Twitter* e o site *Twimemachine*, que mostra até 3200 tuítes antigos. Utilizar essas ferramentas é necessário, pois os tuítes mais antigos não aparecem na linha do tempo. A rede social privilegia as mensagens mais recentes e também asmais "favoritadas" e "retuitadas".

A ferramenta de busca avançada do *Twitter* possui uma fórmula que mostra todos os tuítes de um usuário específico. A fórmula consiste de: "assunto from: @usuário".

No presente trabalho, ocorreu a substituição da palavra assunto pelas hashtags #Afazenda, #Afazenda7 e #TheFarm7. O usuário foi substituído pelos perfis influenciadores que estão sendo estudados. No caso do Twimemachine, basta colocar o usuário na barra de pesquisa e o site apresenta os tuítes encontrados.

A seguir uma compilação com os termos mais utilizados, assuntos abordados e algumas características dos perfis influenciadores.

Tabela 1 - Análise de conteúdo dos perfis influenciadores

Usuário	Tuítes analisados	Termos/assuntos	Repetições	Características
@philosopop	29	15	Bruna Tang Felipeh Campos	Apelidos Bilíngue
@CartasparaPi	30	21	Diego Cristo Pepê e Neném	Memes Enquetes
@LiderBBB	55	35	Postar vídeos Edição do programa	Vídeos Interação
@mauriciostycer	42	31	Britto Junior Lorena Bueri	Rigidez Referências
@thiago_p	34	24	Britto Junior Lorena Bueri Diego Cristo	Humor Palavrões

Fonte: elaborado pelos autores

O Philosopop escreve comentários sobre diversos programas e apesar de possuir diversos compromissos televisivos. No horário de exibição de A Fazenda, ele está sempre a postos para colocar seu parecer no *Twitter*. As características mais marcantes são o uso de apelidos criativos para os participantes – Bruna Tang virou Suco-em-pó e Lorena Bueri era chamada de Bueiro – e o uso do inglês combinado com o português em diversos tuítes. Philo possui uma linguagem própria que é copiada até por outro influenciador estudado neste trabalho, o Thiago Pasqualotto.

Figura 12 - Tuíte Thiago Pasqualotto

Fonte: Conta de Thiago Pasqualotto no Twitter
(https://twitter.com/thiago_p/status/514950582285504513)

Figura 13 - Conversa entre @philosopop e @thiago_p

Fonte: Conta de Thiago Pasqualotto no Twitter
(https://twitter.com/thiago_p/status/514950758148886528)

Na análise, viu-se que o perfil Cartas para Pi era bastante ácido em suas colocações e também se dedica à cobertura de vários programas de TV. Programas que, às vezes, coincidem com o horário de exibição. Entretanto, os responsáveis por administrar a conta conseguiam se dividir e alcançar o objetivo principal, que é deixar registradas na rede social suas impressões sobre as atrações que assistem. São muito habilidosos na criação de memes e conseguem manter a interaçãoativa com seus seguidores através de enquetes.

Figura 14 - Enquete Cartas para Pi

Fonte: Conta do Cartas para Pi no Twitter (https://twitter.com/CartasParaPi/status/532345908164587520)

Figura 15 - Tuíte Cartas para Pi

Fonte: Conta do Cartas para Pi no Twitter (https://twitter.com/CartasParaPi/status/515297963682566144)

O *Twitter* do Genaro Ninja é predominantemente visual por causa de seucompartilhamento em massa de vídeos através de sua conta no *Youtube*, a qual atualiza diariamente com todos os episódios de A Fazenda. Muitos dos seus tuítes eram justificativas pela demora na publicação dos vídeos, já que seu público esperava suas atualizações para não perder nenhum detalhe do programa. Genaro conseguia manter a interação com sua audiência e ainda encontrava tempo para reclamar com a direção do programa por motivos que vão desde o corte de áudio das cenas, até a ausência da exibição 24 horas, que era largamente anunciada pela Record e, muitas vezes, não efetiva.

Figura 16 - Tuíte Genaro Ninja

Fonte: Conta de Genaro Ninja no Twitter (https://twitter.com/LiderBBB/status/516443496459563008)

Por ser crítico de TV profissional, Mauricio Stycer era o mais rígido e técnico com as críticas ao programa. Podem ser encontradas nos seus tuítes diversas referências a outras atrações televisivas de outras emissoras, ao período eleitoral e às novelas. Ele é simpatizante assumido dos vilões, por entender que eles dão mais movimento à dinâmica dos *reality shows*.

Figura 17 - Tuíte Mauricio Stycer

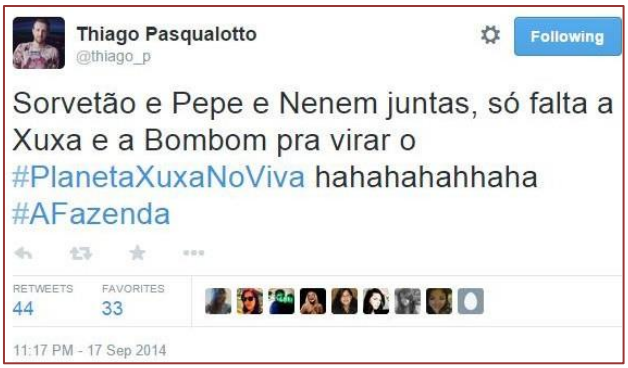
Fonte: Conta de Mauricio Stycer no Twitter
(https://twitter.com/mauriciostycer/status/520571798833070081)

Figura 18 - Tuíte Mauricio Stycer

Fonte: Conta de Mauricio Stycer no Twitter
(https://twitter.com/mauriciostycer/status/517132363407847424)

O estilo de Thiago Pasqualotto era o mais zombeteiro de todos os listados até aqui. Ele abusava de xingamentos e da criação de memes que são muito compartilhados pelos seus seguidores. Assim como Stycer, ele utiliza referências de outros programas de televisão e de assuntos em voga como, por exemplo, as eleições presidenciais no Brasil. Pasqualotto escolhia por quem torcer, mas não permitia que a torcida atrapalhasse muito a sua visão do desenrolar do jogo.

Figura 19 - Tuíte Thiago Pasqualotto



Fonte: Conta de Thiago Pasqualotto no Twitter
(https://twitter.com/thiago_p/status/512425063824769024)

Figura 20 - Meme do Britto Jr. criado por Thiago Pasqualotto

Fonte: Conta de Thiago Pasqualotto no Twitter
(https://twitter.com/thiago_p/status/514600427422486528)

Figura 21 - Tuíte Thiago Pasqualotto

Fonte: Conta de Thiago Pasqualotto no Twitter
(https://twitter.com/thiago_p/status/527620140251488256)

Após conhecer um pouco melhor o estilo de criação de conteúdo de cada perfil influenciador, é o momento de apresentar o cruzamento de dados coletados através de gráficos. A partir daí, será possível tentar compreender quais os motivos que mantêm o status desses usuários e os qualifica como influenciadores.

5.2. RESULTADOS

O cruzamento de dados foi realizado através da construção de gráficos no software Microsoft Excel. Os 71 termos utilizados no tuítes dos perfis influenciadores foram enumerados e a quantidade de vezes que esses termos se repetiram entre os usuários foi contabilizada. A partir disso, seis categorias foram estabelecidas para a apresentação dos resultados: Parte técnica do programa, Exibição do programa, Participantes (peões), *Reality shows* e A Fazenda, *Internet* e situações cotidianas.

A seguir a relação dos termos com cada categoria e as explanações acerca dos temas tuitados.

Gráfico 1 - Parte técnica do programa

Fonte: elaborado pelos autores

Todos os perfis influenciadores comentaram sobre a edição do programa. Alguns tuítes foram diretos em afirmar que o processo de edição de A Fazenda prejudica o alcance da audiência e que o programa não consegue deslanchar em função de vícios que poderiam ser corrigidos. Muitas reclamações surgiram na *timeline* (linha do tempo no Twitter - página inicial em que aparecem todos os posts da rede social). Até a emissora que exibe o programa se tornou alvo. Mauricio Stycer é um dos mais entusiasmados nesta categoria e chegou a sugerir que os candidatos da próxima edição de A Fazenda participem de um curso de preparação, para melhorar o desempenho no programa.

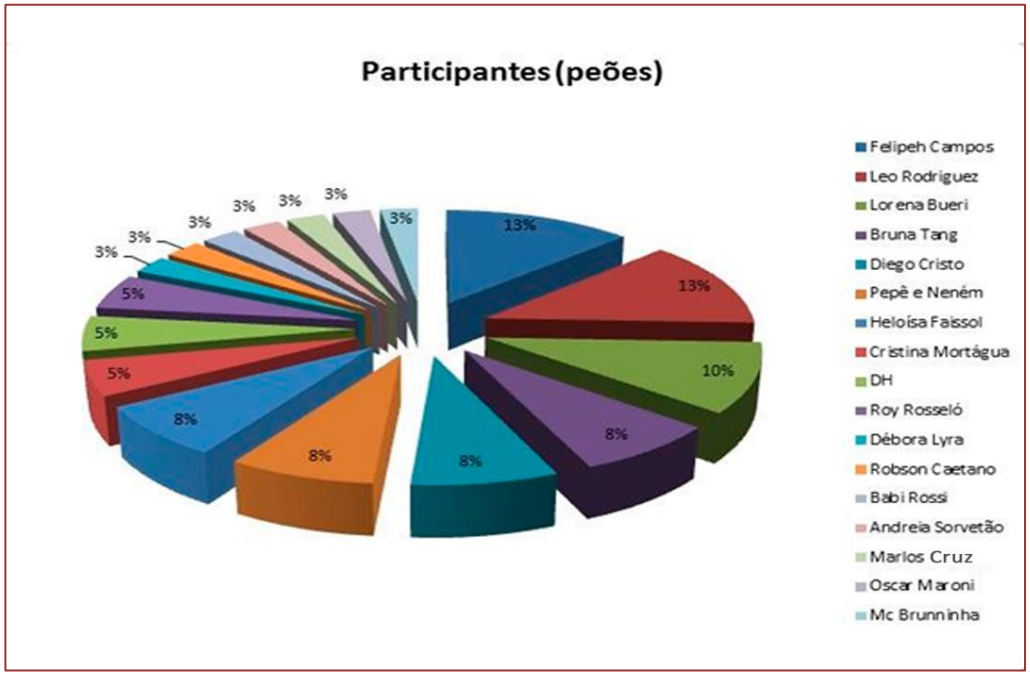
Gráfico 2 - Exibição do programa

Fonte: elaborado pelos autores

Os temas mais comentados desta categoria continuaram versando sobre os bastidores do programa, mas também abordaram o que acontece na frente das câmeras. O apresentador Britto Junior recebeu críticas severas, assim como a promessa não cumprida do programa ser exibido 24 horas na *internet*. O principal reclamante da ausência de sinal 24 horas foi Genaro Ninja. Como um perfil influenciador que posta todos os vídeos do programa, ele precisa do maior número de imagens possíveis para entregar conteúdo de qualidade para seu público.

É importante ressaltar o assunto campeão nesta categoria: os vilões. Os acontecimentos que movimentam A Fazenda e outros programas no formato reality show foram vistos como mais interessantes quando envolvem brigas e confusões. Inclusive, os próprios perfis influenciadores citaram em seus tuítes a necessidade da coexistência de vilões e de mocinhos.

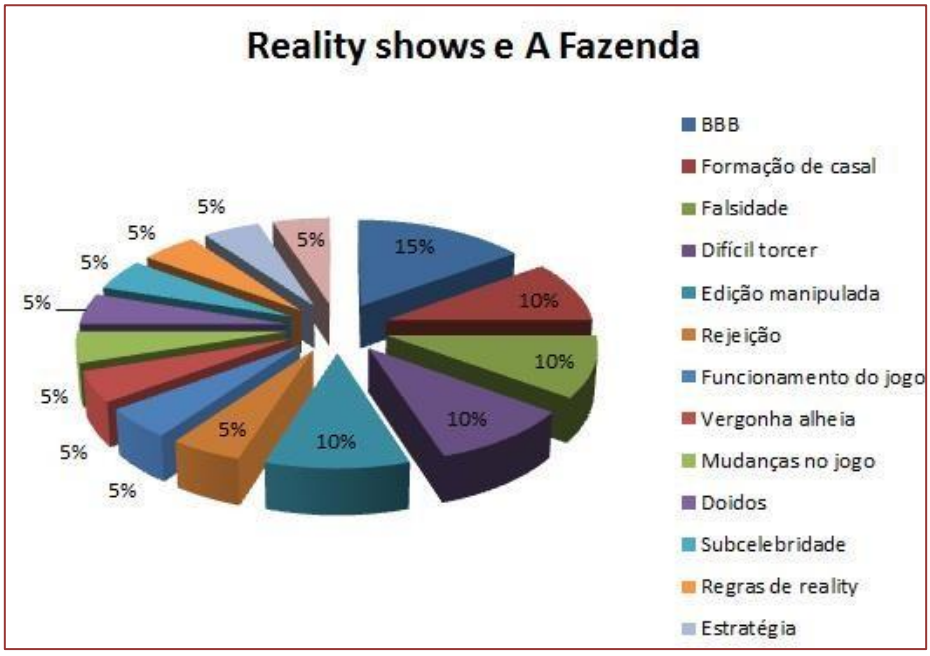
Gráfico 3 - Participantes (peões)



Fonte: elaborado pelos autores

Confirmando a teoria da importância dos vilões neste tipo de programa, metade do gráfico acima é composta pelos vilões de A Fazenda. Os participantes mais citados pelosperfis influenciadores estão distribuídos em sentido horário e formaram associações em diferentes fases do jogo, que ironicamente não funcionaram. Apesar de serem interessantes na visão dos influenciadores, os vilões ainda são rejeitados pelo público da TV aberta. Uma prova disso foi a eliminação do vilão Felipeh Campos que deixou a casa com 82,27% dos votos.

Gráfico 4 - Reality shows e A Fazenda

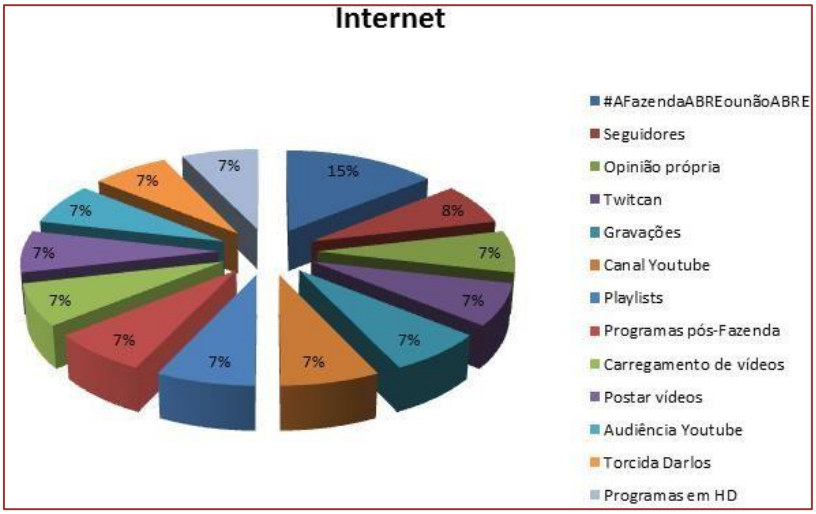


Fonte: elaborado pelos autores

O Big Brother Brasil (BBB), principal *reality show* da Rede Globo, na época, ainda era a principal referência até mesmo para os telespectadores de A Fazenda. Diversos tuítes fizeram comparações entre os dois programas, ora elogiando o primeiro, ora destacando a eficácia do segundo. Entretanto, a maioria desses tuítes evidenciou a necessidade de evolução do programa da Record quando comparado ao *reality show* da Globo.

Alguns comentários afirmavam categoricamente a insatisfação com a manipulação da edição e de elementos do jogo que deixavam em vantagem este ou aquele participante. Neste aspecto, a formação de casal era estimulada e privilegiada na montagem de cada episódio, pois o romance era apreciado pelo público. Os simpatizantes dos casais costumam até organizavam torcidas para impedir que os participantes, que se uniram romanticamente, sejam separados pela votação semanal.

Gráfico 5 - Internet



Fonte: elaborado pelos autores

A torcida organizada mencionada na análise do gráfico anterior está aqui representada pela Torcida Darlos – unida em favor do casal Débora Lyra e Marlos Cruz. Para tristeza de seus integrantes, eles não conseguiram impedir a eliminação de Débora, pois enfrentaram várias torcidas individuais unidas na hora da votação. Neste ponto, a *internet* teve muita influência no resultado deste tipo de programa. As eliminações arregimentam milhares de pessoas, que votam inúmeras vezes para que o seu participante preferido não fossem eliminado.

Percebendo a influência da comunidade "tuiteira" no desenrolar do programa e também para envolver ainda mais os telespectadores, a direção de A Fazenda lançou nesta edição a hashtag #AFazendaABREounãoABRE. Tratava-se de uma enquete realizada na *internet*e que definia os rumos de acontecimentos no programa. Mais especificamente, tratava se o participante teria ou não o direito de abrir um envelope que geralmente dava direito ao recebimento de um prêmio, que pode ser material ou até mesmo um privilégio dentro do jogo.

Gráfico 6 - Situações cotidianas

Fonte: elaborado pelos autores

A última categoria trata sobre os acontecimentos triviais de A Fazenda. Estes eram os assuntos que mais despertavam o interesse dos telespectadores, dos perfis influenciadores e de quem se interessa pelo assunto *reality show*. As encenações, as confusões, as conversas despretensiosas e o comportamento dos participantes, tudo era material de observação e encantamento para quem acompanhava personagens de confinamento.

No topo dos assuntos mais comentados, destaca-se "o barraco". Ou seja, o telespectador de *reality* já esperava uma confusão. A maneira como as pessoas se comportavam quando estavam sob grande pressão se mostrava mais que um tema de interesse superior. Foi observado que isso é, ainda hoje, uma fonte crescente de diversão na TV do século XXI.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Fazenda e sua relação com o *Twitter* demonstraram ser um campo frutífero para pesquisa e observação da produção de texto, imagem e vídeo. A criatividade e o engajamento são tantos que a TV já compreende a dimensão que a *internet* possui há, pelo menos, uma década. As grandes emissoras passaram a empreender ações que envolviam o telespectador há algum tempo, mas nunca como atualmente, com a força do mundo on-line, inclusive demonstrada em pesquisas e participação de patrocinadores. Assistir a um programa não é mais uma ação exclusiva, pois o público divide sua atenção com o *tablet*, *smartphone*, jogos virtuais e com o *Twitter* também. Um exemplo concreto disso é a atividade intensa na rede social durante debates de presidenciáveis – inclusive, fruto para pesquisas futuras sobre engajamento, análise de conteúdo e tipos de influenciadores, pois, durante esta pesquisa, paralelamente se viu muitos usuários admitindo que assistir ao debate sem estar no Twitter – comentando e acompanhando os comentários – não era tão divertido.

Conclui-se nesta pesquisa que o público expressa suas opiniões constantemente quando estão com redes sociais em mãos durante um fato televisivo, não se importando tanto assim se a opinião é negativa ou positiva. Percebeu-se que quem comanda as diretrizes dos programas de TV não são necessariamente os produtores, editores e patrocinadores. Os verdadeiros condutores do que passa na televisão são os telespectadores, diante da força que impõem no mundo on-line. Quem não se adaptar a essa nova ordem televisiva fatalmente vai perder para a concorrência que o fizer.

Chega-se à conclusão também de que o fascínio causado pelos *reality shows* parece ser uma tendência que vai crescer muito mais, talvez com formatos tecnológicos diferentes, mas ainda impactantes no mercado e na sociedade. A vida dos outros (famosos ou não) é, sem dúvida, um tema que interessa muito às audiências.

É importante concluir que a televisão aberta já teve audiências maiores, mas cotidianamente hoje está dividindo o bolo com as outras mídias, sobretudo com a *internet*. Apesar disso, o conteúdo produzido

sobre os programas das maiores emissoras do país são muito compartilhados na rede on-line. Vale ressaltar que conteúdo não é só texto. É imagem, vídeo, meme, dentre outros. Quem consegue ser mais criativo, engraçado ou até maldoso, seja nos comentários ou no conteúdo criado, destaca-se no meio da multidão.

A principal conclusão, por fim, é que o profissional de conteúdo de *internet* precisa entender cada vez mais do que está nos picos de audiência ou puxando mais interesse do público, quase em tempo real. É necessário um conhecimento abrangente, que possa dar ao criador de conteúdo as habilidades criativas para entregar sempre um material interessante e, acima de tudo, compartilhável.

REFERÊNCIAS

[1] A FAZENDA. Programação do programa A Fazenda. 2013. Disponível em: <http://afazenda.r7.com/a-fazenda-3/geral/o-programa.html> Acesso em 10 de novembro de 2014.

[2] BERNARDO, Kaluan. Tudo o que você precisa saber sobre memes. 2011. Disponível em: <http://youpix.virgula.uol.com.br/memepedia/o-que-e-meme/> Acesso em 18 de novembro de 2014.

[3] BRAUNE, Bia. RIXA. Almanaque da TV. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

[4] CARTAS PARA PI. "Eu só queria ser Zeus e tomar o Projac. Só isso". 2014. Disponível em: <http://cartasparapi.com.br/quem-e-pi/> Acesso em 12 de novembro de 2014.

[5] F5. O site de entretenimento da Folha. Nielsen e Twitter devem lançar nova medição de TV no ano que vem. 2012. Disponível em: <http://f5.folha.uol.com.br/televisao/1203344-nielsen-e-twitter-devem-lancar-nova-medicao-de-tv-no-ano-que-vem.shtml> Acesso em 02 de novembro de 2014.

[6] LITHIUM. Perfil no Linkedin da Lithium Technologies. 2014. Disponível em: <https://www.linkedin.com/company/lithium-technologies?trk=top_nav_home> Acesso em 30 de outubro de 2014.

[7] NIELSEN SOCIAL. Nielsen Social Weekly Top Ten. 2014. Disponível em: <http://www.nielsensocial.com/nielsentwittertvratings/weekly/> Acessado em 02 de novembro de 2014.

[8] RAMOS, Tagil Oliveira. Twitter chiclete & camisinha: como construir relacionamentos e negócios lucrativos em redes sociais. São Paulo: Novatec Editora, 2010.

[9] SCUP. Quem é um influenciador nas mídias sociais: conheça modelo teórico de influência que pode ser aplicado a qualquer mídia social. 2014. Disponível em: <http://www.scup.com/pt/blog/quem-e-um-influenciador-nas-midias-sociais> Acesso em 30 de outubro de 2014.

[10] SILVA, Réia Silva Rios Magalhães e. A monografia na prática do graduando: como elaborar um trabalho de conclusão de curso – tcc. Teresina: CEUT, 2002.

[11] STYCER, Mauricio. Blog do Mauricio Stycer: sobre o autor. Disponível em: <http://mauriciostycer.blogosfera.uol.com.br/sobre-o-autor/> Acesso em 25 de novembro de 2014.

[12] UOL Vê TV mostra como é o reality "A Fazenda" por trás das câmeras. Disponível em: <http://mauriciostycer.blogosfera.uol.com.br/2014/10/16/uol-ve-tv- mostra-como-e-o-reality-a-fazenda-por-tras-das-cameras/> Acesso em 08 de novembro de 2014.

[13] TAPAJÓS, Pedro. A Complexa Teia de Philo 000: Apresentando o Trabalho. Disponível em: <http://cartasparapi.com.br/modulo/colunas/big-brother-brasil/a-complexa-teia-de-philo- 000-apresentando-o-trabalho--/> Acesso em 28 de outubro de 2014.

[14] Resposta de Philosopop na rede social Ask.fm. Disponível em: <http://ask.fm/philosopop/answer/107277836113> Acesso em 17 de novembro de 2014.

[15] TWITTER. Momentos importantes sobre o Twitter. 2014. Disponível em: <https://about.twitter.com/pt/milestones> Acesso em: 08 de novembro de 2014.

[16] WIKIPEDIA. A Fazenda. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/A_Fazenda> Acesso em 10 de novembro de 2014.

[17] WU, Michael. The 6 Factors of Social Media Influence: Influence Analytics 1. Disponível em: <http://community.lithium.com/t5/Science-of-Social-blog/The-6-Factors-of-Social- Media-Influence-Influence-Analytics-1/ba-p/5708> Acesso em 30 de outubro de 2014.

Autores

AUTORES

ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (ORGANIZADOR)

Advogado. Doutorando em Educação pela ULBRA. Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Graduado em Direito pelo Centro Universitário Luterano de Manaus e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas. Especialista em Direito Tributário pela Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO. Professor da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

ANA LÚCIA LIRA SILVA

Graduanda em Psicologia na Universidade Estadual da Paraíba

ANA MAYRA QUIRINO

Graduanda em Psicologia na Universidade Estadual da Paraíba

ÂNGELA MARIA MACHADO DE LIMA HUTCHISON

Professora Doutora da USP (Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. EACH-USP). Médica Sanitarista com especialização pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). Autora dos livros Cuidar do idoso em casa: limites e possibilidades (Editora UNESP); Programação e saúde hoje (Editora Hucitec); Saúde do adulto: programas e ações na unidade básica (Editora Hucitec); Velhices inéditas, envelhecimento e estatuto do idoso: diálogos com Paulo Freire (Edições Hipótese by Cazulo); Artigos científicos publicados em periódicos acadêmicos e em jornais/revistas de divulgação científica.

CAMILLE EDUARDA MIOTTO BASSE

Acadêmica no curso de Direito da Universidade do Contestado - UNC Concórdia - SC

CLAUDIA FERNANDES BORGES DA ROSA

Acadêmica no curso de Psicologia da Universidade do Contestado - UNC Concórdia - SC

DÉBORA BARBOSA GUEDES DE OLIVEIRA VILAÇA

Professora Efetiva do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba. Mestre em Psicologia da Saúde pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Estadual da Paraíba (2021). Especialista em Psicologia Junguiana com enfoque na Prática Clínica pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional - IDE Recife (2019). Especialista em Psicopedagogia: Educação pela Universidade Estadual da Paraíba (2005). Mestre em Engenharia da Produção pelo Programa de Pós Graduação em Engenharia da Produção da Universidade Federal da Paraíba - UFPB (2011). Especialista em Gestão Estratégica de Pequenas e Médias Empresas pela Universidade Federal de Campina Grande (2006). Graduada e Licenciada em Psicologia com Formação em Psicologia Organizacional pela Universidade Estadual da Paraíba (2004) e Graduada em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Campina Grande (2004).

EDUARDO MOCELLIN

Acadêmico no curso de Psicologia da Universidade do Contestado - UNC Concórdia - SC

FABIANO MARÇAL ESTANISLAU

Mestre em Estudos Culturais pela Universidade de São Paulo (USP), Escola de Artes Ciências e Humanidades (EACH-USP), com especialização em Comunicação Popular e Comunitária e graduação em Comunicação Social, habilitação em Relações Públicas, ambas pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Atualmente, trabalha como analista de comunicação na Embrapa.

AUTORES

GLADSTON OLIVEIRA DOS PASSOS

Mestrando em Antropologia pela Universidade Federal de Sergipe, Pós-graduando em Direito do Trabalho e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará e em Advocacia Cível pela Fundação Escola Superior do Ministério Público. Especialista em Direito Processual Civil pela Escola Judicial do Estado de Sergipe, em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e em Direito Público pela Faculdade Legale. Graduado em História-Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe e Graduado em Direito pela Associação de Ensino e Cultura Pio Décimo. Conselheiro Estadual de Segurança Pública e Defesa Social de Sergipe - CONESPDS, Facilitador de Círculos Restaurativos e de Construção de Paz. Assessora jurídica e voluntariamente a Rede Nacional de Pessoas Trans - (RedTrans) e a Associação Sergipana de Transgêneros (ASTRA) - Direitos Humanos e Cidadania LGBT e membro do Xique-Xique: Grupo de Pesquisa sobre Gêneros e Sexualidades da UFS.

LIANI MARIA HANAUER FAVRETTO

Psicóloga. Mestre em Psicopedagogia. Docente no curso de Psicologia da Universidade do Contestado - UNC Concórdia - SC

LUISA MARIA RAMOS DA COSTA

Mestranda em Relações Internacionais; Universidade Estadual da Paraíba e pesquisadora DO XIQUEXIQUE: GRUPO DE PESQUISA EM GÊNERO E SEXUALIDADE/CNPq

MÁRCIA FARAUM DOS SANTOS

Assistente Social Judiciária no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Doutoranda em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina - UEL (início 2022). Mestre em Serviço Social e Política Social pela UEL (2021). Especialista em Direito Civil, Processual Civil e Trabalho pela Unicesumar (2015). Graduação em Direito pela Unicesumar (2012). Aprovação no Exame de Ordem VI da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB (2012). Graduação em Serviço Social pela Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranavaí (FAFIPA/2010).

MARIA BEATRIZ MARTINS OLIVEIRA DE LIMA

Graduanda em Psicologia na Universidade Estadual da Paraíba

MARIA ÉRICA SOUSA DE FREITAS

Graduanda em Psicologia na Universidade Estadual da Paraíba

MARIA LUIZA VASCONCELOS FERNANDES OLIVEIRA

Graduanda em história, Universidade Federal de Sergipe e pesquisadora DO XIQUEXIQUE: GRUPO DE PESQUISA EM GÊNERO E SEXUALIDADE/CNPq

MURILO FURTADO DE MENDONÇA JUNIOR

Murilo Furtado de Mendonça Júnior é Presidente do IMCATE Instituto de Mediação, Conciliação e Arbitragem Trabalhista e Empresarial; Diretor da EDU4, Formação, Capacitação, Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas; Mestre em Comunicação & Negociação pela USCS com MBA Executivo pelo Insper, MBA Especialização em Finanças pela PUC, Graduado em Direito pela UnIb e Administração de Empresas pela Universidade FUMEC; Certificate in Practitioner em PNL pela ABPNL e Certificate in Conciliação e Mediação Judicial pela ESA OAB/SP; Furtado trabalhou na área de negócios de empresas como FIAT, Grupo BMG, Grupo SUZANO FEFFER, Insper, Rede Laureate (BSP – Business School SP e Universidade Anhembi Morumbi) e HSM Educação; É professor associado da FDC, FIA, FIPE, EY University, USCS, ESA OAB/SP, EINSTEIN Faculdade de Medicina e

AUTORES

SUSTENTARE Escola de Negócios (Joinville - SC). Autor de livro: Comunicação Intersubjetiva na Negociação Integrativa: Criação de Valor, Novas Editoras Acadêmicas, 2019, InternationalBookMarket Service Ltd..Autor de E-book: "Negociação", Editora FIPE, 2017, 75p. Autor de capítulo: Comunicação & Negociação in: Tenha Cicatrizes - Como empreender e aprender com seus erros, São Paulo: Editora Refexão,2019, p.147-168.

PATRICIA ROSALBA SALVADOR MOURA COSTA

Professora do mestrado em Antropologia e do Departamento em Educação e Ciências Agrárias e da Terra da Univesidade Federal de Sergipe e coordenadora do XIQUEXIQUE: Grupo de Pesquisa em gênero e sexualidade/CNPq

PRISCILA DE ALMEIDA SOUZA

Analista Judiciário da área especializada de Serviço Social no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, atuando na Vara de Infância e Juventude da Comarca de Palmital. Graduada em Serviço Social pela Uningá - Faculdade Ingá (2011). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá com ênfase de pesquisa em dinâmicas urbanas e políticas públicas (2018). Pesquisadora no grupo de pesquisa Observatório das Metrópoles: Núcleo Região Metropolitana de Maringá, da Universidade Estadual de Maringá. Atuou como Assistente Social da Prefeitura Municipal de Maringá, atuando na Autarquia Maringá Previdência.Especialista em Saúde Mental pela Universidade Estadual de Maringá (2014) com ênfase de pesquisa em Políticas Públicas sobre Drogas e Dependência Química. Atuou como Docente da Graduação em Serviço Social, modalidade EaD na Unicesumar - Maringá. Atuou como Assistente Social no órgão gestor da Política de Assistência Social do município de Floresta PR; Secretária executiva do Conselho Municipal de Assistência Social de Floresta PR e Secretária executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Floresta PR. Também atuou como assistente social no Centro de Referência de Assistência Social no município de Iguaraçu.

SUSYANNE ALVES DE OLIVEIRA

Pós-Graduada em Gestão de Marketing Digital pelo Centro Universitário Uninovafapi.

VALÉRIA CRISTINA DA COSTA

Doutoranda em Serviço Social pela UNESP/Franca, com início em abril de 2022. Possui graduação em SERVIÇO SOCIAL pela Universidade Estadual de Londrina (1998). MBA em Recursos Humanos e mestrado pela UNESPAR/Campo Mourão no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, desenvolvendo pesquisa para dissertação com o título: A Interdisciplinaridade e a Intersetorialidade: desafios da rede de proteção em defesa das crianças e adolescentes vítimas de violência do município de Maringá - Pr. Tem experiência na área de Gestão, no setor privado, na gestão de benefícios e Responsabilidade Social e na Gestão Pública da Política de Assistência Social. Cursos e palestras, principalmente nos seguintes temas: Política Nacional de Assistência Social, Responsabilidade Social, Sistema de Garantia de Direitos à Criança e Adolescente e Pessoa Idosas. Docência em Serviço Social, coordenação de estágio supervisionado, atuou como professora do curso de Serviço Social na UNESPAR/Apucarana, UNICESUMAR e Universidade Estadual de Maringá - UEM. Realiza trabalho de consultoria e treinamentos pela sua empresa COSTA de Consultoria e Assessoria em gestão pública, privada e organizações da sociedade civil e atualmente trabalha como Gerente da Proteção Social Básica/concurso de assistente social na Prefeitura de Maringá e como coordenadora do curso de Serviço Social na Uningá.

VITOR HUGO DOS SANTOS PEREIRA

Graduando em Psicologia na Universidade Estadual da Paraíba

AUTORES

WELLINGTON GABRIEL FREITAS DE OLIVEIRA

Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará, especialista em Tecnologias Digitais na Educação, Bacharel em Comunicação Social, consultor de Marketing, Meios Digitais e Omnichannel, professor universitário.

www.poisson.com.br
contato@poisson.com.br

@editorapoisson

https://www.facebook.com/editorapoisson